

REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES NO CONTEXTO BRASILEIRO

Perspectivas e Desafios

Anna Ariane Araújo de Lavor
Francisco Francinildo Oliveira Lima
(Organizadores)



REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES NO CONTEXTO BRASILEIRO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS



Anna Ariane Araújo de Lavor
Francisco Francinildo Oliveira Lima

**REFLEXÕES MULTIDISCIPLINARES NO CONTEXTO
BRASILEIRO: PERSPECTIVAS E DESAFIOS**

1ª Edição

Quipá Editora
2024

Copyright © dos autores e autoras. Todos os direitos reservados.

Esta obra é publicada em acesso aberto. O conteúdo dos capítulos, os dados apresentados, bem como a revisão ortográfica e gramatical são de responsabilidade de seus autores, detentores de todos os Direitos Autorais, que permitem o download e o compartilhamento, com a devida atribuição de crédito, mas sem que seja possível alterar a obra, de nenhuma forma, ou utilizá-la para fins comerciais.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

R332 Reflexões multidisciplinares no contexto brasileiro : perspectivas e desafios / Organizado por Anna Ariane Araújo de Lavor Francisco Francinildo Oliveira Lima . – Iguatu, CE : Quipá Editora, 2024.

147 p.

ISBN 978-65-5376-398-2

1. Meio ambiente. 2. Sociedade. I. Título.

CDD 333.72

Obra publicada em outubro de 2024

Quipá Editora

APRESENTAÇÃO

Este livro reúne uma coleção de artigos de pesquisadores do Grupo de Pesquisa Gestão, Meio Ambiente e Sustentabilidade, do Instituto Federal do Ceará (IFCE), que abordam temas relevantes e contemporâneos, explorando desde as implicações da Indústria 4.0 até políticas públicas de fortalecimento da agricultura familiar, passando por questões cruciais como a desigualdade socioeconômica, direito à moradia, vulnerabilidades e acessibilidade para pessoas com deficiência. Cada artigo aqui apresentado contribui de maneira significativa para o entendimento e a discussão de desafios atuais em diferentes áreas do conhecimento.

A obra se apresenta como uma contribuição para a literatura acadêmica, em um contexto prático e teórico, oferecendo uma análise multifacetada dos desafios contemporâneos nas diversas áreas contempladas. A importância deste compêndio reside na sua capacidade de:

- 1. Fomentar o Conhecimento Multidisciplinar: Cada artigo traz uma perspectiva única e bem fundamentada sobre temas relevantes como administração, políticas públicas, geografia, meio ambiente e direitos fundamentais. Isso enriquece o debate acadêmico e oferece insights práticos que podem ser aplicados em diferentes contextos.*
- 2. Estimular a Reflexão Crítica: Ao abordar questões complexas e atuais, os artigos convidam os leitores a refletirem criticamente sobre os desafios enfrentados pela sociedade moderna. Desde a necessidade de adaptação às novas tecnologias da Indústria 4.0 até as políticas de inclusão social e acessibilidade, o livro incentiva uma análise profunda e consciente das realidades que nos cercam.*
- 3. Informar Políticas e Práticas: As pesquisas apresentadas fornecem dados e análises que podem servir de base para a formulação de políticas públicas mais eficazes e práticas empresariais mais eficientes. Por exemplo, as conclusões sobre a importância das redes sociais para micro e pequenas empresas ou a necessidade de uma educação ambiental mais robusta são diretamente aplicáveis a políticas e estratégias futuras.*

4. Promover a Inclusão e a Sustentabilidade: Muitos artigos destacam a importância de políticas inclusivas e sustentáveis, seja no contexto urbano, rural ou ambiental. Ao fazer isso, o livro contribui para o desenvolvimento de uma sociedade mais justa e equilibrada, onde todos têm a oportunidade de prosperar.

5. Apoiar a Formação Acadêmica e Profissional: Este livro pode ser uma referência importante para estudantes, pesquisadores e profissionais que buscam compreender melhor os temas abordados.

A profundidade e a variedade dos estudos oferecem uma base para a educação e o desenvolvimento profissional. Esperamos que esta coletânea de artigos inspire reflexão e ação sobre os desafios contemporâneos aqui abordados, promovendo o avanço do conhecimento e a implementação de soluções práticas e eficazes.

Que os leitores encontrem neste livro não apenas uma fonte de informação, mas também um incentivo para contribuir ativamente para a construção de um futuro melhor e mais equitativo.

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO

CAPÍTULO 1	08
PERCEPÇÕES E DESAFIOS PARA OS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0 BRASILEIRA	
<i>Becholína Aline Pereira</i>	
<i>Elaine Carvalho de Lima Oliveira</i>	
CAPÍTULO 02	21
PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA ENTRE OS ANOS 2016-2021	
<i>Calisto Rocha de Oliveira Neto</i>	
<i>Elaine Carvalho de Lima Oliveira</i>	
CAPÍTULO 03	35
A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E O DESAFIO DO DIREITO À MORADIA NO BRASIL	
<i>Anny Kariny Feitosa</i>	
<i>Anderson Diego Feitosa de Andrade</i>	
<i>Francisco Francinildo Oliveira Lima</i>	
CAPÍTULO 04	42
O DIAGNÓSTICO DAS REDES SOCIAIS NAS ESTRATÉGIAS DE VENDAS E CRESCIMENTO DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS:UM ESTUDO EM ICÓ-CE	
<i>Marcelio Jeferson Martins Alencar</i>	
<i>Maria Antunizia Gomes</i>	
CAPÍTULO 05	61
A IMPORTÂNCIA DO CONTATO COM A NATUREZA PARA A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS	
<i>Anny Kariny Feitosa</i>	
<i>Mônica Maria Siqueira Damasceno</i>	
CAPÍTULO 06	68
ANÁLISE DO CONSUMO EXCESSIVO E A PROPENSAÇÃO AO ENDIVIDAMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DO PERÍODO DE 2017-2022	
<i>Maria Antunizia Gomes</i>	
<i>Eduardo Paulo Almeida de Sant'Anna</i>	
<i>Harine Matos Maciel</i>	
CAPÍTULO 07	83
ESPAÇO, LUGAR, PAISAGEM E TERRITÓRIO: CONCEITOS-CHAVE DA GEOGRAFIA MODERNA	
<i>Anna Ariane Araújo de Lavor</i>	
<i>Wilton Alves Oliveira</i>	
<i>Martilla Sousa Silva</i>	
<i>Eunice de Almeida Moraes</i>	

CAPÍTULO 08	97
ENSINO AMBIENTAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE NAS CAPITAIS NORDESTINAS	
<i>Michele da Silva Eufrásio</i>	
<i>Harine Matos Maciel</i>	
<i>Maria Antunizia Gomes</i>	
<i>Wlisses Matos Maciel</i>	
CAPÍTULO 09	116
PERCEPÇÕES DE PAIS SOBRE A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ	
<i>Lohanna Lopes Ferreira</i>	
<i>Rodrigo Alencar Brasil</i>	
<i>Mônica Maria Siqueira Damasceno</i>	
<i>Renan Costa Vanali</i>	
CAPÍTULO 10	125
OS BANCOS E AS MEDIDAS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE	
<i>Issac Lourenço da Costa Ferreira</i>	
<i>Harine Matos Maciel</i>	
<i>Wlisses Matos Maciel</i>	
CAPÍTULO 11	138
CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: DIREITOS VULNERADOS E O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL	
<i>Anny Kariny Feitosa</i>	
SOBRE OS AUTORES	145

CAPÍTULO 01

PERCEPÇÕES E DESAFIOS PARA OS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0 BRASILEIRA

Becholina Aline Pereira

Elaine Carvalho de Lima Oliveira

RESUMO

O presente trabalho teve como objetivo analisar as dificuldades dos profissionais de administração no mercado de trabalho no contexto da Indústria 4.0. A quarta revolução industrial está redefinindo a sociedade contemporânea e, conseqüentemente, a forma como nos relacionamos. Nesse novo modelo de mercado, novas competências são exigidas, tais como os aspectos que tangem as questões voltadas para capacitações contínuas ou habilidades em diversas áreas do conhecimento diretamente ligadas à tecnologia. Os materiais e métodos empregados foram baseados na pesquisa de natureza bibliográfica, fundamentados em publicações com temática voltada ao objeto de estudo proposto nessa pesquisa. Foi possível constatar que o Brasil ainda carece de avanços na construção do conhecimento sobre a Indústria 4.0 para o desenvolvimento da curva de aprendizagem desses novos processos tecnológicos. As abruptas transformações advindas dos conceitos da revolução 4.0 resultam em demandas de adaptações contínuas para os profissionais, diante da exigência de novas competências, maior complexidade e novas categorias de trabalho.

Palavras-chave: Indústria 4.0. Profissionais de administração. Mercado de trabalho.

1 INTRODUÇÃO

As pesquisas sobre a história da humanidade revelam que, no princípio da civilização, os trabalhos humanos eram realizados sob um grande esforço físico. A evolução da sociedade foi marcada por diversas transformações, nas quais as atividades começaram a ser exercidas de forma automatizada, com a presença mínima da força humana.

A quarta revolução industrial vem moldando o cenário moderno. As relações sociais, econômicas e trabalhistas estão sendo profundamente modificadas pela influência da diversidade tecnológica, que também é encarada como sendo um agente causador de transformações de sistemas inteiros de produção, gerenciamento e governança (Schwab, 2017).

Países como Alemanha, Estados Unidos e Japão já investem fortemente nos conceitos da Indústria 4.0 em seus processos de produção. Infelizmente, de acordo com o relatório da Confederação Nacional da Indústria (2024), o Brasil é responsável por apenas 1,5% na participação da produção da indústria a nível mundial. Nesse mesmo contexto, os investimentos nesse novo conceito ainda ocorrem de forma muito inferior, o que acarreta um atraso gigantesco na modernização da indústria nacional.

A frente desse cenário, a implementação da Indústria 4.0 no Brasil é uma abordagem que atrai diversas discussões, e sua chegada é sinônimo de impactos na condução da forma de trabalho. Nesse viés, a automação modificou o ambiente que passou a ser de forma automatizada e, como resultado disso, surgiu a interação entre homens e máquinas.

Sendo assim, o cenário atual está repleto de indagações sobre o futuro dos profissionais da área de administração, que anteriormente estavam habituados a exercer atividades mais técnicas. Contudo, o advento dos conceitos da Indústria 4.0 requer constantes capacitações para que esses profissionais consigam atender às perspectivas desse novo modelo de mercado.

Com a finalidade de atender com o objetivo proposto, o presente estudo foi dividido em quatro seções. A introdução caracteriza-se como a primeira discussão desta pesquisa. A segunda seção diz respeito aos materiais e métodos que foram essenciais para o desenvolvimento do artigo. A terceira seção compreende as discussões acerca da evolução da indústria 4.0, bem como os seus pilares e as dificuldades enfrentadas pelos profissionais de administração no contexto da Indústria 4.0 brasileira. Por fim, as considerações finais do trabalho, onde serão apontados os resultados obtidos a partir da análise dos materiais.

2 MATERIAIS E MÉTODOS

O desenvolvimento deste trabalho deu-se a partir do modelo de pesquisa de natureza bibliográfica. Em seu trabalho cognominado por “ Método e técnicas de pesquisa social”, o Doutor em Ciências Sociais Antônio Carlos Gil (2008) a caracterizou como sendo,

desenvolvida a partir de material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. Embora em quase todos os estudos seja exigido algum tipo de trabalho desta natureza, há pesquisas desenvolvidas exclusivamente a partir de fontes bibliográficas. Parte dos estudos exploratórios podem ser definidos como pesquisas bibliográficas, assim como certo número de pesquisas desenvolvidas a

partir da técnica de análise de conteúdo (GIL, 2008. p. 69).

Desse modo, o pesquisador consegue ampliar o alcance dos materiais que serão essenciais para o desenvolvimento do trabalho. Em um primeiro momento, buscou-se os conteúdos que fundamentaram a base teórica do artigo, como publicações e revistas da temática abordada.

Em seu segundo ciclo, realizou-se uma filtragem dos trabalhos com perfis similares a esta proposta, visando melhor estruturação do estudo, bem como proporcionar um maior direcionamento na condução da escrita.

Sendo assim, a sistematização do referencial teórico contribuiu com o estudo e melhor compreensão dos aspectos que envolvem a atuação dos profissionais de administração no contexto da Indústria 4.0.

3 BREVE DISCUSSÃO SOBRE A INDÚSTRIA 4.0

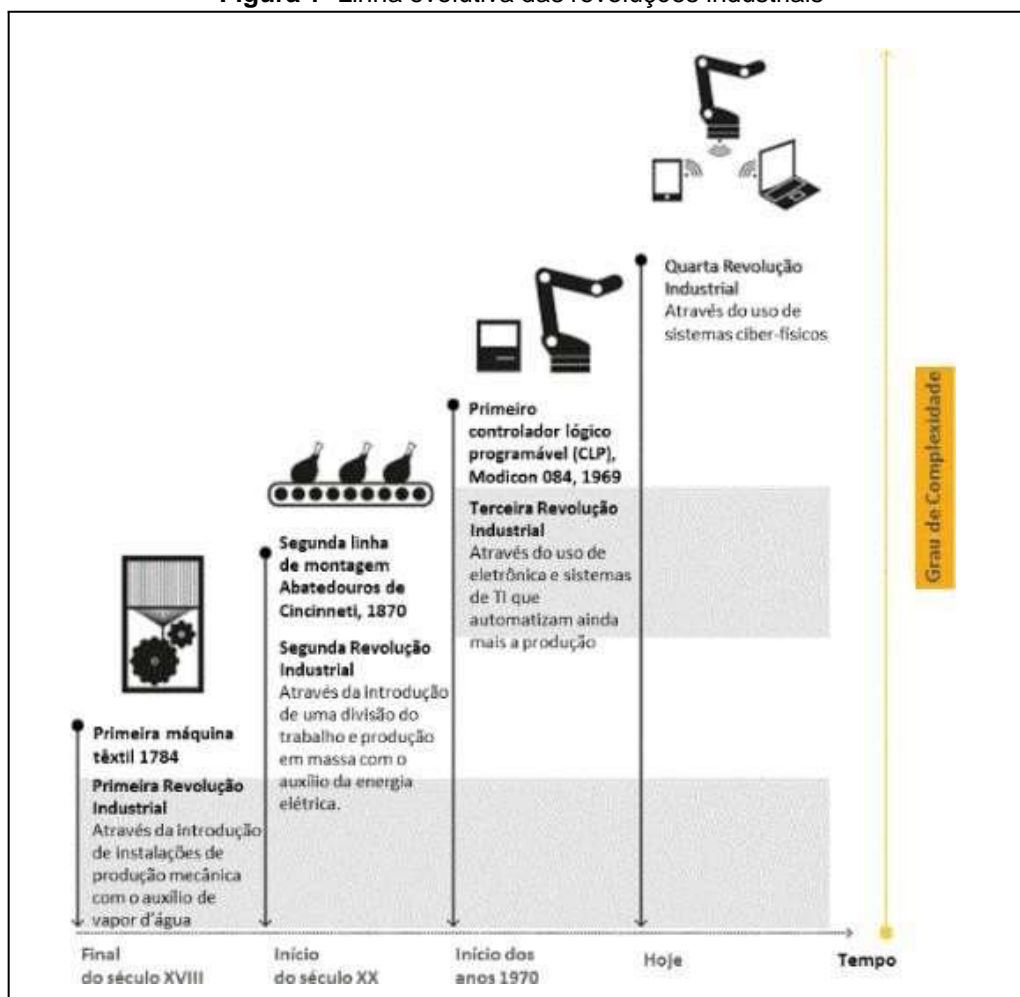
3.1 EVOLUÇÃO DA INDÚSTRIA 4.0

O advento da indústria no contexto histórico significou um grande marco na trajetória da humanidade. As sucessivas e abruptas transformações tecnológicas provocaram uma espécie de metamorfose na sociedade, requerendo um cenário de constantes adaptações.

Segundo Klaus Schwab (2016, p. 1) “estamos no início de uma revolução que está mudando fundamentalmente a forma como vivemos, trabalhamos e nos relacionamos um com o outro”. Essa revolução, com sua velocidade e profundidade, afeta todos os agentes econômicos e suas interações dentro do sistema capitalista de uma forma nunca vista antes.

Ao analisar a história econômica, o surgimento e desenvolvimento da indústria trouxeram mudanças abruptas nas relações de trabalho e impactaram os diversos setores da economia. Nesse contexto, as revoluções industriais culminaram com o surgimento da atual Indústria 4.0. A Figura 1 contextualiza de forma sucinta e visual a evolução da indústria ao longo do tempo, desde o princípio da Primeira Revolução Industrial até o advento da Revolução 4.0.

Figura 1- Linha evolutiva das revoluções industriais



Fonte: FERREIRA (2017)

A imagem acima apresenta a localização da conjuntura atual, em que os processos acontecem com a presença massiva da tecnologia, onde grande parte da cadeia produtiva se dá no viés da automação elencada ao uso da internet, gerando assim otimização em toda a linha de produção, principalmente no âmbito industrial.

Marson (2015), declara que foi a partir da indústria que conseguiu-se criar um processo de aceleração no desenvolvimento econômico. Para Boettcher (2015), os avanços tecnológicos são essenciais para a evolução da indústria. Além disso, os resultados obtidos da junção entre as revoluções tecnológicas e o crescimento da tecnologia permitiram o surgimento da Indústria 4.0.

Parafraseando Kagermann, Wahlster e Helbig (2013), a Quarta Revolução Industrial foi gestada por um projeto de estratégias do governo alemão voltado para fomentar a competitividade na indústria alemã, tendo o seu nascimento marcado pela primeira vez no ano de 2011. Ainda segundo os autores, a Indústria 4.0 é resultado dos avanços

tecnológicos oriundos da internet, que possibilitam a integração de pessoas e máquinas, um fenômeno capaz de tornar os processos extremamente inteligentes.

Segundo a visão de Drath e Horch (2014), a implementação de tecnologias da internet no universo industrial, configurou-se como um grande pilar tecnológico para a Indústria 4.0 e também, por apresentar uma aplicabilidade flexível, conseguindo ter o seu uso estendido a outros setores.

Esse novo modelo industrial revolucionário, “é a combinação das conquistas tecnológicas dos últimos anos com a visão de um futuro com sistemas de produção inteligentes e automatizados” (Zawadzki; Żywicki, 2016, p. 45). Assim, surgirão diversos desafios que se tornarão habituais para as relações, máquina-máquina, homem-homem e máquina-homem por meio do viés tecnológico.

3.2 OS PILARES DA INDÚSTRIA 4.0

A indústria 4.0 apresenta alguns pilares essenciais para que todas as tecnologias empregadas consigam elevar o potencial do funcionamento de todos os processos. Esse modelo revolucionário é caracterizado pela capacidade em que todos os elos da cadeia industrial conseguem apresentar uma comunicação entre si por meios dos sistemas inteligentes que são conectados à rede. Toda essa revolução é sustentada por 9 pilares imprescindíveis, tais como:

- Inteligência Artificial: que na concepção de Schwab (2016), consegue minimizar os custos e em contrapartida possibilita gerar eficiência em seus processos;
- Robótica: com a presença de robôs controlados por meio de sistemas, no qual conseguem criar interação segura entre o ambiente e o ser humano. Outra característica positiva da aplicabilidade dos robôs diz respeito às questões que tangem a eficiência em todo o processo, visto que, não apresentam emoções, ou seja, por não apresentarem cansaço, conseguem aumentar a velocidade e a capacidade produtiva. Ainda, Schwab (2016) caracteriza esse relacionamento como sendo algo que estará enraizado no cotidiano;
- Internet das Coisas (IoT): segundo a percepção de Santos et al (2016), a internet das coisas é uma amplificação da internet atual que permite que quaisquer objetos do cotidiano com potencial computacional se conectem à rede;
- Computação em Nuvem: abrange desde sistemas de armazenamento mais simples de documentos, como fotos e vídeos, até os mais complexos como serviços de *software*, plataformas e infraestruturas por meio da nuvem;

- *Big Data*: refere-se a um grande volume de informações diversificadas com alta velocidade, sendo importante para auxiliar na tomada de decisões. Esta expressão tem a sua aplicabilidade nas mais distintas áreas, pois se relaciona diretamente com a captura e coleta de dados considerando sempre os aspectos como a variedade, a velocidade e o volume;
- Simulação em Ambientes Virtuais: a simulação dos processos possibilita criar previsões de erros que serão imprescindíveis para minimizar as falhas e aumentar a efetividade em toda a produção;
- Realidade Aumentada: envolve a junção de elementos virtuais a partir do mundo real inseridos por meio de softwares. Além disso, apresenta outras funções nos mais diversificados setores;
- Manufatura Aditiva: proporciona a minimização dos custos com matéria-prima, personalização de produtos e impressão em 3D de uma diversificada de bens;
- Segurança Cibernética: que segundo a percepção de Rubmann et.al. (2015), a transmissão por meios de comunicação encontram-se cada vez mais aperfeiçoadas e seguras. Em razão disso, é possível verificar o quão importante é investir na seguridade dos produtos de viés tecnológico.

Com base no exposto acima, é possível analisar a conjuntura atual e, partir disso, criar percepções futuras sobre as operações da indústria. Desse modo, observa-se também que a Indústria 4.0 caminha para um desfecho de presença constante no cotidiano da população brasileira.

3.3 O CENÁRIO DA INDÚSTRIA 4.0 NO BRASIL

O contexto brasileiro, marcado por uma expressiva desigualdade socioeconômica, revela que as mudanças advindas da Indústria 4.0 não permitiram que a economia nacional acompanhasse o movimento de integração internacional. Diante do processo de globalização das economias, torna-se evidente a fragilidade da estrutura brasileira. Ao analisar a história do país, observa-se que:

Entre o pós-Guerra e o final dos anos 1970, o Brasil vivenciou um rápido crescimento econômico, impulsionado pela industrialização. No entanto, desde então, a economia perdeu dinamismo e a indústria diminuiu sua participação no PIB de 30% em 1980 para 11% em 2020, impactando negativamente a atividade econômica. A pandemia de Covid-19 ressaltou a importância da autonomia industrial, especialmente em setores críticos como saúde e energia, levando a uma reavaliação global das políticas industriais. Além disso, a urgência da crise climática reforça a necessidade de desenvolver uma indústria inovadora e sustentável, alinhada com objetivos ambientais globais e nacionais (Feijó; Feil; Teixeira, 2024, p. 43).

Para Hahn (2016), se comparado com países desenvolvidos, a indústria brasileira encontra-se em atraso, pois apresenta uma velocidade completamente inferior a países como Alemanha, Estados Unidos e Japão. No Brasil, a construção do conhecimento acerca do conceito da Indústria 4.0 ainda é incipiente e requer avanços. Essa análise é feita em comparativo dos países desenvolvidos, onde a temática é um instrumento de diversas apreciações.

As movimentações da indústria 4.0 tem causado diversas transformações nos setores da produção industrial. Entretanto, uma matéria publicada pela FIRJAN (2016), apresenta o cenário da indústria brasileira como viajante entre a segunda e a terceira revolução industrial. Nesse sentido, é possível pensar em um processo de linha de produção como arcaico. Ainda, segundo a publicação, a esfera mais avançada é a do setor automotivo por apresentar um contexto em que os profissionais mantêm-se em atualizações contínuas visando acompanhar o movimento do mercado.

O mercado brasileiro tem potencial para adotar a Indústria 4.0 em um cenário de competitividade a nível global, a partir de resultados da aplicação de processos digitais que consigam fomentar o setor econômico. Contudo, serão necessários diversos investimentos em infraestrutura digital.

A implementação da Indústria 4.0 no cenário brasileiro enfrenta obstáculos, como a formulação de políticas públicas estratégicas, bem como iniciativas do setor privado e lideranças com perfis inovadores. De modo geral, “as empresas em transição digital precisarão de investimentos consideráveis, além de mudanças significativas” (KOCH, 2016). Se faz necessário o aumento da competitividade mediante inovação do parque industrial brasileiro, como destacado por Cassiolato e Lastres (2001, p. 2) ao ressaltar a importância da inovação e conhecimento como “(...) fatores que definem a competitividade e o desenvolvimento de nações, regiões, setores, empresas e até de indivíduos. Nesse contexto, as capacitações internas das indústrias desempenham um papel crucial para a vantagem competitiva”.

3.4 OS DESAFIOS DOS PROFISSIONAIS DE ADMINISTRAÇÃO NO CONTEXTO DA INDÚSTRIA 4.0 BRASILEIRA

As organizações da atualidade estão passando por diversas transformações em seus processos de produção, o que tem modificado as relações da sociedade com o mundo do trabalho. Nesse mesmo contexto, Goerck (2009) reitera que as ações

revolucionárias são necessárias para uma melhor compreensão da sociedade e dentre elas, as práticas voltadas para a administração.

Para Souza, Gerhard e Brito (2018), a carreira do profissional de administração tem ganhado notoriedade nas últimas décadas, impulsionado pela abertura de novos cursos de graduação no país. Os autores também ressaltam que as competências dos administradores são essenciais para o desempenho organizacional, especialmente em mercados instáveis.

Em um mercado volátil, os profissionais precisam desenvolver flexibilidade para acompanhar a velocidade das transformações. O administrador de empresas é o profissional das organizações que tem a função de compreender todos os aspectos que envolvem a composição da entidade, de criar estratégias para fluir o negócio de forma eficaz e direcionar os caminhos que o empreendimento precisa alcançar.

As mudanças advindas da Indústria 4.0 no âmbito organizacional modificaram a execução de algumas atividades no trabalho. Isso significa dizer, que nesse cenário as pessoas se viram obrigadas a aprenderem diversas tarefas, bem como a manusear aparelhos altamente tecnológicos. Além disso, para Waller e Fawcett (2013), a velocidade dos processos demandam uma maior quantidade de informações para serem analisadas pelos profissionais.

Nesse contexto, novas competências serão necessárias para que os profissionais mantenham condições de empregabilidade em um mercado caracterizado por constantes inovações. De acordo com Tessarini Júnior e Saltorato (2018), as competências requeridas pela indústria 4.0 podem ser classificadas em três categorias: funcionais, comportamentais e sociais.

As competências funcionais são aquelas essenciais para o desempenho técnico das tarefas profissionais, como a capacidade de resolução de problemas complexos, conhecimento em análise matemática e estatística, habilidades em tecnologia da informação, e compreensão dos processos e manufaturas (Tessarini Júnior; Saltorato, 2018).

Por outro lado, as competências comportamentais, estão relacionadas às *soft skills*, ou seja, são habilidades interpessoais que não estão diretamente associadas aos conhecimentos técnicos enfatizados nas competências funcionais, por exemplo: adaptabilidade, capacidade de tomar decisões, criatividade, flexibilidade e inteligência emocional (Tessarini Júnior; Saltorato, 2018).

As competências sociais também abarcam características intrínsecas das soft skills. Contudo, dizem respeito à capacidade de interagir e trabalhar em equipe, como liderar equipes, comunicação eficaz, capacidade de persuasão, transferência de conhecimentos e comunicação em outros idiomas (Tessarini Júnior; Saltorato, 2018).

Nesse mesmo contexto, os administradores de empresa serão os profissionais responsáveis por buscar o conhecimento necessário para alinhar os interesses das organizações frente a competitividade do mercado. Segundo Leonardi e Bastos (2014), compreender profundamente a composição das instituições permite que o administrador consiga agir antes que as lacunas tomem maiores proporções e, também, aplique as estratégias necessárias para gerar vantagens diante de seus concorrentes.

A forma de trabalho de um administrador diante das condições do negócio está passando por mudanças com a chegada das tecnologias, ao qual o esforço físico para desenvolvimento de atividade está ficando ultrapassado com a chegada da automação. Nesse viés, as transformações atingiram todos os níveis organizacionais, sendo eles: estratégico, tático e operacional.

Frente a essas mudanças, os impactos da Indústria 4.0 terão repercussões significativas nas perspectivas futuras. Souza, Gerhard e Brito (2018) afirmam que o mundo do trabalho presenciará diversos desafios e todos os processos irão demandar a automatização da mão de obra humana, requerendo novas habilidades e aprimoramento além de suas especialidades.

Os profissionais atuantes na gestão de pessoas também sofrerão com as transformações, visto que, as organizações estão passando por mudanças em suas operações, resultando em novas demandas para os profissionais. A partir disso, Schwab (2016) revela que principalmente os trabalhos mecânicos que requerem repetição e/ou manuais com maior concisão se tornarão obsoletos, dando voz para as habilidades com foco na resolução de problemas de alta complexidade.

À vista disso, vale ressaltar que os trabalhadores de forma geral, não ficarão desempregados, entretanto, haverá uma necessidade de se adequarem às novas formas de trabalho por meio de capacitações e aperfeiçoamentos. Diante disso, o papel do administrador será fundamental para motivar seus liderados e, a partir disso, alinhar as necessidades da organização.

No que tange a forma de trabalho dos futuros administradores, o modelo de trabalho será em um cenário em que a análise das atividades irão acontecer a partir de dados já fornecidos por sistemas totalmente integrados ao processo. Nesse cenário, é possível

analisar os benefícios da produção inteligente, especificamente na tomada de decisões que acontecerá de forma mais veloz e assertiva, permitindo uma otimização dos custos e maximização dos lucros.

No universo da indústria inteligente, os profissionais de administração deverão apresentar como uma de suas habilidades a capacidade de adaptação contínua, visando atender tanto às exigências desse novo modelo de mercado, quanto da Indústria 4.0. A presença diversificada de tecnologias, fará com que os trabalhadores se qualifiquem em técnicas voltadas para “programação, robótica colaborativa e análise de dados, assim como desenvolver competências socioemocionais com métodos para estimular a criatividade, o empreendedorismo, a liderança e a comunicação” (PORTAL DA INDÚSTRIA, 2024).

Ainda sobre competências, uma publicação do Serviço Social da Indústria (SESI, 2018) revela as habilidades e competências relacionadas ao comportamento requeridas pelos profissionais atuantes no contexto da Indústria 4.0, tais como: mentalidade profissional; habilidades de gestão; competência para solucionar problemas de alta complexidade; trabalho em equipe; pensamento crítico, necessário para decisões mais precisas e aprendizagem ativa. Com isso, fica claro que os profissionais deverão ir além de habilidades técnicas, pois no contexto da Indústria 4.0, precisão elencar com as competências na prática que segundo Aires, Moreira e Freire (2017) é imprescindível para uma atuação pautada na criatividade, inovação e, a partir disso construir indivíduos capazes de gerar vantagem competitiva para as organizações da tão temida quarta revolução industrial.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir de toda a exposição do cenário acima, é possível analisar os mais diversificados aspectos no que diz respeito às percepções acerca da presença dos conceitos da quarta revolução industrial no mercado contemporâneo. Nesse sentido, é importante mencionar os impactos gerados pela Indústria 4.0 no mercado de trabalho.

A integração da automação com a digitalização dos processos produtivos são responsáveis por modificarem as relações trabalhistas, sociais e econômicas. À frente disso, surge um mercado dotado de problemáticas acerca da Indústria 4.0, onde nos leva há alguns questionamentos sobre a situação dos profissionais frente a esse novo modelo de mercado.

Nesse mesmo viés, a indústria do futuro aparece como um instrumento capaz de impor novas exigências para os profissionais e de criar novos parâmetros de oportunidades, considerando a influência da tecnologia ao longo de toda a cadeia de valor, incluindo a estrutura organizacional e sua forma de gestão.

Conforme o exposto neste estudo, apesar dos impactos gerados a partir da sua implementação, a Indústria 4.0 permite criar um cenário de grandes oportunidades para a indústria brasileira, que segundo a percepção de Zhrou et.al (2015) é um importante instrumento na criação de novos empregos, além, de criar novas abordagens no âmbito da organização do trabalho.

REFERÊNCIAS

AIRES, R. W. A.; MOREIRA, F. K.; FREIRE, P. S. Indústria 4.0: competências requeridas aos profissionais da Quarta Revolução Industrial. In: **Anais do congresso internacional de conhecimento e inovação–Ciki**. 2017.

<<https://proceeding.ciki.ufsc.br/index.php/ciki/article/view/314/153>>. Acesso em 26 de março de 2024.

BOETTCHER, M. Revolução Industrial - **Um pouco de história da Indústria 1.0 até a Indústria 4.0**. LinkedIn. 26 nov. 2015. Disponível em:

<<https://pt.linkedin.com/pulse/revolu%C3%A7%C3%A3o-industrial-um-pouco-dehist%C3%B3ria-da-10-at%C3%A9-boettcher>>. Acesso em: 10 de março de 2024.

DRATH, R.; HORCH, A. Industrie 4.0: Hit or hype? **IEEE industrial electronics magazine**, v. 8, n. 2, p. 56–58, 2014.

FEIJÓ, C. ; FEIL, F. ; TEIXEIRA, F. A. A importância da [nova] política industrial para o desenvolvimento brasileiro. In: Perspectivas teóricas e analíticas sobre polarização, inovação e desenvolvimento, p. 21. **Boletim Geep**, v. 5, n. 1, 2024.

FERREIRA, P. G. **A oportunidade da indústria 4.0 para o Brasil**. FGV/IBRE. Disponível em:< <https://blogdoibre.fgv.br/posts/oportunidade-da-industria-40-para-o-brasil>>. Acesso em 31 de março de 2024

FIRJAN. **Indústria 4.0**. Publicações Firjan. Cadernos Senai de Inovação. Disponível em: <<file:///C:/Users/Usuario/Downloads/sistema-firjan-industria-4.0-2016.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2024.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de Pesquisa Social**. 6ª edição. Editora Atlas. São Paulo.2008. Disponível em: <<https://ayanrafael.files.wordpress.com/2011/08/gil-a-c-mc3a9todos-e-tc3a9cnicas-de-pesquisa-social.pdf>>. Acesso em 01 de março de 2024.

GOERCK, C. Capitalismo e as transformações no processo de trabalho. **Revista Capital**

Científico, Guarapuava, v. 7, n. 1, p. 1-10, jan/dez. 2009. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/bitstream/riufc/65300/1/2022_tcc_mspazevedo.pdf> Acesso em 28 de março de 2024. Acesso em 20 de março de 2024.

HAHN, R. J. **A Era da Internet Industrial e a Indústria 4.0 já estão moldando o futuro de muitos empreendedores**. Saiba como aproveitar essa nova tendência. 2016. Disponível em: <https://endeavor.org.br/oportunidades-industria-4_0/>. Acesso em 20 de março de 2024.

KAGERMANN, H.; WAHLSTER, W.; HELBIG, J. **Securing the future of germany manufacturing industry**: recommendations for implementing the strategic initiative Industrie 4.0 – final report of the industrie 4.0 working group. Essen: Forschungsunion; Munich: Acatech, 2013.

KOCH, V. **Industry 4.0: Opportunities and challenges of the industrial internet**. PWC, 2016. Acesso em 28 de março de 2024.

LEONARDI, J.; BASTOS, R. C. Bases epistemológicas da teoria de criação de conhecimento organizacional. **Perspectivas em Gestão & Conhecimento**, v. 4, n. 2, p. 3-18, 2014.

MARSON, M. D. A industrialização brasileira antes de 1930: uma contribuição sobre a evolução da indústria de máquinas e equipamentos no estado de São Paulo, 1900-1920. **Estudos Econômicos (São Paulo)**, v. 45, p. 753-785, 2015.

PORTAL DA INDÚSTRIA. **Indústria 4.0: Entenda seus conceitos e fundamentos**, 2024. Disponível em: <[PORTAL DA INDÚSTRIA. **Participação do Brasil na produção mundial da Indústria de transformação**. <<https://industriabrasileira.portaldaindustria.com.br/grafico/transformacao/mundo/#/industria-transformacao>>. Acesso em 30 de março de 2024.](https://www.portaldaindustria.com.br/industria-de-a-z/industria-4-0/#:~:text=A%20Ind%C3%BAstri a%204.0%20tem%20impacto,empresarial%2C%20principalmente%20em%20dois%20aspectos.>. Acesso em 30 de março de 2024.</p>
</div>
<div data-bbox=)

SCHWAB, K. **A quarta revolução industrial**. São Paulo: Edipro, 2016.

SANTOS, B. P. et al. **Internet das coisas: da teoria à prática**. Minicursos SBRC-Simpósio Brasileiro de Redes de Computadores e Sistemas Distribuídos, v. 31, p. 16, 2016.

SOUZA, L. L. F.; GERHARD, F.; BRITO, E. P. Z. Desafios na formação de profissionais em Administração no Brasil. **Administração: Ensino e Pesquisa**, v. 19, n. 1, p. 1-31, jan./abr. 2018.

RÜßMANN, Michael et al. Industry 4.0: **The future of productivity and growth in manufacturing industries**. Boston consulting group, v. 9, n. 1, p. 54-89, 2015.

TESSARINI JUNIOR, G.; SALTORATO, P. Impactos da indústria 4.0 na organização do

trabalho: uma revisão sistemática da literatura. **Revista Eletrônica de Engenharia de Produção e Correlatas**. Florianópolis, SC, v. 18, n. 2, p. 743-769, 2018.

WALLER, M. A.; FAWCETT, S. E. Data Science, Predictive Analytics, and Big Data: A Revolution That Will Transform Supply Chain Design and Management. **Journal of Business Logistics**, v. 34, n. 2, p. 77–84, 2013.

ZAWADZKI, P.; ŻYWICKI, K. Smart product design and production control for effective mass customization in the Industry 4.0 concept. **Management and Production Engineering Review**. 2016.

ZHOU, K.; LIU, T.; ZHOU, L. Industry 4.0: Towards future industrial opportunities and challenges. **Industry Forum**, IEEE, 14 jan. 2016. 2015 12th International Conference on Fuzzy Systems and Knowledge Discovery (FSKD).

CAPÍTULO 02

PROGRAMA DE FORTALECIMENTO DA AGRICULTURA FAMILIAR (PRONAF): UMA ANÁLISE DA POLÍTICA PÚBLICA ENTRE OS ANOS 2016-2021

*Calisto Rocha de Oliveira Neto
Elaine Carvalho de Lima Oliveira*

Resumo

Este artigo tem como objetivo investigar o panorama da fonte de recursos de crédito do PRONAF nos últimos anos, comparando o comportamento do programa durante os governos de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022). A hipótese básica é verificar se a política pública do Pronaf vem sofrendo “*Policy Dismantling*”, ou seja, um desmantelamento do programa conforme apontado na literatura. Em termos metodológicos, foi realizada uma revisão bibliográfica e um levantamento de dados secundários. Os resultados sugerem que a hipótese do trabalho seja refutada. Contudo, a dimensão do conceito de desenvolvimento rural não se limita apenas ao crédito Pronaf e, portanto, este se torna insuficiente para alcançar novas fases de desenvolvimento. Assim, as discontinuidades de outras políticas a partir daqueles governos inviabilizam qualquer tentativa de mudar a realidade e fortalecer o segmento da agricultura familiar.

Palavras-chave: Desenvolvimento rural. Pronaf. *Policy Dismantling*.

1 INTRODUÇÃO

O Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf) foi criado na segunda metade dos anos 1990 com objetivo de que os produtores familiares rurais pudessem ter a sua disposição uma política pública voltada para seus interesses. O programa foi resultado das reivindicações dos trabalhadores rurais e de outros grupos sociais organizados que exigiam do Estado políticas de fortalecimento da produção agrícola familiar no Brasil.

O objetivo deste artigo é analisar o panorama do crédito Pronaf nos últimos anos, comparando o comportamento do programa sob governos mais (neo)liberais, incluindo o de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022).

Salienta-se que a implementação da política pública do Pronaf foi algo inovador, dado que o Estado reconheceu e legitimou a necessidade de promover o crédito rural para os pequenos agricultores. Contudo, por outro lado, o programa parece não ter sido suficiente para alcançar um novo padrão de desenvolvimento para o rural brasileiro, dado que, em várias dimensões, esta política pública não entregou o que se esperava, como

evitar a concentração de recursos no âmbito da agricultura familiar. Assim, a hipótese do trabalho é verificar se a política pública do Pronaf vem sofrendo arrefecimento no que diz respeito aos recursos para fortalecer o segmento da agricultura familiar nos governos (neo)liberais de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022).

O presente trabalho está estruturado em quatro seções, além desta introdução. Na seção seguinte é apresentada uma breve revisão da literatura com a fundamentação teórica. Na terceira seção, destaca-se a metodologia que dá sustentação a análise dos dados, em seguida, temos os principais resultados e discussões. Por fim, as considerações finais.

2 O PAPEL DAS POLÍTICAS PÚBLICAS NA AGRICULTURA FAMILIAR

Para Souza (2006), políticas públicas constituem-se numa fase em que governos eleitos democraticamente materializam seus objetivos e propósitos eleitorais em ações que buscam modificar a realidade das pessoas. De modo que o percurso traçado por elas pretende trazer soluções para problemas gerais e específicos da sociedade. A partir deste conceito, Saravia (2006) destaca os três condicionantes para implementação de políticas públicas. Em primeiro lugar, a importância das instituições, que são organismos que cumprem a função de utilidade pública, e resultantes de um agente político legitimado. Segundo, as políticas públicas são oriundas de processos decisórios. Terceiro, o condicionante comportamental a partir de ações do ente público. Por fim, o causal, que reproduzem os efeitos da política pública na sociedade (Souza, 2006; Saravia, 2006).

Machado (2020), chama atenção para complexidade intrínseca na formulação e implementação de políticas públicas, principalmente na tomada de decisão, dado o caráter hierárquico ou prioritário dos problemas da sociedade. Neste sentido, há um modelo desenvolvido por Kingdon (2003) que facilita o entendimento da formação de uma agenda pública pela confluência de três fluxos; o fluxo de problemas, de soluções e o político.

Diante disso, o planejamento de uma política pública pode surgir a partir um problema social que, em seguida, levantar-se-á proposições para buscar soluções até chegar à dimensão política, que pode criar “janelas de oportunidades” para colocar em prática a política pública (Machado, 2020; Kingdon, 2003). No caso da agricultura familiar, o processo de desenvolvimento necessita de políticas de desenvolvimento rural sustentável, que têm por objetivo a modernização e expansão do setor agrário, bem como

um processo mais equilibrado, inclusivo e representativo.

No caso específico das políticas públicas voltadas para a agricultura, as médias e grandes propriedades foram privilegiadas historicamente, em detrimento da exclusão da agricultura familiar (pequenos produtores rurais). Graziano da Silva (1982), inclusive, chama esse processo de “modernização conservadora”, dado a reprodução de um modelo de desenvolvimento rural excludente e desigual.

Neste sentido, diversos setores da economia, para serem desenvolvidos e gerar riqueza, exigem altos investimentos, os quais não necessariamente terão sucesso garantido. Sendo assim, o setor privado não está propenso a assumir altos riscos numa empreitada cheia de incertezas para se alcançar um estágio superior em termos de desenvolvimento econômico. Então, o Estado é o agente que assume os riscos e financia investimentos em áreas estratégicas com advento de políticas públicas e que podem gerar valor agregado e riqueza social.

No entanto, no período entre 2016 e 2022, o Brasil passou por mudanças de governos com características ideológicas e políticas mais liberais e pró mercado. Consoante com a postura de menos Estado, esses governos adotaram políticas econômicas bastante restritivas e por vezes contrárias ao estímulo da demanda agregada, via ampliação do gasto público, para gerar crescimento. Além da ausência de planejamento público estratégico na manutenção de políticas públicas vigentes e nem na produção de novas políticas. Então, por um lado, as regras fiscais, por exemplo, penalizam qualquer movimento de aumento do gasto público mesmo em situações de crise e/ou recessão econômica, e por outro lado, com a aprovação da Emenda Constitucional do teto de gastos em 2016, parte do orçamento destinada para despesa discricionária, principalmente investimentos vai diminuindo ao longo do tempo, dado que há despesas obrigatórias dentro do próprio orçamento que continuarão crescendo. Essa visão (neo)liberal traz mudanças estruturais na trajetória das políticas econômicas a longo prazo, que pode caracterizar em regressão das políticas públicas.

Do ponto de vista das políticas públicas específicas para agricultura familiar é de se esperar que os governos de cunho (neo)liberal de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2019-2022) adotem medidas de enfraquecimento institucional. Assim, parte-se da hipótese que a política pública do Pronaf tenha sofrido arrefecimento no que diz respeito aos recursos para fortalecer o segmento da agricultura familiar. Para verificar tal hipótese busca-se investigar, em perspectiva teórica e analítica, se há descontinuidade ou desmantelamento do Pronaf, também conhecida como “*policy dismantling*”. De acordo com

Machado (2020), esse suporte teórico permite compreender como as instituições e institucionalidades das políticas públicas são desmontadas na agricultura familiar, conferindo a reprodução de um padrão de exclusão e elevação da vulnerabilidade das políticas públicas.

Para Bauer *et al* (2012), há alguns fatores que levam à mudança de política por meio do desmantelamento, que podem ser separados em três tipos diferentes. Primeiro, fatores externos com mudanças ou eventos sociopolíticos ou econômicos, incluindo grandes choques econômicos, pressão política supranacional, mudança governamental e de paradigmas políticos. São fatores caracterizados pelo fato de que estão além da influência direta dos atores políticos e podem alterar o equilíbrio de poder dentro do campo político, apoiando ou minando o desmantelamento de políticas. Outro fator é o situacional, que diz respeito principalmente à economia política, incluindo as características estruturais do setor, a configuração dos atores e seus interesses e poder político. De acordo com Gürtler *et al* (2019), esses fatores também incluem os padrões específicos de desenho de políticas, que moldam a distribuição de custos e benefícios entre os afetados por uma política. Finalmente, constrangimentos e oportunidades institucionais, particularmente aqueles relacionados com as estruturas de oportunidades que compõem as características do sistema político. Dependendo da combinação específica de fatores, que afetam as preferências dos atores políticos e sua capacidade de buscar o desmantelamento de políticas, estratégias distintas podem ser escolhidas (Bauer *et al.* 2012).

De modo geral, as etapas e modalidades de desmantelamento de políticas podem ser expressas em quatro abordagens principais, e que diferem de acordo com a medida em que o processo é realizado conscientemente, bem como os atores políticos desejam ocultar ou revelar suas atividades, conforme Bauer *et al* (2012) e Machado (2020):

- i) Desmantelamento por defeito, envolve a tomada de decisão com pouca visibilidade e da ausência de qualquer decisão que atraia a atenção política, de modo que ocorra retração gradual da política em face da expectativa de constrangimentos institucionais;
- ii) Desmantelamento por mudança de arena refere-se a uma decisão real de mover uma política para uma arena diferente, como transferência de responsabilidade para órgãos públicos menos importantes ou outro setor onde a política possa receber menor prioridade.

- iii) Desmantelamento por ação simbólica consiste em assegurar que qualquer propósito de desmantelamento de uma política seja clara e diretamente atribuído aos decisores políticos. Esse tipo de estratégia pode ser resultado de altas restrições institucionais ou da heterogeneidade das preferências dos atores políticos.
- iv) Por fim, há o desmantelamento ativo, que é a estratégia mais aparente, pois representa alta visibilidade e, portanto, preferência a descontinuidade da política, de modo que é a decisão mais apropriada a ser tomada, seja por motivo eleitoral, político ou ideológico. Nesse caso, o desmonte pode trazer mais benefícios para os atores políticos em decorrência de demandas incisivas.

2.1 PERSPECTIVAS PARA O PRONAF: AMPLIAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA A AGRICULTURA FAMILIAR

O crédito rural foi um instrumento fundamental para viabilizar a chamada modernização conservadora da agricultura brasileira entre meados da década de 1960 e 1980. Esse tipo de política pública é fundamental para incentivar o crescimento e desenvolvimento da agricultura, porém, é importante frisar que os recursos destinados ao espaço rural viabilizaram o desenvolvimento da grande propriedade rural.

Sendo assim, até o início da década de 1990 o Brasil não tinha uma política pública destinada especificamente a pequena propriedade, representada pelo segmento agricultura familiar e com abrangência em todo o território nacional, cujo objetivo fosse fortalecer aquele segmento com crédito para financiamento de custeio da produção e de serviços agropecuários. Vale frisar que o desenvolvimento bem planejado de uma política pública pode trazer benefícios tanto econômico quanto social para os entes envolvidos. No caso da agricultura familiar pode-se destacar a geração de emprego e renda, fixação o agricultor no campo, diversifica atividades agrícolas, incentiva o empreendedorismo rural, incorpora atividade de processamento e agroindustrialização dos produtos da agricultura familiar, entre outros.

Neste contexto, em 1995 é criado o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) fruto do esforço e mobilização política dos agricultores familiares, chamada de “Grito da Terra Brasil” (Bianchini, 2015). O programa tinha como objetivo reparar a ausência de uma política pública destinada a atender as organizações dos trabalhadores rurais para incluí-los na política econômica. Logo, reivindicavam a

formulação e implementação de políticas específicas voltadas ao desenvolvimento rural a partir do fortalecimento da agricultura familiar, maior segmento da agricultura brasileira, e que não tinha prestígio em termos de acesso a crédito público, bem como em capacidade técnica e inserção nos mercados para gerar emprego e renda.

De acordo com a Resolução do BACEN-2191 de 24 de agosto de 1995 é instituído o crédito rural do PRONAF, que definiu os critérios para a Declaração de Aptidão (DAP) e as características do agricultor familiar, que são: explorar parcela da terra na condição de proprietário, posseiro, **meeiro**, arrendatário ou parceiro; **utilizar mão-de-obra exclusivamente familiar**, mas, podendo manter até dois empregados permanentes; não deter a qualquer título, área superior a quatro Módulos Fiscais, que é a unidade de medida agrária usada no Brasil; 80% da renda bruta anual do agricultor (no mínimo) seja derivado da exploração agropecuária ou extrativa; **possuir renda bruta familiar anual de até R\$ 60.000,00**; por fim, residir na propriedade ou em aglomerado urbano ou rural próximos (Schneider *et al*, 2010; Bianchini, 2015).

Então, a fase que vai entre 1996 e início dos anos 2000 corresponde ao período de diversificação de instrumentos voltados para os agricultores familiares. De modo que, para seguir em frente com essa missão, o programa foi pensado a partir de uma estrutura operacional com quatro eixos de ação. 1) negociação e articulação de políticas públicas. 2) instalação e melhoria de infraestrutura e serviços municipais. 3) financiamento da produção do agricultor familiar, que engloba custeio e investimento. 4) por fim, era necessário, além do crédito, preparar os agricultores familiares através de programas de capacitação e profissionalização (basicamente extensão rural e apoio a organizações locais). Em termos políticos, o programa foi apoiado pelo governo Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1994-2002) de cunho ideológico mais liberal, mas que, de acordo com Bianchini (2015), foi resultado de uma disputa acirrada entre ele e Lula (mais desenvolvimentista) na campanha para presidência de 1994, no qual este tinha plano de ajuda aos agricultores familiares. Assim, inicia-se a política pública do Pronaf ainda no governo FHC, em que houve investimentos crescentes de recursos públicos no apoio à agricultura familiar, embora o setor do agronegócio também ampliasse sua participação no crédito público (Alves; Rocha, 2010).

Contudo, entre estes eixos, o governo elegeu o “financiamento da produção”, através do Pronaf-crédito, como a principal política a ser utilizada para promover “um novo padrão de desenvolvimento sustentável” no meio rural, isso porque não havia recurso suficiente para levar adiante todas as frentes do programa (Aquino; Schneider, 2010).

Então, foi feita a escolha pela **modalidade Financiamento da Produção que comporta os recursos para custeio e investimentos** dentro da política pública realizada pelo Estado, uma vez que o elevado custo e a escassez de recursos eram os principais obstáculos para os agricultores familiares fomentarem qualquer mudança estrutural nas suas vidas.

Um ponto importante a destacar é que o apoio dado à agricultura familiar pelo Estado recebeu pouca oposição durante os anos 2000, dado que os potenciais competidores do orçamento público – o agronegócio – não foi impacto por tal política para o pequeno produtor rural. São dois os motivos, o primeiro deles tem a ver com o contexto da expansão da demanda externa por *commodities* durante aquela década, e o outro está relacionado com a oferta de crédito público abundante. Para além disso, vários programas integraram uma espécie de elite de agricultores já capitalizados e bastante produtiva dentro do segmento da agricultura familiar, inclusive integrando as cadeias de valor de *commodities*. Por exemplo, o Pronaf apoiou a concessão de crédito a produtores familiares já inseridos em cadeias agroalimentares de *commodities* para sua modernização tecnológica. Isso configura um programa desigual, no qual os recursos são concentrados nas regiões Sudeste e, principalmente, Sul (AQUINO; SCHNEIDER, 2010).

Já para os pequenos agricultores rurais não basta apenas recursos via crédito para transformar a realidade do produtor, uma vez que são insuficientes para o desenvolvimento rural, ou seja, é preciso que a política pública tenha enfoque nos territórios rurais e, a partir disso, observar suas particularidades para tentar mudar a realidade local.

Nesse contexto, em 2003, foi instituído a política pública Programa Territórios Rurais a partir da criação da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT) vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), que em parceria com o Conselho Nacional de Desenvolvimento Rural e Agricultura Familiar (CONDRAF) balizaram a referência territorial na política (MACHADO, 2020). Ortega e Jesus (2014) destacam que:

Essa nova estratégia governamental para o desenvolvimento rural adotou a abordagem territorial como eixo central de suas propostas e constituiu-se no foco de atuação da SDT, apoiando organizações sociais e o fortalecimento institucional dos atores sociais locais na participação da construção de um desenvolvimento sustentável por meio do fortalecimento da interlocução entre os poderes públicos e os atores sociais (Ortega; Jesus, 2014, pg. 14).

O destaque da política territorial era promover ações descentralizadas que buscassem valorizar os potenciais endógenos dos próprios territórios para a economia local caracterizadas com baixo dinamismo e elevado índice de pobreza (ORTEGA, 2008)

3 METODOLOGIA

A metodologia aplicada neste trabalho contempla uma pesquisa bibliográfica e uso de dados secundários. A revisão bibliográfica investiga em perspectiva histórica os efeitos, ao longo do tempo, das ações do Estado brasileiro na trajetória de transformar a estrutura agrária com objetivo de gerar crescimento e, conseqüentemente, o desenvolvimento econômico. Assim, num primeiro momento, busca-se teorizar como o Estado tomou frente na questão das políticas públicas voltadas ao fortalecimento da agricultura familiar e, posteriormente, como elas podem ser desmanteladas de acordo com as mudanças políticas. Num segundo momento, a pesquisa caracteriza brevemente os anos 1990, década que marca inflexão no papel do Estado especificação a política pública para a agricultura familiar.

De acordo com Lakatos e Marconi (2003) estes métodos seriam as etapas mais concretas da investigação da pesquisa, com a finalidade de explicar os fenômenos e objetos menos abstratos. Neste sentido, esta pesquisa utiliza o método histórico com técnicas de procedimento bibliográfico e com dados secundários sobre o comportamento dos recursos do Pronaf, principalmente em momentos em que a gestão da política econômica foi ou é de governos mais liberais.

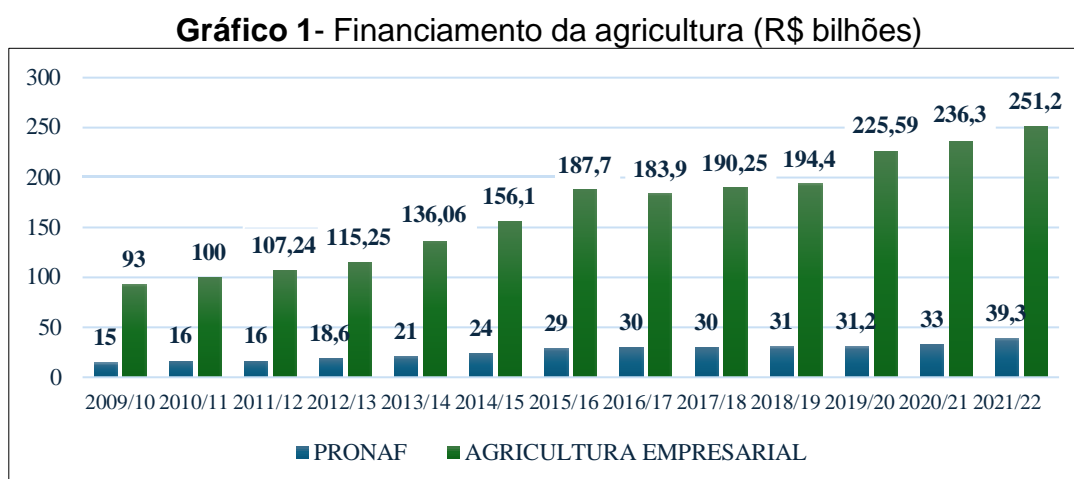
Quanto aos objetivos, o trabalho é do tipo exploratório e descritivo. Segundo Gil (2007) a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, uma vez que busca deixá-lo explícito ou até mesmo construir hipóteses sobre o objeto pesquisado (Gil, 2007). Assim, levantamento bibliográfico, de dados, entre outros, dão subsídios importantes para compreender a realidade. Nestes termos, os procedimentos empregados neste trabalho foram dados estatísticos e o método histórico-comparativo.

4 RESULTADOS E DISCUSSÃO

De maneira geral, e do ponto de vista teórico, é de se esperar que os primeiros indícios de desmantelamento dos instrumentos de política da agricultura familiar, em especial o Pronaf, tenha acontecido no governo liberal de Michel Temer (2016-2018), que assumiu o cargo de Presidente pós cassação do mandato da Dilma Roussef pelo Congresso. Desde então, o Brasil presenciou o desmantelamento ativo, e rápido das políticas de agricultura familiar, conforme Bauer *et al* (2012). Por exemplo, o Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) foi extinto e seus programas transferidos para o Ministério

do Desenvolvimento Social (MDS), pois argumentava-se que a agricultura familiar deveria ser assistida por políticas sociais e não produtivas, uma vez que a categoria agricultura familiar incluiu muitos outros segmentos não produtivos, como comunidades indígenas, camponeses tradicionais, pequenos pescadores, etc. Sendo assim, a política pública de apoio a produção deveria ser limitada aos agricultores integrados nas cadeias de agroindústrias (Alves *et al*, 2010).

No que se refere as linhas de crédito do Pronaf, os dados mostram que os recursos foram mantidos e ampliados. Para corroborar com o argumento, o Gráfico 1 abaixo mostra que o financiamento para agricultura familiar vem sendo ampliado nos últimos anos, porém, quando comparado a oferta de crédito para a agricultura empresarial (agronegócio), os valores são muito superiores. Como exemplo, o plano safra previsto para 2021/2022 o crédito para agricultura empresarial é seis vezes maior do que para a agricultura familiar.



Fonte: MAPA (2022)

Isso evidencia que grupos de interesse, que apoiam governos mais liberais, tiveram acesso a linhas de crédito que beneficiam ainda mais os agricultores familiares mais capitalizados e da agricultura patronal.

Por outro lado, é importante frisar que apenas financiamento da pequena propriedade familiar não é suficiente para reduzir as assimetrias que existem entre territórios rurais, no sentido de melhorar os indicadores socioeconômicos, propiciando o desenvolvimento rural, com maior inclusão.

Outro ponto importante diz respeito a sistemática de concessão de crédito ao longo dos anos, principalmente os recursos para custeio da produção e investimento, pois pode

expressar o perfil de como o programa atua. Schneider *et al* (2010) já tinha apresentado dados referentes ao comportamento do crédito em termos do número de contratos efetivados e do volume de recursos aplicado na primeira fase do programa (1995-1998). Na ocasião o número de contratos e valores apresentavam crescimento, muito em função das pressões das organizações dos trabalhadores. Ainda de acordo com os autores os valores totais e médios dos contratos variam de acordo com a produção e os tipos do produto, bem como as características de cada região e entre as unidades da federação.

Assim, no Quadro 1 abaixo, procurou-se refazer o comportamento dos dados, porém, para o período 2016-2021 e com incremento da distribuição espacial para as regiões do Brasil. Destaca-se a região Sul do país, que detém 33% dos recursos e 31% dos contratos em 2021. As demais regiões apresentaram o seguinte desempenho. O Sudeste com 23% dos recursos e 16% dos contratos; O Centro-Oeste 28% dos recursos e 8% dos contratos; Norte 7.7% dos recursos e 4.5% dos contratos; por fim, destaca-se também o Nordeste, só que negativo, uma vez que teve um desempenho bem discrepante, a região tem 8% dos recursos e 40% dos contratos. Isso significa que, em termos de valores médios dos contratos, o volume de crédito é baixo em comparação ao número de agricultores, ainda mais considerando que a região apresenta um padrão de heterogeneidade econômica muito forte.

Esse desempenho regional parece indicar um forte desequilíbrio espacial do programa. Schneider *et al* (2010) argumenta que esse resultado pode ser explicado por dois motivos. O primeiro deles tem a ver com o perfil do agricultor sulista, que são mais capitalizados, integrados a agroindústria e, portanto, tem um peso econômico relevante dentro da agricultura, além das pressões políticas das agroindustriais da região. O segundo motivo tem a ver com maior consciência na questão de se organizarem para reivindicar, historicamente, uma política de crédito rural.

Quadro 1- Número de contratos e volume de recursos do PRONAF- R\$ (2016-2021)

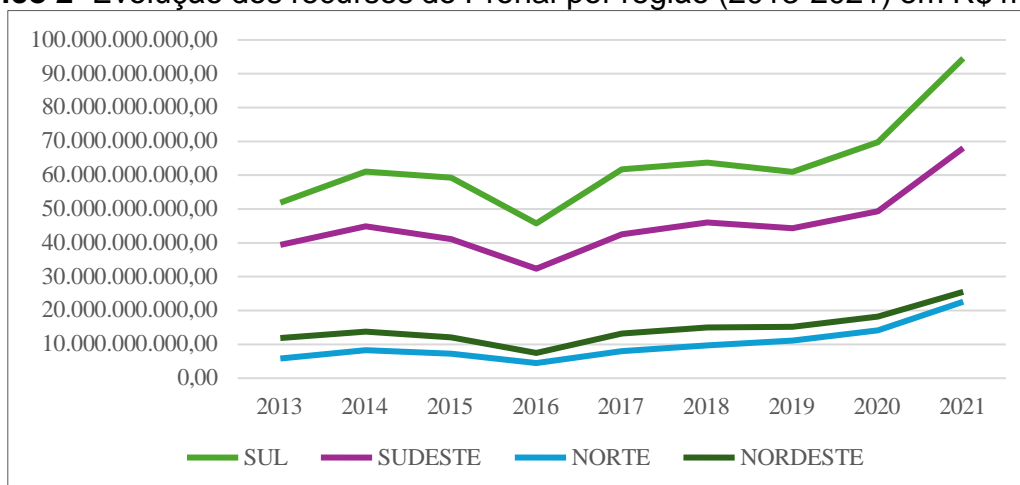
REGIÃO	2016	2017	2018	2019	2020	2021
CENTRO - OESTE						
Qtd.	114.483	151.541	147.645	137.539	146.256	159.128
Contratos	26.171.626.	41.476.266	46.335.840	46.964.763	54.706.712	81.730.379
valor	037,99	.252,45	.975,27	.945,79	.074,47	.789,77
Valor médio	228.607,09	273.696,66	313.832,78	341.465,07	374.047,64	513.614,07

SUL						
Qtd.	580.732	669.989	646.319	598.969	585.127	611.372
Contratos	45.754.057.	61.731.907	63.756.538	60.954.543	69.742.824	94.548.272
valor	870,98	.691,93	.794,38	.178,70	.580,39	.882,91
Valor médio	78.786,87	92.138,69	98.645,62	101.765,77	119.192,63	154.649,33
SUDESTE						
Qtd.	280.022	358.320	345.319	301.140	309.334	324.361
Contratos	32.366.217.	42.508.865	46.059.919	44.350.335	49.388.646	68.043.373
valor	190,89	.732,02	.099,32	.846,81	.730,42	.701,92
Valor médio	115.584,55	118.633,81	133.383,68	147.274,81	159.661,23	209.776,68
NORTE						
Qtd.	50.354	73.155	72.945	66.776	74.117	89.429
Contratos	4.468.398.2	7.966.223.	9.708.969.	11.099.703	14.102.082	22.602.615
valor	80,13	587,66	638,32	.359,21	.149,96	.295,45
Valor médio	88.739,69	108.895,13	133.099,86	166.222,94	190.267,85	252.743,69
NORDESTE						
Qtd.	541.168	855.205	820.230	754.061	808.564	799.500
Contratos	7.467.171.4	13.243.559	14.961.335	15.193.247	18.169.864	25.524.197
valor	72,93	.041,56	.601,14	.749,21	.067,57	.789,15
Valor médio	13.798,25	15.485,83	18.240,42	20.148,57	22.471,77	31.925,20

Fonte: Matriz de dados do crédito rural – BACEN

No que diz respeito ao valor médio dos contratos, observa-se que as regiões apresentaram crescimento. Chama a atenção dois casos extremos: a região Centro-Oeste detém os maiores valores médios, o que indica que a escala de produção dos agricultores é maior e, por outro lado, a região Nordeste possui um valor médio muito baixo, dado o grande volume de contratos e, portanto, a escala produtiva é menor.

O Gráfico 2 mostra a evolução dos recursos por região do Brasil considerando um período maior de 2013-2021. É possível verificar que todas as regiões cresceram, apenas no período de 2015-2016 houve queda em função da crise política e econômica do período.

Gráfico 2- Evolução dos recursos do Pronaf por região (2013-2021) em R\$ milhões

Fonte: Matriz de dados do crédito rural – BACEN

De todo modo, chama atenção a região Sul, que destoa das demais como a que tem os maiores volumes de recursos. No entanto, as regiões Norte e Nordeste são aquelas que recebem baixo volume de crédito, o que dificulta combater as desigualdades.

Assim, os dados sugerem que a hipótese de redução dos recursos da política pública de crédito do Pronaf para agricultura familiar, diante dos governos (neo)liberais de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022), não se confirma. Ao contrário, houve expansão nos períodos desses presidentes no cargo. Porém, isso não significa dizer que aumentar os recursos do Pronaf vai impactar positivamente o desenvolvimento rural, ou seja, o crédito é apenas um dos pilares. O desenvolvimento para se constituir necessita de outras políticas públicas que busquem melhorar as condições de vida da população que vive em áreas rurais. Logo, o desenvolvimento rural incorpora outros valores, como inclusão, equidade social e territorial, entre outros.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como propósito investigar o panorama do crédito do Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) nos últimos anos, observando o comportamento do programa, principalmente nos governos (neo)liberais de Michel Temer (2016-2018) e Jair Bolsonaro (2018-2022). A hipótese do trabalho está alicerçada na teoria “*Policy Dismanteling*” com o intuito de verificar se a política pública do Pronaf vem sofrendo arrefecimento no que diz respeito aos recursos para fortalecer o segmento da agricultura familiar.

Neste sentido, observando os dados estatísticos, os resultados indicam que os recursos do Pronaf vêm apresentando expansão em todas as regiões do Brasil, e não o contrário. Isso refuta a hipótese do trabalho, ou seja, nos governos de Michel Temer e Jair Bolsonaro, o Pronaf vem ganhando cada vez mais recursos. Contudo, a política pública do Pronaf não é apenas ofertar crédito para agricultores familiares, porque isso não é suficiente para promover o desenvolvimento rural e territorial.

Portanto, é preciso incorporar outras políticas públicas que “dialoguem” com o crédito, como políticas de reforma agrária, assistência técnica e extensão rural, melhoria de infraestrutura e serviços municipais, custeio e investimento, programas de capacitação e profissionalização etc, e estas não vem sendo privilegiadas pelos governos (neo)liberais citados. Outra política fundamental para o desenvolvimento rural é Programa Territórios Rurais da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), vinculada ao MDA ainda no governo Lula (2003-2010), no qual o programa estava fundamentado nos obstáculos estruturais do desenvolvimento rural, como capital humano, social e natural; estrutura fundiária e acesso à terra. Contudo, esse programa foi desmantelado, no sentido teórico do “*Policy Dismantling*”, pelo atual governo de Jair Bolsonaro.

Por fim, enfatiza-se que este trabalho foi um primeiro esboço para entender o comportamento de uma política pública específica, no caso o Pronaf, diante de governos (neo)liberais, de modo que se pretendia relacionar o conceito teórico de “*Policy Dismantling*” com a atuação política daqueles governos. Sendo assim, essa pequena pesquisa não teve a pretensão de esgotar a temática abordada, mas, sim, de trazer alguns elementos explicativos da dinâmica complexa que relacionam as políticas públicas e o agente político eleito.

REFERÊNCIAS

AQUINO, J. R.; SCHNEIDER, S. **12 anos da política de crédito do PRONAF no Brasil (1996- 2008)**: Uma reflexão crítica. In: VIII Congresso Latinoamericano de Sociologia Rural, 2010, Porto de Galinhas, Anais do Congresso Latino Americano de Sociologia Rural. Porto de Galinhas (PE): ALASRU.

ALVES, E.; ROCHA, D. Ganhar tempo é possível. In J. G. GASQUES, J. E. R. VIEIRA FILHO.; Z. NAVARRO (Eds.), **A Agricultura Brasileira**: Desempenho, desafios e perspectivas (pp. 275–290). Brasília: IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Disponível em: <https://ainfo.cnptia.embrapa.br/digital/bitstream/item/81292/1/Ganhar-tempo-e-possivel.pdf>. Acesso 04 de ag. 2023.

BAUER, M. W. et al. **Dismantling Public Policy: Preferences, Strategies, and Effects**. Oxford: Oxford University Press, 2012.

BIANCHINI, V. **Vinte Anos do PRONAF, 1995-2015**. Avanços e Desafios. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, p. 113, 2015.

GRAZIANO DA SILVA, J. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1982.

GÜRTLER, K.; POSTPISCHIL, R.; QUITZOW, R. **The dismantling of renewable energy policies: The cases of Spain and the Czech Republic**, 2019.

MACHADO, E. P. C. **“Policy Dismantling” na Agricultura Familiar: o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) no Rio Grande do Norte**. Tese de Doutorado. PPGE-UFU, 2020. Acesso: 08 de ag. 2023. Disponível em: <https://repositorio.ufu.br/bitstream/123456789/30283/3/PolicyDismantlingAgricultura.pdf>

ORTEGA, A. C. **Territórios Deprimidos: Os desafios das políticas de desenvolvimento territorial rural**. Campinas: Alínea, 2008.

SARAVIA, E. Introdução a Teoria da Política Pública. In: SARAIVA, E; FERRAREZI, E. (org.) **Políticas Públicas**. Coletânea, ENAP, Brasília, 2006.

SOUZA, Y. H.; SECCHI, L. Extinção de políticas públicas. Síntese teórica sobre a fase esquecida do policy cycle. **Cadernos Gestão Pública e Cidadania**, São Paulo, v. 20, n. 66, jan./jun. 2015. ISSN 2236-5710. Disponível em: <http://bibliotecadigital.fgv.br/ojs/index.php/cgpc/article/view/39619>. Acesso em: 04 agosto 2022. <https://doi.org/10.12660/cgpc.v20n66.39619>

CAPÍTULO 03

A DESIGUALDADE SOCIOECONÔMICA E O DESAFIO DO DIREITO À MORADIA NO BRASIL

*Anny Kariny Feitosa
Anderson Diego Feitosa de Andrade
Francisco Francinildo Oliveira Lima*

RESUMO

O direito à moradia é um dos direitos fundamentais consagrados pela Constituição brasileira de 1988. No entanto, apesar dos esforços e avanços ao longo das últimas décadas, a garantia desse direito ainda enfrenta desafios substanciais no contexto brasileiro. Este artigo propõe uma análise do direito à moradia, relacionado à desigualdade socioeconômica. Tem-se por hipótese que as cidades brasileiras apresentam uma construção social excludente, o que impacta diretamente no direito à moradia das pessoas, em especial àquelas de baixa renda.

INTRODUÇÃO

Os direitos fundamentais representam um núcleo inviolável de uma sociedade, com o intuito de garantir a dignidade da pessoa humana. São imprescritíveis, inalienáveis, irrenunciáveis, invioláveis, universais, marcados pela efetividade, interdependentes e complementares. Podem ser classificados em dimensões.

Destaca-se a 2ª dimensão, em que estão contemplados os direitos coletivos, que se relacionam com ideais de igualdade, direitos econômicos, direitos sociais e culturais. Os direitos sociais, por sua vez, relacionam-se com as liberdades e prestações positivas do Estado, visando melhoria nas condições de vida, nos setores mais vulneráveis da sociedade (PINTO, 2009).

A moradia é um direito social, assegurado na Constituição Federal, em seu artigo 6º, e está diretamente relacionado com a dignidade humana, pois tem como premissa a necessidade de moradia digna, indicando o seu acesso como forma de exercício da cidadania. Foi incorporado ao ordenamento jurídico brasileiro por meio da Emenda Constitucional nº 26, de 2000.

O direito à moradia é um dos pilares fundamentais dos direitos humanos, reconhecido internacionalmente como essencial para a dignidade humana e o pleno desenvolvimento individual e coletivo.

No Brasil, esse direito é assegurado pela Constituição Federal de 1988 e por diversos instrumentos legais e internacionais ratificados pelo país. No entanto, a realidade habitacional brasileira ainda está longe de atender às demandas e necessidades da população, especialmente dos segmentos mais vulneráveis.

Exatamente por ser um direito fundamental, deveria ter sua aplicação de modo imediato e com eficácia plena. Não precisaria de outras normas para viabilizar a produção de seus efeitos. No entanto, de acordo com Silva e Piccolo (s.d.):

Tendo em vista a questão orçamentária do Estado, a realização desse direito de forma plena para todos os cidadãos é, praticamente, impossível. O histórico das políticas públicas habitacionais no Brasil mostra como os principais programas não conseguiram obter êxito entre as camadas sociais mais baixas, facilitando, de certa forma, os financiamentos para as classes média e alta, contribuindo diretamente para o alto déficit habitacional brasileiro.

Direito à Moradia

O Direito à Moradia está estabelecido na Constituição Federal como um Direito Social, consoante art. 6º:

Art. 6º São direitos sociais a educação, a saúde, a alimentação, o trabalho, a **moradia**, o transporte, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição (grifo nosso).

Ademais, a Carta Magna também afirma que é direito dos trabalhadores perceber um salário mínimo que seja suficiente para garantir sua moradia, dentre outras necessidades, de acordo com o art. 7º, inciso IV:

Art. 7º São direitos dos trabalhadores urbanos e rurais, além de outros que visem à melhoria de sua condição social:

IV – salário mínimo, fixado em lei, nacionalmente unificado, capaz de atender a suas necessidades vitais básicas e às de sua família com **moradia**, alimentação, educação, saúde, lazer, vestuário, higiene, transporte e previdência social, com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo vedada sua vinculação para qualquer fim (grifo nosso).

Ainda com relação ao Direito à Moradia, tem-se expresso no texto constitucional, em seu art. 23: “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios: IX – promover programas de construção de moradias e a melhoria das condições habitacionais e de saneamento básico”.

Além da previsão constitucional relacionada à moradia, a Agenda 2030, um plano global que visa um “mundo melhor para todos os povos e nações”, contempla 17 objetivos para o Desenvolvimento Sustentável, dentro os quais, o objetivo 11 é intitulado “Cidade e Comunidades Sustentáveis”. Nele, destacam-se as seguintes metas (IPEA, 2019):

Meta 11.1

Nações Unidas

Até 2030, garantir o acesso de todos à habitação segura, adequada e a preço acessível, e aos serviços básicos e urbanizar as favelas.

Brasil

Até 2030, garantir o acesso de todos a moradia digna, adequada e a preço acessível; aos serviços básicos e urbanizar os assentamentos precários de acordo com as metas assumidas no Plano Nacional de Habitação, com especial atenção para grupos em situação de vulnerabilidade.

Meta 11.3

Nações Unidas

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, e as capacidades para o planejamento e gestão de assentamentos humanos participativos, integrados e sustentáveis, em todos os países.

Brasil

Até 2030, aumentar a urbanização inclusiva e sustentável, aprimorar as capacidades para o planejamento, para o controle social e para a gestão participativa, integrada e sustentável dos assentamentos humanos, em todas as unidades da Federação.

Como pode ser observado, o Brasil assumiu o compromisso, seja no texto constitucional, seja por meio da Agenda 2030, de garantir o acesso de todos a uma moradia digna, adequada, aos serviços básicos, dando atenção especial aos grupos em situação de vulnerabilidade.

Moradia e Direito à cidade

De acordo com o Forum Nacional de Reforma Urbana,

A cidade é uma construção coletiva de todas e todos. Uma cidade boa para se viver é aquela que garanta a sua população o direito de estar numa moradia adequada, ventilada e iluminada. Com rede de água, esgoto, luz, internet e transporte fácil. Que tenha uma praça, uma escola e trabalho perto, seguros e acessíveis. Chamamos isso de Direito à Cidade.

Apesar desta ampla proteção constitucional e compromissos internacionais assumidos, o direito fundamental à moradia é mitigado nos centros urbanos brasileiros. As relações existentes na sociedade brasileira atual demonstram uma perspectiva de distanciamento de eficácia das metas propostas. A realidade é que ainda existem milhares de brasileiros sem acesso à moradia digna e outros direitos fundamentais.

A desigualdade socioeconômica e o desafio do Direito à Moradia

A desigualdade socioeconômica é uma das principais razões pelas quais o direito à moradia é mitigado nos centros urbanos brasileiros. Enquanto uma parcela da população tem acesso a habitações de qualidade, outra parte significativa enfrenta condições precárias, vivendo em áreas de risco, ocupações informais ou em situação de vulnerabilidade social. Essa disparidade no acesso à moradia perpetua um ciclo de exclusão social e marginalização, dificultando o exercício pleno da cidadania para muitos brasileiros.

Verifica-se, no Brasil, um abismo característico da desigualdade social, que aprofunda a precariedade do acesso aos direitos sociais, de um modo geral. Implica em má distribuição de renda, dificuldade de acesso ao sistema educacional, à moradia, à saúde, e demais direitos fundamentais (LOPES, 2012).

No bojo da desigualdade social brasileira, é possível traçar uma analogia com as sociedades de castas fechadas, com suas origens históricas, crenças, que justificam uma hierarquia entre as pessoas, para estabelecer um senso de ordem e poder. Isabel Wilkerson (2021), em seu livro “Casta: as origens de nosso mal-estar”, aponta os pilares que alicerçam a estrutura de castas, trazendo exemplos das sociedades estadunidense, Indiana e alemã nazista.

Na obra, a autora aponta que muitas sociedades conseguem justificar a desigualdade como vontade divina, por leis da natureza, ou, ainda, por uma questão de conveniência social, dada a hereditariedade e a imposição da impossibilidade de mudança (ascensão a outras classes), o que estabelece uma ideia de superioridade de determinada parcela da população sobre a outra, excluída, inferiorizada.

Esta hierarquia é refletida em todas as áreas, inclusive na ocupacional, em que algumas atividades são destinadas a pessoas de nível hierárquico mais baixo, que, por óbvio, são também as que possuem menor nível de escolaridade, e piores condições de vida (WILKERSON, 2021).

Observa-se, portanto, que, por força da desigualdade social, os direitos fundamentais, nomeadamente os direitos sociais, revelam-se meramente formais, uma vez que milhares de pessoas (sobre)vivem em condições socioeconômicas menos vantajosas, que condizem com uma sub-humanidade. Seria necessário, portanto, consolidar o acesso aos direitos fundamentais, especialmente ao direito à moradia, abordado no presente estudo, como forma de oportunizar uma vida mais justa e democrática (SPINK *et al.*, 2020).

Rothenburg (2021) afirma que os direitos sociais funcionam como possibilidades de superação das desigualdades, tendente ao fornecimento de melhores condições a pessoas e grupos mais vulneráveis, inserindo-os na perspectiva da universalidade dos direitos fundamentais. Nas palavras do autor: “Será preciso[...] centrar o foco dos direitos fundamentais em geral nas pessoas e grupos mais vulneráveis” (p. 274). Assim, “as pessoas e grupos mais desfavorecidos adquirem ou reforçam seus laços de pertinência social”.(p. 276).

O desafio consiste em estabelecer um olhar sobre o cotidiano das cidades e suas contradições sociais presentes no ambiente urbano, visando conhecimento sobre a realidade e também transformação (CIPRIANO; MACHADO, s.d.)

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O direito à moradia é um componente essencial da justiça social e do desenvolvimento humano. É necessário um compromisso contínuo e coordenado entre governo, sociedade civil e setor privado para superar os obstáculos existentes e construir um país onde o direito à moradia seja verdadeiramente respeitado e garantido para todos.

Para avançar na efetivação plena do direito à moradia no Brasil, são necessárias medidas que abordem os desafios estruturais e promovam a inclusão social e urbana. É fundamental promover uma reforma urbana que garanta o acesso democrático à terra e promova o desenvolvimento urbano sustentável e inclusivo. As políticas habitacionais devem ser aprimoradas, com ênfase na participação social, transparência e eficiência na alocação de recursos.

Ademais, é necessário acelerar os processos de regularização fundiária em áreas urbanas informais, garantindo o acesso a serviços básicos e a segurança jurídica para os moradores. Além disso, medidas para reduzir a desigualdade socioeconômica são essenciais para garantir que todos os brasileiros tenham acesso a moradias dignas e adequadas.

REFERÊNCIAS

ERCOLE, F. F.; MELO, L. S.; ALCOFORADO, C. L. G. C. Revisão integrativa *versus* revisão sistemática. Rev. Min. Enferm., v.18, n. 1, Belo Horizonte, Jan./Mar. 2014.

CIPRIANO, D.M.; MACHADO, C.R.S. Algumas reflexões sobre o estudo da História Ambiental da/na cidade. Observatório Geográfico da América Latina. [s.d.]. Disponível em: <http://observatoriogeograficoamericalatina.org.mx/egal12/Geografiasocioeconomica/Geografiaurbana/283.pdf> . Acesso em: 31 maio 2023.

FORUM DE REFORMA URBANA. Direito à Cidade e Direito à Moradia. Disponível em: <https://forumreformaurbana.org.br/direito-a-cidade-e-direito-a-moradia/> . Acesso em: 01 jun. 2023.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. Objetivos do Desenvolvimento Sustentável. ODS 11. Cidades e Comunidades Sustentáveis. 2019. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/ods/ods11.html> . Acesso em: 01 jun 2023.

LABINUR - Laboratório de Investigações Urbanas - FEC/Unicamp. Estatuto da Cidade - Para compreender. 2015. Disponível em: http://www.fec.unicamp.br/~labinur/Estatuto_comp.html. Acesso: 01 jun. 2023.

LOPES, S. D. N. O direito fundamental à moradia como critério inafastável de interpretação das normas jurídicas e do incremento da função social de posse. Série Aperfeiçoamento de

Magistrados. 10. Curso: processo civil. Procedimentos especiais. EMERJ/ TJRJ, 2012.

Disponível

em: https://www.emerj.tjrj.jus.br/serieaperfeicoamentodemagistrados/paginas/series/10/proc_essocivil_275.pdf . Acesso em: 01 jun 2023.

PINTO, A.G.G. Direitos Fundamentais Legítimas Prerrogativas de Liberdade, Igualdade e Dignidade Revista da EMERJ, v. 12, n. 46, 2009.

ROTHENBURG , W.C. Direitos sociais são direitos fundamentais: simples assim. Juspodivm, 2021.

SILVA, R.L.N.; PICCOLO, T.K. O direito social à moradia e as políticas públicas habitacionais no Brasil. Publica Direito. [s.d.]. Disponível em: <http://www.publicadireito.com.br/artigos/?cod=66705064b3875724> . Acesso em: 01 jun. 2013.

SPINK, M.J.P.; MARTINS, M.H.M.; SILVA, S.L.A.; SILVA, S.B. O Direito à Moradia: Reflexões sobre Habitabilidade e Dignidade. Psicol. cienc. prof. n. 40, 2020. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-3703003207501>. Acesso em: 01 jun. 2023.

WILKERSON, I. Casta: as origens de nosso mal-estar. 1ed. Zahar, 2021.

CAPÍTULO 04

O DIAGNÓSTICO DAS REDES SOCIAIS NAS ESTRATÉGIAS DE VENDAS E CRESCIMENTO DAS MICROS E PEQUENAS EMPRESAS: UM ESTUDO EM ICÓ-CE

*Marcelio Jeferson Martins Alencar
Maria Antunizia Gomes*

RESUMO

Com o avanço das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC's), houve uma modificação no sistema de estratégias de vendas com a ampliação do acesso aos produtos por meio das redes sociais, o compartilhamento de textos, fotos e vídeos através da Internet, viabiliza um grande alcance do produto e as empresas podem operar junto com clientes e fornecedores, como se fossem grandes organizações. O presente trabalho tem como objetivo: Avaliar o impacto das redes sociais nas estratégias de vendas e crescimento das micros e pequenas empresas, da cidade de Icó-Ce. Metodologicamente caracteriza-se como uma pesquisa bibliográfica descritiva de caráter quantitativo e qualitativo. Para coleta e análise dos dados será por meio do (Google Forms). A análise do questionário terá como base a Análise de Conteúdo, proposta por Bardin. Neste sentido, o estudo de caso identificou um problema, analisou as evidências, desenvolveu argumentos lógicos, avaliou e propôs soluções. Conclui-se, portanto, que ficou provado a importância das redes sociais nas estratégias de vendas e crescimento das empresas, no entanto destacam-se alguns impedimentos que limitaram os resultados e potenciais das plataformas.

Palavras Chave: Icó. Redes Sociais. Estratégias de vendas.

INTRODUÇÃO

É notório que, com o advento das tecnologias, viabilizou-se o desenvolvimentismo de novos meios de comunicação, sendo que tais ferramentas trazem impacto não apenas para as pessoas, mas também para as organizações, que precisam se adaptar aos novos meios e incorporá-los nas suas estruturas funcionais e estratégicas.

Assim, as redes sociais, como Instagram, Facebook e WhatsApp, estão inseridas no cotidiano das pessoas, sendo que a utilização dessas redes se tornou não apenas meios de socialização, mas também ferramentas extremamente eficientes nas estratégias de *marketing* e vendas das empresas. Essas possuem mecanismos capazes de otimizar e entregar resultados extremamente precisos e mensuráveis, o que viabiliza a capacitação de gestores de micro e pequenas empresas para utilizarem esses meios

de formas estratégicas, alinhadas aos objetivos dos negócios.

Para tanto, a problemática desta pesquisa consiste em analisar qual o impacto das redes sociais nas estratégias de vendas e crescimento das micro e pequenas empresas na cidade de Icó-Ce. Nota-se uma predominância de empresas familiares e extremamente tradicionais nos interiores, sobretudo na cidade de Icó, o que evidencia uma resistência dos empreendedores na busca de qualificações acerca das estratégias de marketing digital, em específico das redes sociais, meio pelo qual é necessário baixo investimento financeiro o que as tornam ideais para micro e pequenas empresas que disponham de pouco recursos financeiros, mas têm um papel de extrema importância na economia, no avanço e crescimento do País, por isso, o estudo de ferramentas e metodologias que possam auxiliar no crescimento desses negócios devem ser fomentadas.

Portanto, o objetivo da pesquisa consiste em avaliar o impacto das redes sociais nas estratégias de vendas e crescimento das micros e pequenas empresas, da cidade de Icó-Ce.

O estudo caracteriza-se como exploratório, descritivo, com abordagem qualitativa e com o uso do método de análise dialético crítico, estudo campo, com a aplicação de questionário através da plataforma Google form, tendo como público alvo os proprietários das empresas: Amor de Casa, Ótica Estrela, Thigoline, Odontoclínica e Glessy Turismo, localizadas na cidade de Icó – Ceará.

Para tanto, justifica-se o interesse em abordar esta temática como relevância social, busca-se contribuir para a sociedade da Região Centro Sul, que possuem na sua grande maioria, micro e pequenas empresas por meio das redes sociais onde elas possam difundir seu produto, como estratégia de marketing. Enquanto no âmbito acadêmico observa-se uma lacuna de registro de pesquisas sobre essa temática, o que fomenta esta pesquisa em questão. Sob o âmbito profissional, pode-se compreender a relevância desta pesquisa frente à necessidade de destacar o impacto socioeconômico que as redes sociais trouxeram para as organizações, com ênfase na Região Centro Sul.

Com o advento da internet a sociedade modificou-se, as novas tecnologias viabilizam a democracia do acesso à informação, e as mídias sociais estão sendo cada vez mais utilizadas em todos os ambientes. Assim, esse modelo de comunicação vem mudando o comportamento das pessoas, e as aproximando das organizações.

O que se refere à relação entre empresa e consumidor, cada vez mais se torna

consciente de que a distância entre aquele que consome e o processo produtivo está a exigir informação precisa e lealdade para que o consumidor não se converta em vítima absoluta de um sistema perverso, que escapa a qualquer controle. (SILVA; SÉLLOS KNOERR, 2013).

Em meio a esse contexto, a forma como o consumidor interage com as empresas mudou de forma que viabilizou entender a dinâmica que as redes sociais podem contribuir nesta comunicação que deixou de ser unilateral é primordial para a sobrevivência das micro e pequenas empresas.

Assim, os micros e pequenas empresas têm um papel de extrema importância na economia, no avanço e crescimento do País. Elas são responsáveis por mais da metade dos empregos com carteira assinada no Brasil. São responsáveis por pelo menos dois terços do total das ocupações existentes no setor privado da economia (SEBRAE, 2011).

A sobrevivência desses empreendimentos é condição indispensável para o desenvolvimento econômico do país, principalmente em tempos de crise como estes em que estamos vivendo. E vários estudos no nosso país e nos países afora identificam que os dois primeiros anos de exercício de uma nova empresa são os que mais exigem, tornando essa fase essencial no que diz respeito ao acompanhamento da sobrevivência.

Em meio a esse contexto, o estudo de ferramentas e metodologias que possam auxiliar no crescimento desses negócios deve ser fomentado. O seguinte artigo estrutura-se em quatro seções, sendo estas: a primeira, em que faz uma breve introdução sobre o projeto, descrevendo os objetivos, justificando o porquê de fazer este estudo. A seção dois, traz uma Revisão Teórica sobre a temática em estudo, onde é discutido o impacto das redes sociais, estratégias de vendas, crescimento das micro e pequenas empresas e por fim uma breve historiografia da cidade de Icó - Ce, campo de estudo da pesquisa. A seção três descreve o percurso metodológico adotado e qual o método utilizado, traz também a análise e discussão dos resultados. Na quarta e última seção temos as considerações finais sobre o estudo.

REVISÃO TEÓRICA

O Impacto das Redes Sociais

Com o avanço das Tecnologias de Informação e de Comunicação (TIC's), houve uma modificação no sistema de estratégias de vendas com a ampliação do acesso aos produtos por meio das redes sociais, o compartilhamento de textos, fotos e vídeos

através da Internet, viabiliza um grande alcance do produto e as empresas podem operar junto com clientes e fornecedores, como se fossem grandes organizações. Em meio a este contexto, as redes sociais tais como Instagram, Facebook as empresas que aderem a estes serviços divulgam sua marca com baixo custo. Segundo OKADA (2011).

Segundo Kawasaki e Fitzpatrick (2017), redes sociais são ferramentas utilizadas por pessoas como forma de comunicação e com objetivo de compartilhar informações, mesmo necessariamente, e Whatsapp, são canais que viabilizam a venda de produtos e serviços, onde estando conectados com a internet, basta que pessoas queiram trocar informações. Como exemplo de rede social tem-se o Facebook. Gabriel (2010, p. 196) define uma rede social como: “uma estrutura social formada por indivíduos (ou empresas), chamados de nós, que são conectados por um ou mais tipos específicos de interdependência, como amizade, parentesco, proximidade/afinidade, trocas financeiras, ódios/antipatias, relações sexuais, crenças, conhecimento, prestígio, etc.” O mesmo autor ainda refere que tanto online como offline, existem vários tipos de redes sociais conectando pessoas e seus diversos interesses.

A era do consumidor consolida um mercado em que os consumidores são tidos como “prosumidores”, ou seja, concomitantemente são produtores de conteúdo e consumidores de informações na web. Esse novo consumidor pede um redimensionamento das estratégias mercadológicas para que a comunicação seja dirigida e, ao mesmo tempo, flexível, a ponto de convidar o cliente a interagir e participar do projeto do produto. O resultado é que as estratégias de marketing podem transformar-se em um processo de aprendizado contínuo e de interação entre os clientes e o mercado, e, dessa forma, transmitir uma comunicação mais eficiente. Estamos em constantes evolução e o fato é que durante muitas décadas para alavancar a economia de uma organização o principal recurso necessário era o financeiro, construir um negócio do zero era algo extremamente difícil e caro, anunciar na TV era uma das formas mais efetivas de se obter reconhecimento de marca, pois a atenção da massa estava nas programações televisivas.

Para tanto, as micros e pequenas empresas têm um papel de grande importância na economia e no desenvolvimento do País, segundo o BNDS (Banco Nacional de Desenvolvimento) classificam-se como microempresas, aquelas que tem a receita operacional bruta anual ou renda anual menor ou igual a R\$ 360 mil reais, pequena empresa aquelas que obtém receita maior que R\$ 360 mil e menor ou igual a 4,8 milhões e médias empresas as com receita maior que R\$ 4,8 milhões e menor, ou

igual a R\$ 300 milhões. Atualmente com a incorporação da internet no dia a dia esse cenário muda, e a atenção da população volta-se para outros meios, mais precisamente para as redes sociais, um ambiente democrático e extremamente barato que possibilita a interação direta sem barreiras geológicas e sociais, empresas grandes e pequenas com espaços e possibilidades iguais diferenciando-se apenas entre capacidades de criar engajamento com sua audiência e futuros clientes.

Entender, sobretudo qualificar-se para utilizar esses novos meios ainda são um desafio para as micros e pequenas empresas, que muitas vezes não conseguem enxergar o potencial das redes sociais, seja por fazerem parte do comércio tradicional ou por não se sentirem confiantes em gerir essas mídias.

Por isso, de acordo com Peçanha (2020), as redes sociais nas estratégias de marketing devem estar cada vez mais presentes na vida das pessoas, já que as pequenas empresas têm uma expressiva importância para a economia do país. Segundo Recuero (2006), Rede Social constitui-se em um conjunto de estudos denominados estruturalistas, ou seja, que buscam a compreensão das estruturas sociais através dos padrões de conexão entre os indivíduos, surgidos principalmente em meio aos estudos sociológicos, anteriormente à “ciência das redes”. Ou seja, um conjunto de dois elementos: atores (pessoas, instituições ou grupos) e suas conexões (interações ou laços sociais).

Portanto, o Marketing Digital é um conjunto de ações tomadas no ambiente web a fim de promover um contato permanente entre a empresa e o consumidor/cliente, possibilita com que os consumidores tenham conhecimento de seus negócios confiem nele e tomem decisão de compra, fator este que motiva as pequenas empresas utilizarem de novas tecnologias das mais variadas formas com o intuito de obter novos clientes e divulgar a marca, produto ou serviço.

Para tanto, além das obras já abordadas brevemente nesta seção, serão colhidas outras mais ao longo do estudo para dar maior fundamentação teórica à pesquisa, assim como dar sustentabilidade a sua validação científica.

Estratégias de Vendas

As estratégias de vendas são ações que os empreendedores podem adotar mediante um planejamento prévio com o foco na venda de produtos ou serviços. Existem centenas de ações que podem ser executadas dentro de um negócio com o

foco em venda, quando falamos de redes sociais pode ser citado como estratégias vendas, como exemplo temos as lives no Instagram que consiste na transmissão ao vivo com a exposição de produtos, onde os seguidores do estabelecimento podem efetuar a compra direto nos comentários da live ou por um contato disponibilizado pela empresa.

Além destas temos os Digitais Influencer também são grandes aliados. Segundo Nóbrega (2021), de acordo com o levantamento feito pelo Algoritmo com os profissionais de marketing, a definição de influenciadores é aquela pessoa que dialoga com a sua comunidade engajando com um propósito. É notório que a importância do Marketing de Influência cresceu dentro das empresas e nenhuma marca acredita que essa disciplina não deve ser parte da estratégia de comunicação. O engajamento é um dos critérios mais considerados na hora de escolher um influenciador (YOUPIX, 2021).

Segundo Nóbrega *apud* Santos (2021), 71% consideram o Marketing de Influência muito importante e/ou parte central da estratégia. Pela primeira vez, desde que a YOUPIX iniciou os estudos, nenhuma das marcas assinalou que o Marketing de Influência não é importante ou não faz parte da estratégia da empresa. Os dados também revelam que 83% consideram que, com a pandemia, o Marketing de Influência se tornou mais estratégico para os seus negócios.

Como também, os anúncios pagos dentro das redes sociais são uma das estratégias mais poderosas disponíveis por essas plataformas, que consiste em adicionar uma publicação para um público específico sem restrições geográficas e independentemente se essas pessoas seguem ou não a empresa o mesmo receberá a publicação se estiver dentro do público alvo descrito na configuração do anúncio. Os investimentos em anúncios feitos tanto no Facebook quanto no Instagram cresceram 60% neste ano em comparação com 2020.

De acordo com o relatório sobre mídias sociais e experiência do cliente da Socialbakers, o alcance das publicações pagas na primeira rede de Mark Zuckerberg também foi maior no mundo todo, chegando a um crescimento global de 8% e de 23% na América do Norte. Ainda segundo a plataforma, à medida que o espaço se tornou mais competitivo, o dinheiro investido em publicidade nas plataformas sociais também registrou um crescimento demais de 30%, Propmark (2021).

Crescimento das Micros e Pequenas Empresas

Para o SEBRAE (2016), existem vários perfis para vários tipos de pequenos negócios e podem ser divididos em quatro blocos por faixa de faturamento, excetuando-se apenas produtor rural pequeno. Tal segmentação segue os critérios da Lei Complementar 123/2006 que é a Lei Geral das Micro e Pequenas Empresas. As pequenas empresas são caracterizadas da seguinte forma: microempreendedor individual (MEI) o faturamento anual até sessenta mil reais, microempresa (ME) com faturamento anual de até trezentos e sessenta mil reais, empresa de pequeno porte (EPP) com faturamento anual entre trezentos e sessenta mil e 3,6 milhões e o pequeno produtor rural com propriedade com até quatro módulos fiscais ou faturamento anual de até 3,6 milhões (SEBRAE, 2016).

METODOLOGIA

O percurso metodológico estabelece uma nuance “entendida como o caminho e o instrumental próprios para abordar aspectos do real, a metodologia inclui concepções teóricas, técnicas de pesquisa e a criatividade do pesquisador” (GONÇALVES, 2005, p. 62). A metodologia é entendida ainda como “o caminho do pensamento e a prática exercida na abordagem da realidade”, o que inclui o método ou teoria de abordagem, as técnicas ou instrumentos de operacionalização do conhecimento e a criatividade, experiência ou sensibilidade do pesquisador (MINAYO, 2009, p. 14).

Assim, a seguinte pesquisa consiste em uma pesquisa bibliográfica em que utiliza fontes constituídas por material já elaborado, tipicamente livros e artigos científicos (GERHARDT e SILVEIRA, 2009), recorre a fontes mais diversificadas e dispersas, que não sofreram tratamento analítico prévio, tais como: tabelas estatísticas, jornais, revistas, relatórios, documentos oficiais, cartas, filmes, fotografias, pinturas, tapeçarias, relatórios de empresas, entre outras (GERHARDT e SILVEIRA, 2009).

A mesma dessa forma busca avaliar o impacto das redes sociais nas estratégias de vendas e o crescimento dos micros e pequenas empresas, da cidade de Icó-CE, para tanto, trata-se de um estudo descritivo e aplicação de questionário através da plataforma google forms, tendo como público alvo os proprietários das empresas citadas.

Para Gonçalves (2005, p. 59) a pesquisa descritiva, busca registrar as características de um objeto de estudo, podendo também atualizar características de um grupo social, nível de atendimento do sistema educacional, pretende descobrir a existência de relações entre variáveis. Neste caso, a pesquisa não está interessada no porquê das fontes do fenômeno: preocupando-se em apresentar suas características.

Para tanto, consiste em um estudo de caso em que serão analisadas as seguintes empresas: Amor de Casa, Ótica Estrela, Thigoline, Odontoclínica e Glessy Turismo. Ambas situadas no município de Icó, localizado na Região Centro Sul do Estado do Ceará, atualmente conta com uma população estimada de 67.345 mil habitantes, segundo dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE, 2014). Nomeada anteriormente de Ribeira dos Icó, Arraial Velho, Arraial Novo, Arraial de N.Sra. do Ó, Sítio de N. Sra. do Ó dos Icó, Povoação do Salgado, Icó dos Fonecas, Icó dos Montes e, finalmente, segundo denominação popular a intitulou de "terra do louro" assim como também " a princesa dos sertões". Os primeiros habitantes, segundo Lima (1996, p. 22), datam de 1682, com a chegada dos homens do São Francisco, comandados pelo capitão Bartolomeu Nabo Correia, às margens do rio Salgado. A partir da construção da capela N.Sra. da Expectação, em 06 de abril de 1764, Icó passou a categoria de distrito, criado com a denominação de Arraial da Ribeira dos Icó, na época era o terceiro município mais antigo do Estado do Ceará, antecedido somente por Aquiraz e Fortaleza, ao tempo do Brasil Colônia.

Alguns fatos históricos são característicos da cidade tais como a libertação dos escravos, em 25 de março de 1883, e sua efetiva participação na Confederação do Equador junto com as províncias de Pernambuco, Rio Grande do Norte e Paraíba. O comércio Icoense ganhou destaque na época, pois era ponto de parada obrigatória para os comerciantes da região, assim como para os que lá passavam seguindo viagem a Crato e Quixeramobim. Embora o Icó se destacasse na grandeza do seu comércio no século (XIX), hoje a predominância do mercado tradicional é uma realidade e os meios de captação de clientes praticamente não mudaram nas últimas décadas na grande maioria dos comércios da cidade, o que abre espaço para o surgimento de concorrência que iniciam trabalhos em redes sociais e conseguem ganhar destaques em curto período mesmo dispendo de menos estrutura e variedade. Segundo dados do IBGE / 2015, o PIB da cidade de Icó gira em torno de R\$562. 450,09 mil, com renda per capita de 8.370,04.

Segundo Eisenhardt (1989) e Yin (2009), sendo estes os sujeitos do estudo. O estudo de caso é um método de pesquisa que utiliza, geralmente, dados qualitativos, coletados a partir de eventos reais, com o objetivo de explicar, explorar ou descrever fenômenos atuais inseridos em seu próprio contexto. Caracteriza-se por ser um estudo detalhado e exaustivo de poucos, ou mesmo de um único objeto, fornecendo conhecimentos profundos.

A análise dos dados será com base, na análise de conteúdo, proposta por Bardin (2011), consiste em identificar nas falas dos entrevistados respostas aos objetivos propostos.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

A primeira pergunta: *Quantos anos de atuação no mercado?* A partir das respostas é possível perceber que a quantidade mínima de atuação já é de 10 anos, isso evidencia que estas empresas já estão consolidadas, firmes. O tempo de atuação mostra que a empresa já tem metas consolidadas, conhecimento e clientela. O mercado de atuação é basicamente o setor econômico no qual as atividades empresariais de um negócio estão enquadrados.

Quadro 1 - Quantidade de anos que a empresa atua no mercado

Empresa	Anos de Atuação no Mercado
Amor de Casa	15
Ótica Estrela	31
Thigoline	21
Odontoclínica	20
Glessy Turismo	10

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A segunda pergunta: *Quais as características da empresa, seu porte.* Ela pode ser classificada como Microempresa (ME), ou seja, empresa com o caráter de Pessoa Jurídica, que não se enquadra como MEI, possui opção pelo Simples Nacional, um rendimento de bruto de até R\$ 360 mil por ano, contratação mínima de 9 a 19 funcionários, a depender de seu segmento, optou pelo regime tributário Simples Nacional, emissão de nota fiscal para todas as vendas, seja pessoa física ou jurídica (TORRES, 2014).

A Empresa de Pequeno Porte (EPP) é um empreendimento com faturamento bruto entre R\$ 360 mil e R\$ 3,6 milhões (SEBRAE, 2011). Com base nas respostas apenas a Odontoclínica caracteriza-se como Microempresa – ME. As demais denominam-se Empresa de Pequeno Porte – EPP.

A terceira pergunta: *Sua empresa utiliza redes sociais e a quanto tempo?*

Essa indagação busca avaliar se o tempo de atuação no mercado é proporcional ao tempo de uso das redes sociais, o que observou-se foi que o fato de algumas empresas estarem a mais de 10 anos no mercado, mas apenas a 5 nas redes sociais, essa informação com outra resposta do questionário percebe-se que essa atuação massiva foi algo que aconteceu nos últimos 3 anos e embora não citado nas respostas, acredita-se que o isolamento provocado pela pandemia do covid-19 tenha sido um dos fatores que veio a impulsionar a utilização das redes sociais como canal de venda por essas micros e pequenas empresas.

As redes sociais na internet são ambientes propícios à colaboração e interatividade com fluxos intensos de informações e se constituem como espaços ricos para estudos sobre o comportamento informacional (ações de informação) de usuários (atores).

Quadro 2 – Tempo que utiliza as redes sociais

Nome da Empresa	Tempo de uso das RedesSociais
Odontoclínica	4 anos
Ótica Estrela	5 anos
Amor de Casa	10 anos
Thigoline	6 anos
Glessy Turismo	5 anos

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Segundo Oliveira (2012), com o crescimento das redes sociais, as empresas dos mais variados setores perceberam o potencial dessas ferramentas e foram obrigadas a se inserir neste contexto. Grandes organizações possuem maiores condições de designar e investir em pessoas para cuidar do relacionamento com seus clientes e mantê-los informados sobre lançamentos e novidades de seus produtos e/ou serviços através de seus perfis nas mais diversas redes sociais.

A quarta pergunta é: *Atualmente no seu negócio qual a importância das redes sociais para o cumprimento das metas de vendas?* Temos como resultado as respostas transcritas abaixo,

Quadro 3 – Importância das Redes Sociais

Empresa	Visão dos Gestores sobre a Importância das Redes Sociais
Odontoclínica	Hoje as redes sociais do meu negócio fazem parte apenas da comunicação com meus clientes, não faz parte da estratégia de venda.
Ótica Estrela	Importantíssimo, pois corresponde pelo menos a 60% das nossas Vendas mensais.
Amor de Casa	Hoje as redes sociais é nosso principal canal de venda, correspondendo a 80% de todo o nosso atendimento diariamente.
Thigoline	As redes sociais da Thigoline ainda não é um canal efetivo de venda mas já estamos buscando melhorias para que os mesmos venham a contribuir com as vendas do nosso e-commerce.
Glessy Turismo	Aqui na Glessy Turismo utilizamos as redes sociais como principal canal de divulgação dos nossos produtos e serviços, as mesmas tem uma grande importância para empresa.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

A compreensão dos gestores sobre a importância das redes sociais já é um ponto possivelmente demonstrado pelo estudo que de uma forma direta comprovou o interesse desse público em se aprimorar e implementar melhorias nesses canais de vendas da empresa.

Segundo Guimarães Filho (2018), as redes sociais, através da utilização de estratégias bem pensadas, são meios muito ricos para a construção de uma imagem da marca. Além disso, ao contrário do que muitos estudiosos pensam, elas podem ser sim um meio de conversão de clientes.

As redes sociais, compreendidas como um conjunto de atores conectados por nós de relações de amizade, trabalho ou troca de informação, ampliaram imensamente as possibilidades de interconexão entre os sujeitos sociais na web e trouxe inúmeras complexidades à participação social, que passou a ser realizada com a sobreposição de inúmeros aparatos tecnológicos (Moura, 2011). Para Tomaél e outros (2005) a inserção em rede é determinante para o compartilhamento da informação e do conhecimento, pois as redes são espaços valorizados para o compartilhamento da informação e para a construção do conhecimento.

A quinta pergunta é: *Quais as redes sociais são utilizadas na sua empresa?*

Quadro 4 – Redes Sociais Utilizadas

Empresa	Redes Sociais Utilizadas
Odontoclínica	Facebook, Instagram, Whatsapp
Otica Estrela	Facebook, Instagram
Amor de Casa	Facebook, Instagram, Tiktok
Thigoline	Facebook, Instagram
Glessy Turismo	Facebook, Instagram, Whatsapp

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Entre as redes sociais mais utilizadas está o Instagram e facebook, o que comprova a popularidade e efetividade dessas redes sociais nas estratégias comerciais dos negócios, também obteve resposta positivas para o WhatsApp e tik tok.

Hoje se observa até através dos próprios insights do Instagram que essa rede é mais popular entre jovens enquanto o facebook domina com o público mais maduro, já o whatsapp consegue ter presente esses dois públicos e o tiktok é dominado pelos adolescentes, as empresas munidas dessas informações tem a possibilidade de desenvolver estratégias personalizadas direcionado seus produtos e serviços de acordo com os públicos alvos.

De acordo com Recuero (2009), “as redes sociais na Internet alteram de forma expressiva o fluxo de informações na sociedade”, pois permitem que todo ator seja um potencial emissor de informações, além de facilitar sua circulação e a comunicação interativa e colaborativa, possibilita a “máxima” da Web 2.0 que está embasada na conexão em rede de “todos para todos” (Lévy, 1999).

Sendo assim, analisar fluxos de informação nas redes sociais na internet, ou mesmo nos sites de redes sociais (Boyd; Ellison, 2007; Recuero, 2009; Recuero; Zago, 2010) exige um estudo do comportamento e da cultura informacional dos usuários da informação nas comunidades virtuais em análise (Cruz, 2010) nas dinâmicas que eles apresentam compreendendo quem são esses atores, quais ações de informação executam e como suas práticas se consolidam a partir das ferramentas disponíveis na web (Pereira; Cruz, 2010).

A sexta pergunta: *Quanto sua empresa investe aproximadamente em reais por mês em redes sociais?*

Quadro 5 – Investimento nas Redes Sociais

Empresa	Redes Sociais Utilizadas
Odontoclínica	R\$ 300,00
Ótica Estrela	R\$ 500,00
Amor de Casa	Em média 1.100,00
Thigoline	R\$ 500,00
Glessy Turismo	R\$ 500,00

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Se comprova o custo baixo da utilização das redes sociais e a eficiência dos canais frente a uma gestão mediana e um investimento mensal aproximadamente de R\$580,00 que é extremamente baixo, associado a falta estratégia, por isso se justificaria uma qualificação de gestores e colaboradores para obterem o máximo de resultado que essas plataformas podem oferecer.

Segundo Junqueira (2014), as empresas não precisam fazer grandes investimentos ou utilizar muitos recursos financeiros para fazer divulgação pela internet, uma vez que é uma ferramenta gratuita, de acesso liberado, sem exigências de capacitação e pode ser utilizada e monitorada pelos próprios funcionários da empresa. É possível perceber que as redes sociais podem ser uma ferramenta muito positiva para as empresas e trazer benefícios de marketing e publicidade.

A Sétima Pergunta: Qual o objetivo principal para utilização das redes sociais no seu negócio?

As expectativas de uma empresa ao se publicar ou anunciar seu produto são as mais positivas e esperançosas possíveis. Dentre as respostas das empresas estudadas está: Visualizações, alcançar o máximo de seguidores, obter vendas, aumentar o alcance (reconhecimento) da marca, vendendo o máximo possível seu produto, sem barreiras geográficas.

Para Furlan e Marinho, ([s.d.], p.6) “no campo empresarial, a utilização das redes sociais virtuais é cada vez maior por parte de corporações que desejam fidelizar seus clientes, atrair novos e interagir com o seu público-alvo.”

A oitava pergunta: Quem Gerencia as Redes Sociais do seu Negócio?

Quadro 6 – Gerenciamento das Redes Sociais

Empresa	Redes Sociais Utilizadas
Odontoclínica	Terceirizada
Ótica Estrela	Funcionário e Terceirizada
Amor de Casa	Funcionário e Terceirizada
Thigoline	Terceirizada
Glessy Turismo	Funcionário

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

Outro ponto de destaque é o fato de os gestores encontrarem dificuldades na contratação de colaboradores que tenham conhecimento técnico de manuseio dessas plataformas, o que justificaria a necessidade de contratar um servidor terceirizado de uma agência de marketing digital.

Assim, ela precisa ser monitorada constantemente por um responsável pelo setor para que a empresa possa saber o que os consumidores estão falando sobre seus produtos/serviços. Para Furlan e Marinho ([s.d], p.56) “uma empresa que tenha um site ruim ou um perfil abandonado nas redes sociais pode ser alvo de críticas duras no ambiente virtual e, pior ainda, ser criticada publicamente nas redes sociais e ter a sua imagem e credibilidade afetadas por conta disso”.

A nona pergunta: *Qual a maior dificuldade ou ponto negativo que foram observados ao utilizar as redes sociais na sua empresa?*

Quadro 7 – Qual a maior Dificuldade ao Utilizar as Redes Sociais?

Empresa	Respostas dos gestores
Odontoclínica	Tempo de gerenciar e conhecimento sobre as ferramentas que muda com uma frequência muito grande.
Ótica Estrela	Manter uma constância nas respostas e saber quais publicações impulsionar!
Amor de Casa	Encontrar gente capacitada para geri-las
Thigoline	Encontrar funcionários que sejam qualificados para gerenciá-las corretamente.
Glessy Turismo	Acompanhar as mudanças das plataformas e tempo para manter uma frequência de publicações

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

É notório que para gerenciar uma rede social é necessário conhecimentos e habilidades, embora os aplicativos sejam bem intuitivos em seus comandos. O mais indicado é que o gestor da empresa contrate uma pessoa com habilidades para essa atividade.

Para Teixeira (2010), uma micro ou pequena empresa muitas vezes não tem condições de manter um profissional especializado em marketing digital e assim gerenciar essa área que muitas vezes é feita pelo próprio dono da empresa. Atuar nessa área mesmo com um investimento menor que as grandes organizações é um desafio a ser vencido.

A décima pergunta: *Como você avalia utilização das redes sociais do seu negócio?*

Quadro 8 – Como Você Avalia a Utilização das Redes Sociais do seu Negócio?

Empresa	Avaliação em Relação ao uso das Redes Sociais
Odontoclínica	Falta utilizá-la de forma estratégica, no momento utilizo como canal de comunicação com os nossos clientes
Ótica Estrela	Conseguimos tirar bons resultados nos últimos anos e essa utilização só aumenta a cada ano. Avalio positivamente.
Amor de Casa	Bem utilizadas, hoje utilizamos de forma eficientes nossas redes sociais.
Thigoline	Ainda temos muito que melhora, tanto na parte estratégica como na frequência de posts.
Glessy Turismo	Ótimo, mas podemos sempre melhorar, e esse é nosso nosso objetivo para o próximo ano (2022).

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

As respostas em relação ao uso das redes sociais são positivas, todos os gestores gostam, porém, ressaltam que pode melhorar, ou seja, passar a utilizar com mais frequência principalmente em relação aos posts.

Para Teixeira (2010), a empresa deve estar preparada para receber e responder críticas recebidas através das redes sociais ainda que sejam duras críticas, ela deve utilizar esse feedback para melhoria de seus processo e atendimento.

As informações ali inseridas podem trazer benefícios ou gerar grandes e graves consequências, como funcionários que emitiam opiniões contra a própria empresa em que trabalhavam.

A décima primeira pergunta: *Como você avalia o seu conhecimento em relação à utilização das redes sociais como estratégias de vendas?*

Quadro 9 – Conhecimento em Relação à Utilização das Redes Sociais

Empresa	Conhecimento em Relação à Utilização das Redes Sociais
Odontoclínica	Não entendo quase nada por isso terceirizo esse serviço,mas sei que preciso aprender para conseguir melhorar nossas atuações nestes canais.
Ótica Estrela	Melhorei muito nos últimos meses, mas ainda vejoque preciso fazer uma especialização na área.
Amor de Casa	Básicos, mas sei da importância é por isso faço questão de terceirizar esse serviço.
Thigoline	Bons, só sinto dificuldade mesmo em relação ao tempo para me dedicar e esses canais.
Glessy Turismo	Não tenho muito conhecimento sobre a utilização praticas das redes, massei do potencial e da importância desses canais pretendo me aprofundar mais no assunto.

Fonte: Dados da Pesquisa (2022).

De acordo com o estudo, foi evidenciado um cenário harmônico em relação à utilização das redes sociais pelas micro e pequenas empresas na cidade de Icó, onde ficou provado a percepção positiva dos gestores desses negócios em relação a esses canais, no entanto, se evidenciou-se uma falta de conhecimento técnico por parte desses gestores o que justificaria a contratação de terceirizadas para realizar os serviços de gerenciamento desses meios.

Segundo Oliveira (2012), o treinamento é outro fator importante com relação à pessoa que irá gerenciar e fazer o marketing digital. Micro e pequenas empresas, tem um orçamento modesto ou nenhum para a utilização dos recursos em treinamento, mas há uma grande quantidade de material online sobre as mais diversas ferramentas. Vídeos, tutoriais e apresentações de várias instituições, possuem um rico material para que o responsável ou a equipe, possa gerenciar e conhecer o processo básico com relação ao uso das ferramentas para o sucesso da campanha a ser realizada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Quanto ao objetivo é possível concluir que este foi alcançado de forma positiva à medida que se obteve as respostas dos questionários, a descrição e o registros das respostas transcritas na análise dos dados.

De uma forma geral foi possível perceber por meio dos resultados encontrados a importância das redes sociais nas estratégias de vendas e crescimento das empresas, no entanto, se destacam alguns impedimentos que limitam os resultados e potenciais

dessas plataformas, que por sua vez já são utilizadas amplamente e tem sua importância destacadas pelos gestores dos negócios que assumem o baixo grau de conhecimento acerca das estratégias de marketing digital utilizando esses meios e uma dificuldade de contratar colaboradores que tenham esse conhecimento.

Evidenciou-se ainda a necessidade de criação de treinamentos e cursos que qualifiquem esses gestores, não apenas teoricamente, mas também tecnicamente, para que possam desenvolver habilidades de coordenar equipes de marketing digital com clarezas nos processos existente e com ciência de todas as possibilidades que esses meios podem proporcionar para seus negócios.

As limitações interpostas no período da pesquisa deveram-se aos riscos inerentes à pandemia COVID-19. Em que o acesso aos entrevistados não pode ser de forma presencial. Outro fator relevante foi a disponibilidade de tempo dos entrevistados para responder aos questionários, tendo em vista a correria do trabalho deles. Isso fez com que postergasse a análise dos dados.

Sugiro que as empresas sejam elas de pequeno, médio ou grande porte invistam em redes sociais para propagar os seus serviços. Somente assim, as empresas da cidade de Icó – CE, irão poder evoluir. Elas deixaram de utilizar esses meios apenas como canais de comunicação com seus clientes e passaram a divulgar e consequentemente vender seus produtos e serviços.

Por fim, esta pesquisa não se encerra aqui, certamente novas estratégias de marketing são desenvolvidas e aplicadas diariamente o que possibilita ainda uma continuação da discussão e registros sobre a temática.

REFERÊNCIAS

BRASIL. BNDS- Banco Nacional do Desenvolvimento Sustentável. **Porte de empresa:** classificação de porte dos clientes. Disponível em: <https://www.bnds.gov.br/wps/portal/site/home/financiamento/guia/porte-de-empresa>. Acesso em: 12 fev. 2020.

FURLAN, Bruna e MARINHO, Bruno. **Redes sociais Corporativas**. Instituto DesenvolveTI: cursos para capacitação digital. [s.d.] Disponível em: www.institutodesenvolveti.org. Acesso em: 12 fev. 2022.

GABRIEL, M. **Marketing na Era Digital**. São Paulo: Novatec, 2010.

GONÇALVES, Hortência de Abreu. **Manual de metodologia da pesquisa científica**. 2 ed. São Paulo: Avercamp, 2005.

GUIMARÃES, Pedro Henrique. **A Importância das Redes Sociais para as Empresas**. 2018. Disponível em: <https://superatualizado.com.br/redes-sociais/>. Acesso em: 08 fev. 2021.

KAWASAKI, G.; FITZPATRICK, P. **A arte das redes sociais**. Tradução Carla Gouveia. 1.ed. Rio de Janeiro: Best Business, 2017.

JUNQUEIRA, Fernanda Campos; FERREIRA FILHO, Edson Pinto; **A utilização das redessociais para o fortalecimento das organizações**. XI Simpósio de Excelência em Gestão e Tecnologia. 2014. Disponível em: <https://www.aedb.br/seget/arquivos/artigos14/22020181.pdf>. Acesso em: 12 fev. 2022.

NOBREGA, Ricardo Nobrega. **YOUPIX e Algoritm com apresentam dados sobre Marketing de Influência**. Disponível em: <http://algoritmcom.com/youpix-e-algoritmcom-apresentam-dados-sobre-marketing-de-influencia>. Acesso em: 25 de out.2021.

OKADA, Sionara Ioco; SOUZA, Eliane Moreira Sá de. **Estratégias de marketing digital na era da busca**. Disponível em: REMark - Revista Brasileira de Marketing, São Paulo, v. 10, n.1, p 46-72, jan./abr. 2011. Acesso em: 11 de fev. 2022.

OLIVEIRA, Paulo Cristiano de; LIMA, Renan Vieira; BAPTISTA, José Abel de Andrade; HENRIQUE, Marcelo Rabelo. **A utilização das redes sociais em empresas de pequeno porte da cidade de São Paulo**. VIII Congresso Nacional de Excelência em Gestão. 2012. Disponível em: <http://www.inovarse.org/filebrowser/download/15988>. Acesso em: 12 fev.2022.

PROPMARK, Ricardo Nobrega. **Investimento em anúncios no Facebook e Instagram cresce 60%**. Disponível em: <https://propmark.com.br/digital/investimento-em-anuncios-no-facebook-e-instagram-cresce-60/>. Acesso em: 25 de out.2021.

PEÇANHA, Vitor. O que é Marketing Digital? Tudo sobre o conceito, como fazer e começarsua estratégia de Marketing Online. **Rockcontent**. 25 nov. 2020. Disponível em: <https://rockcontent.com/br/blog/marketing-digital/>. Acesso em: 28 maio 2022.

RECUERO, Raquel da Cunha. **Comunidades em Redes Sociais na Internet: Proposta de Tipologia baseada no Fotolog.com**. Universidade Federal do Rio Grande do Sul Faculdade de Biblioteconomia e Comunicação Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Informação. Porto Alegre: 2006. Disponível em: <http://www.raquelrecuero.com/teseraquelrecuero.pdf>. Acesso em: 26 nov. 2021.

TEIXEIRA, Rafael Farias. **Especialista em Facebook diz como as pequenas empresas podem tirar proveito da rede social**. Disponível em: <http://revistapegn.globo.com/Revista/Common/0,,EMI164245-17180,00-ESPECIALISTA+EM+FACEBOOK+DIZ+COMO+AS+PEQUENAS+EMPRESAS+PODE M+TIRAR+PROVEITO.html>. Acesso em 12/09/2011 às 21:43h.

TORRES, Vitor. **Microempresa**: o que é uma ME? Como funciona, definição e características. 2014. Disponível em: <https://www.contabilizei.com.br/contabilidade-online/o-que-e-microempresa-e-qual-a-diferenca-com-outros-tipos/>. Acesso em: 11 jan. 2022.

CAPÍTULO 05

A IMPORTÂNCIA DO CONTATO COM A NATUREZA PARA A EFETIVIDADE DOS DIREITOS FUNDAMENTAIS

Anny Kariny Feitosa

Mônica Maria Siqueira Damasceno

RESUMO

Este capítulo explora a interconexão entre meio ambiente, contato com a natureza e a efetividade dos direitos fundamentais. Partindo do pressuposto de que o acesso à natureza desempenha um papel crucial na promoção da dignidade humana e na garantia de direitos básicos, examinamos como o contato com o ambiente natural influencia aspectos como saúde, bem-estar, qualidade de vida e desenvolvimento pessoal. Além disso, discute-se o papel dos direitos fundamentais na proteção e preservação do meio ambiente, destacando a importância de políticas e práticas que promovam o acesso equitativo à natureza para todos os indivíduos.

INTRODUÇÃO

A relação entre os seres humanos e o meio ambiente é fundamental para a existência e o desenvolvimento da vida no planeta. No entanto, a urbanização e a industrialização têm contribuído para o afastamento crescente das pessoas da natureza, com consequências negativas para a saúde física, mental e emocional. Neste contexto, é importante analisar como o contato com a natureza pode fortalecer a efetividade dos direitos fundamentais e promover uma sociedade mais justa e sustentável.

É sabido que o meio ambiente é um tema extremamente relevante nos dias de hoje, e está relacionado aos direitos fundamentais. Por outro lado, a degradação ambiental pode afetar negativamente a qualidade de vida das pessoas, bem como o exercício de seus direitos.

O contato com a natureza também está intimamente ligado ao bem-estar e à qualidade de vida. Ambientes naturais, como parques, florestas e praias, proporcionam oportunidades de recreação, lazer e convívio social, promovendo sentimentos de conexão com o mundo natural e de pertencimento à comunidade. Além disso, a preservação de espaços verdes em áreas urbanas contribui para a mitigação do calor e a regulação do clima, tornando as cidades mais habitáveis e sustentáveis.

Um ambiente saudável e equilibrado é essencial para a garantia do direito à saúde, à alimentação adequada, ao trabalho digno, à moradia, à segurança, dentre outros. Além disso, o meio ambiente é um patrimônio comum da humanidade, devendo ser protegido para as presentes e futuras gerações.

A exposição à natureza reduz o estresse, promove a saúde mental, melhora a concentração e estimula a atividade física, contribuindo para a prevenção de doenças crônicas. Além disso, o contato com áreas verdes está associado a uma maior qualidade do ar e à redução da poluição sonora, beneficiando a saúde respiratória e a qualidade de vida das pessoas.

A Síndrome de Déficit de Natureza, por sua vez, é um termo que foi cunhado para descrever a falta de contato das pessoas com a natureza nos dias de hoje. Isso acontece principalmente devido à crescente urbanização e ao aumento do tempo que as pessoas passam em ambientes fechados e em frente a telas de computador, celular e televisão.

Para Richard Louv (2016), a Síndrome de Déficit de Natureza é um fenômeno que incide nas nossas infâncias. Não se trata de um termo médico, mas de uma forma eficaz de chamar a atenção para uma questão emergente: a desconexão com a natureza. O referido termo engloba diversas enfermidades que estão relacionadas à modernidade e que afetam a infância e são resultados do distanciamento atual entre as crianças e a natureza, como por exemplo a hiperatividade, obesidade, déficit de atenção, desequilíbrio emocional, baixa motricidade - falta de equilíbrio, miopia, dentre outras.

A falta de contato com a natureza pode ter consequências negativas para a saúde mental e física das pessoas, especialmente das crianças (Mccurdy et al, 2010). Estudos (Corraliza e Collado, 2011; Damasceno, 2019; Figueiredo, 2015) mostram que o contato com a natureza pode reduzir o estresse, melhorar o humor e a concentração, além de estimular a criatividade e a imaginação.

Por isso, é importante que as pessoas tenham a oportunidade de se conectar com a natureza, seja por meio de atividades ao ar livre, caminhadas em parques ou até mesmo cultivando plantas em casa. Além disso, é fundamental que as autoridades invistam em espaços verdes e em políticas de preservação ambiental, para que todos possam desfrutar dos benefícios da natureza.

Nesse contexto, é necessário refletir sobre o modo de vida e de desenvolvimento que estamos adotando nas cidades, tendo em vista que a urbanização é um processo crescente no país e no mundo, e o quanto isto pode afetar os direitos fundamentais da população. Considerando a necessária reflexão sobre criança-natureza, torna-se

imprescindível aprofundar o debate sobre o meio ambiente, a necessidade do desemparedamento e espaços naturalizados como efetividade de Direitos Fundamentais.

DESENVOLVIMENTO

Espaços naturalizados

Os espaços naturalizados são áreas que foram restauradas ou conservadas para se parecerem com a paisagem natural original. Essas áreas podem incluir parques, reservas ecológicas, jardins botânicos e outras áreas verdes. Além de proporcionar um habitat para animais e plantas, esses espaços também oferecem benefícios para as pessoas, como ar mais limpo, oportunidades de recreação e turismo e melhoria da qualidade de vida.

A natureza é essencial para a sobrevivência humana e para a manutenção do equilíbrio do planeta. Por isso, a criação de espaços naturalizados é importante não apenas para preservar a biodiversidade, mas também para garantir o direito fundamental ao meio ambiente ecologicamente equilibrado. Nesse sentido, considera-se que o meio ambiente, o contato com a natureza, por meio dos espaços naturalizados, propicia a efetividade de Direitos Fundamentais.

O contato com a natureza pode ocorrer em diversos espaços, tais como: terreiros, jardins, plantações, criações, riachos, serras, praias, dunas, descampados; tudo que está no entorno, o bairro, a cidade, seus acidentes geográficos, pontos históricos e pitorescos, o mar, dentre outros ambientes naturais. Além de se constituírem como espaços de brincar livremente e relaxar, estes locais podem também ser explorados como lugar de ouvir histórias, desenhar e pintar, espaços de aprendizagem, em que se trabalha uma diversidade de conhecimentos (TIRIBA, 2010).

Assim, a criação e preservação de espaços naturais são essenciais para garantir a qualidade de vida das pessoas e o respeito aos seus direitos fundamentais. Esses espaços fornecem oportunidades de recreação, contato com a natureza, melhoria da saúde física e mental, além de desempenharem um papel crucial na regulação de ecossistemas e mitigação das mudanças climáticas. É fundamental que os espaços naturalizados sejam acessíveis e estejam disponíveis para as gerações presentes e futuras, assegurando assim a sustentabilidade e a preservação de valores inestimáveis para a humanidade.

Direitos fundamentais

Os Direitos Fundamentais são aqueles que garantem a dignidade da pessoa humana, como o direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e à propriedade. O direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado é um desses direitos fundamentais, protegido pela Constituição Federal Brasileira.

O artigo 227 da Constituição Federal assegura com absoluta prioridade o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação e ao lazer, entre outras condições que oferecem dignidade, respeito e protegem a infância de toda forma de negligência, exploração e maus tratos.

Art. 227. Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações.

A Carta Magna salienta, ainda, que a garantia desses direitos é dever de diversos setores da sociedade, da família e do Estado.

O direito à participação e o direito de viver em um ambiente saudável estão inseridos na agenda mundial para o bem-estar das crianças. Presente nos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030, tanto os ambientes naturais quanto os construídos são fundamentais para “assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades” (ONU, 2018).

Ademais, a Lei n.º 13.257/2016, em seu artigo 5º, estabelece que a proteção ambiental é uma das áreas prioritárias para políticas públicas sobre a primeira infância, explicitando assim que um meio ambiente equilibrado e saudável é essencial, desde o começo da vida. Isso inclui "incentivar e gerar espaços lúdicos que propiciem o bem-estar, o brincar e o exercício da criatividade em locais públicos e privados onde haja circulação de crianças, bem como a fruição de ambientes livres e seguros em suas comunidades".

Em 2021, o Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF) sistematizou os argumentos e as evidências que embasam os benefícios das áreas verdes urbanas para o desenvolvimento das crianças e adolescentes e concluiu: cada criança, não importa onde ela viva na cidade, deve estar a uma distância caminhável de um espaço verde público seguro e acolhedor.

Como pode ser percebido, a ligação intrínseca entre meio ambiente, saúde e qualidade de vida torna o direito a um meio ambiente saudável um direito fundamental, que tem como característica ser irrenunciável, ou seja, não se pode abrir mão dele.

Nesse sentido, é necessária a proposição de políticas públicas para a promoção de transformações na cidade, considerando que os efeitos da urbanização, entre eles o distanciamento da natureza, a redução das áreas naturais, a poluição ambiental e a falta de segurança e qualidade dos espaços públicos ao ar livre nos levam - adultos, jovens e crianças - a passar a maior parte do tempo em ambientes fechados e isolados.

O Estado tem o dever de garantir o acesso equitativo à natureza e de adotar medidas eficazes para prevenir danos ambientais e promover o desenvolvimento sustentável. Além disso, a participação da sociedade civil na formulação e implementação de políticas ambientais é essencial para assegurar a efetividade desses direitos e a proteção dos recursos naturais para as gerações presentes e futuras.

Esse cenário traz um ônus muito alto para o desenvolvimento saudável, especialmente para crianças e adolescentes e, conseqüentemente, para a saúde do planeta, pois - já é tempo de reconhecer - o bem-estar das crianças e jovens e a saúde da Terra são interdependentes (SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA, 2019, p. 2).

Nesta perspectiva, é fundamental reconhecer que esses dois aspectos estão interligados e impactam um ao outro. O desenvolvimento saudável das crianças e adolescentes é essencial para garantir um futuro sustentável para o nosso planeta. Portanto, é necessário adotar medidas que promovam a proteção do meio ambiente, a preservação dos recursos naturais e a criação de espaços naturalizados, visando assegurar um ambiente saudável e propício para o crescimento e bem-estar das futuras gerações.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O contato com a natureza é uma experiência que pode ser benéfica para a saúde física e mental das pessoas, além de ser uma forma de exercer direitos fundamentais, como o direito à saúde e à qualidade de vida. A natureza oferece espaços para prática de atividades físicas, como caminhadas e corridas, além de ser um local de relaxamento e meditação.

Além disso, a natureza é responsável pela manutenção do equilíbrio ecológico do planeta, garantindo a existência de recursos naturais essenciais para a sobrevivência humana, como água e ar limpos. O respeito e a preservação da natureza são, portanto, fundamentais para a garantia de um ambiente saudável e sustentável.

Ademais, é importante lembrar que o contato com a natureza deve ser feito de forma responsável e consciente, evitando danos ao meio ambiente e respeitando as leis ambientais. A preservação da natureza é uma responsabilidade de todos, e cabe a cada um de nós tomar as medidas necessárias para garantir a sua conservação e a promoção do bem-estar das crianças e jovens. Juntos, podemos criar um futuro mais saudável e sustentável para as próximas gerações, onde o equilíbrio entre o cuidado com o meio ambiente e o desenvolvimento humano esteja sempre presente. Assim, contribuiremos para um planeta mais saudável e feliz para todos.

Desse modo, é fundamental que o poder público e a sociedade, em geral, mobilizem-se para proteger o meio ambiente, por meio da implantação de políticas públicas efetivas, fiscalização e sanção a atividades que provoquem danos ambientais. Para isso, é necessário o incentivo à sustentabilidade, entre outras medidas. Somente assim será possível garantir que os direitos fundamentais sejam plenamente exercidos.

Em suma, o contato com a natureza desempenha um papel fundamental na promoção da saúde, do bem-estar e do desenvolvimento pessoal, além de contribuir para a efetividade dos direitos fundamentais. É essencial que governos, instituições e comunidades trabalhem em conjunto para garantir o acesso equitativo à natureza e para promover a preservação e proteção do meio ambiente. Ao reconhecer a importância do contato com a natureza para a realização plena dos direitos humanos, podemos construir uma sociedade mais justa, saudável e sustentável para todos.

REFERÊNCIAS

CORRALIZA, A. e COLLADO, S. La naturaleza cercana como moderadora del estrés infantil. Vol. 23, nº 2, pp. 221-226, Psicothema 2011.

DAMASCENO, M.M.S. Educação ambiental vivencial e o desenvolvimento cognitivo e socioafetivo de crianças com TDAH. 2019. 330 f. Tese (Doutorado em ambiente e desenvolvimento) - Universidade do Vale do Taquari, Lajeado, 2019.

FIGUEIREDO, A. M. F. Interação Criança-Espaço Exterior em Jardim de Infância. Tese (Tese de doutorado, Universidade de Aveiro, Departamento de Educação), 2015.

LOUV, R. A última criança na natureza - Resgatando Nossas Crianças do Transtorno do Déficit de Natureza. São Paulo: Aquariana, 2016

SOCIEDADE BRASILEIRA DE PEDIATRIA (SBP). Grupo de Trabalho em Saúde e Natureza. Benefícios da natureza no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Rio de Janeiro: SBP; 2019.

TIRIBA, L. Crianças da natureza. In: Anais do I Seminário Nacional: Currículo em Movimento – perspectivas atuais. Belo Horizonte,2010

CAPÍTULO 06

ANÁLISE DO CONSUMO EXCESSIVO E A PROPENSAÇÃO AO ENDIVIDAMENTO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA DO PERÍODO DE 2017- 2022

*Maria Antunizia Gomes
Eduardo Paulo Almeida de Sant'Anna
Harine Matos Maciel*

Resumo: Este trabalho tem por objetivo analisar a literatura nacional sobre o consumo excessivo e a propensão ao endividamento, por meio de uma revisão sistemática, extraídos da base de dado do google acadêmico, de publicações entre os anos de 2017 e 2022. Diante disso, espera-se conhecer aspectos inerentes ao consumo e endividamento, além de fatores de influência no consumo excessivo e o endividamento.

Palavras- chave: Materialismo. Endividamento. Consumo.

1INTRODUÇÃO

Nos últimos anos diversos estudos foram publicados sobre o comportamento do consumidor. Diante disso, Blackwell *et al.* (2013) afirmam sobre a importância do comportamento do consumidor que: “uma compreensão total das tendências de consumo, mercados consumidores globais, modelos para prever demanda e métodos de comunicação que atinjam os mercados mais eficazmente” (BLACKWELL; MINIARD; ENGEL, 2013, P. 37).

Partindo desse pressuposto, torna-se interessante estudar o comportamento do consumidor, buscando compreender o impacto do consumo no endividamento dos consumidores. De acordo com Vieira *et al.* (2019), os consumidores costumam comprar produtos considerados supérfluos e não somente aqueles produtos que necessitam, pois, a sociedade atual tem muito envolvimento com a constante influência da mídia que utiliza estratégias cuja intenção é despertar o desejo alheio as necessidades.

Para Las Casas (2006, p. 181), o “comportamento do consumidor é uma matéria interdisciplinar de marketing que lida com várias áreas do conhecimento como economia, psicologia, antropologia, sociologia e comunicação”. Solomon (2016) complementa afirmando que, o comportamento do consumidor trata-se de um sistema que envolve pessoas ou grupos, sempre em busca da satisfação das necessidades e desejos por produtos ou serviços.

Diante disso, buscar compreender como os consumidores se comportam e como esse comportamento afeta a saúde financeira dos mesmos, justifica-se, pois o consumo atualmente trata-se de uma temática bastante relevante, visto que, os consumidores estão cada vez mais buscando continuamente atender a satisfação das suas necessidades e desejos (KOTLER; KELLER, 2012)

Com isto, o presente estudo pretende fazer levantamento de artigos com intuito de corroborar com pesquisas direcionadas a consumo, comportamento do consumidor, marketing e o entendimento mais amplo sobre a satisfação das necessidades dos consumidores e o endividamento. Neste contexto, a contribuição científica do estudo em questão é direcionada a compreensão da realidade dos consumidores, ao consumo excessivo e endividamento. Buscando favorecer a compreensão dos consumidores e relação ao entendimento sobre o consumo de forma consciente.

REFERENCIAL TEÓRICO

Consumo e materialismo

O estudo do comportamento do consumidor é amplo e contempla vários processos, no intuito de conhecer as necessidades dos consumidores, assim como a disposição de oferta dos produtos direcionados ao mercado consumidor (SOLOMON, 2016).

Perante a isto, vemos que o comportamento do consumidor pode ser definido como: “a forma como os consumidores tentam aprender sobre o que desejam, adquirem, utilizam e descartam bens, serviços e atividades disponíveis no mercado para satisfazer as suas necessidades” (PHAM, 2013, p. 413)

O materialismo define Richins (2004) atribui “importância relevante à propriedade e aquisição de bens materiais na obtenção de objetivos de vida”; o consumo. A atribuição de valor de consumo concentra-se em três aspectos: sucesso, egocentrismo e felicidade Richins, Dawson (1992).

O indivíduo materialista considera o sucesso de outras pessoas e de si mesmo por posses de material bens. A centralidade reflete a importância da prosperidade em uma vida do indivíduo. Por último, a crença de que a felicidade só pode ser acumulada pelas posses de bens materiais [7]. Estes três aspectos indicam que as pessoas materialistas acreditam que podem alcançar o bem-estar por meio da posse de bens materiais. Richins, Dawson (1992 p. 303).

Contrários ao exposto acima os autores Burroughs e Rindfleiscent (2002) argumentam que a busca do bem-estar desta forma não é eficaz. As pessoas mantêm uma variedade infinita de desejos e necessidades que buscam diariamente alcançá-los e

cumpri-los (ZAK; JEKSEN, 2010). Maslow através da hierarquização de necessidades explica que existem cinco níveis destas nos humanos: física, segurança, compaixão, respeito e autorrealização. Estas necessidades satisfeitas exigem luta diária das pessoas (DURMAZ, 2014).

O materialismo é uma necessidade que se impõe na aquisição e consumo de bens materiais. Um materialista assume que a propriedade é a chave para a felicidade e que o sucesso pode ser julgado pelos bens materiais e propriedades de uma pessoa (ATTIQ; AZAM, 2015)

As pessoas que aderem ao materialismo extremo estão em busca de dignidade e status social (DOOSTI; KARAMPOUR, 2017). O materialismo considera que a propriedade de um bem material se revela como o atributo central da identidade de um indivíduo para o sucesso. De acordo com Omar et al. (2014), o materialismo é a devoção de um indivíduo ao desejo de posse, um desejo de ter mais e mais coisas materiais.

As compras impulsivas são consideradas não planejadas. A lógica por trás dessa discrepância reside no fato de que podem ocorrer não só porque os consumidores têm necessidades, mas também porque falham para colocar os itens certos na lista de compras. O lapso de tempo entre nosso desejo de comprar e nossa decisão de comprar é muito curto em compras não planejadas. Assim como a compra impulsiva, mas mais devido ao incentivo de forte tentação hedonista de satisfação imediata e melhora do humor e não prestar atenção às consequências. Portanto, o impulso durante a compra impulsiva é muito forte e difícil de resistir. Muitas vezes os consumidores descrevem eventos de compra impulsivos como uma forte tentação de se opor ao desejo e ter poucas restrições comportamentais para resistir a essa tentação. Amos et al., (2014, p. 90)

A compra compulsiva é um distúrbio comportamental de uma pessoa que faz uma compra contínua, independentemente do consequências financeiras, sociais ou psicológicas. As compras compulsivas são caracterizadas por excessivas, compras fora de controle, repetitivas e demoradas em resposta a situações negativas e sem condições (ERGIN, 2010). De acordo com Palan et al. (2011) compras compulsivas são clinicamente definidas como transtornos de controle impulsivo, transtornos mentais caracterizados por impulsividade irresistível para se envolver em comportamentos perigosos ou irracionais para lidar com situações emocionais negativas, como depressão e solidão.

Endividamento como consequência.

O endividamento tem sido estudado na literatura por anos. O materialismo é, pois, um antecedente do endividamento (MATOS, et al. 2019), “o materialismo é um fator mediador do impacto da autoestima, impulsividade, atitude em relação dívida e crédito

sobre o endividamento do consumidor”.

O endividamento é o principal problema para as famílias e em um ambiente mais amplo para a economia de um país, pois reflete a incapacidade de se honrar as obrigações financeiras regulares de forma dinâmica (ANGEL; HEITZMANN, 2015). Embora a renda se revele fator de maior risco de endividamento (AIZCORBE; KENNICKEL; MOORE, 2003), este não é necessariamente um evento típico de famílias com rendas menores (BETTI; DOURMASHKIN; ROSSI; YIN, 2007).

O endividamento tem sido associado frequentemente pela literatura a diferenças sociais com o consumismo, autoestima e impulsividade, por exemplo (MATOS; VIEIRA; BONFANTI; METTE, 2019). Ausência de controle e de educação financeira igualmente foram relatados por Gathergood e Weber (2014). Garkarsdottir e Dittmar, (2012), registra consumismo impulsivo. Ademais outros efeitos maximizados, como desconhecimento de produtos de uso continuado, financeiros ou não, agravam situações financeiras concorrendo para cumulação de dívidas (WATSON, 2003)

Outros fatores externos, como situações econômicas conjunturais, circunstâncias estruturais adversas e situações econômicas nacionais ou mundiais podem desencadear ou agravar situações de endividamento.

Para Hanna e Todorov (2002) o comportamento de consumo se dá por respostas controladas, com incentivadores ou punidores, condicionando ao direcionamento de um novo comportamento seguinte responsável por agir e alterar o ambiente, com novas formas de autocontrole. Logo no autocontrole, um mesmo indivíduo emite duas respostas: a resposta controladora e a resposta controlada (ABREU-RODRIGUES; BECKERT, 2004). A redução na estimulação negativa ou o aumento na estimulação positiva decorrentes da emissão da resposta controlada reforçam e mantêm a resposta controladora (ABREU-RODRIGUES; BECKERT, 2004).

Recorrendo a Skinner, em *Ciência e Comportamento Humano* (1953, 2003), Barbosa registra as condições citadas que afetam as transações econômicas, aumentando ou diminuindo sua probabilidade futura: a) as dificuldades do consumidor e do vendedor com relação a bens e a dinheiro; b) a histórico de comportamento de aquisição e cessão de bens e dinheiro; c) as características temporárias do objeto ou da situação envolvida no comércio; d) o comportamento imitativo de outros consumidores em transações semelhantes; e) situações temporárias que determinam a transação com bens ou meios de pagamento (BARBOSA, 2017, p. 20).

Estudos anteriores já elaboram a ligação entre o consumismo e o endividamento (GARÐARSDÓTTIR; DITTMAR, 2012). Embora relatos anteriores tenham sido predominantemente realizados em países ocidentais, estudos já fornecem explicações entre esta relação em países asiáticos (MANAFE; FANGGIDAE, 2020). Os registros relatados importam para o estabelecimento de traços de consumismo em diversos ambientes, fornecendo contribuições práticas para diversas situações e para sociedade, continuam Manafe e Fanggidae (2020).

METODOLOGIA

A realização de um trabalho de revisão sistemática resulta na elaboração de um estudo focado em explorar, ordenar, investigar grandes amostras de informações. Como universo da pesquisa, se utilizou a busca através do google acadêmico, no período destacado de 2017 a 2022 e artigos, com as referidas palavras chaves “materialismo”, “endividamento”, “endividamento dos consumidores”, endividamento e consumo”.

Após essa busca, foram encontrados 2860 artigos, porém alguns foram excluídos por não estarem de acordo com o objetivo do artigo, ou não terem foco na temática em questão. Dessa forma, após a filtragem de tema ficaram 55 artigos, após a análise de resumo dos estudos resultaram 13 artigos lidos na integra. Conforme apresentado na Tabela 1 (abaixo)

Tabela 1 – Etapas de Pesquisa

Etapa	Atividade	Resultados
<i>Busca e Pré-análise</i>	Inserção de termos no google acadêmico “consumo, materialismo e endividamento”	2.860
<i>Seleção</i>	Idioma	português
<i>Análise e Tratamento</i>	Tipo de Documento	artigos
<i>Restrição Temporal</i>	Periódicos	2017 a 2022
<i>Análise e Tratamento</i>	A base final encontrada foi submetida ao tratamento acerca de quantitativo de publicação, autores, palavras-chaves, consumo, materialismo e endividamento.	13 artigos

Fonte: Elaborado pelos autores, (2022)

Com intuito de analisar a literatura nacional sobre o consumo excessivo e a propensão ao endividamento, o Quadro 1 apresenta alguns estudos selecionados, indicando ano de publicação, autores, título do estudo e objetivo, delineamento.

Quadro 1 – Descrição dos artigos incluídos no estudo

Ano	Autor (es)	Título	Objetivo	Delineamento
2017	MINELLA J. M.; BERTOSSO, H; PAULI, J; CORTE, V.F.D.	A influência do materialismo, educação financeira e valor atribuído ao dinheiro na propensão ao endividamento de jovens	Analisar qual a relação entre materialismo, educação financeira valores atribuídos ao dinheiro na relação com o endividamento de jovens.	Pesquisa quantitativa descritiva (técnica <i>survey</i>)
2018	XAVIER, T; M. C. O. FERREIRA	A influência da educação financeira no comportamento de compra do consumidor e antecedentes ao endividamento	Estabelecer, por meio de uma pesquisa descritiva quantitativa, relações entre os construtos educação financeira, materialismo, consumo por status, percepção do consumidor quando ao método de pagamento escolhido (cartão de débito, dinheiro e cartão de crédito) e endividamento.	Pesquisa quantitativa descritiva (técnica <i>survey</i>)
2019	N. G. M. PINTO; V. P. ROSSATO	Análise da propensão ao endividamento em um contexto universitário	Verificar a propensão ao endividamento das pessoas que estão inseridas no contexto da Universidade Federal de Santa Maria - Campus Palmeira das Missões.	Pesquisa quantitativa (técnica <i>survey</i>)
2018	S. F. OLIVEIRA	Influência dos fatores comportamentais na propensão ao endividamento dos estudantes universitários	Analisar a influência de fatores comportamentais na propensão ao endividamento de estudantes universitários.	Pesquisa quantitativa
2020	G, BUFFON; G. R. MELLO	A influência do significado do dinheiro na atitude ao endividamento dos acadêmicos dos cursos de administração	Verificar os fatores determinantes na atitude ao endividamento dos acadêmicos, dos primeiros e	Pesquisa quantitativa

			quartos anos, dos cursos de administração no Sudoeste do Paraná, no ano de 2017	
2019	G. A. MORAIS; N. C. de L. HATANO	Endividamento das famílias brasileiras	Analisar a composição do endividamento da população brasileira, assim como apontar o principal fator responsável pelo endividamento da população, a evolução do nível de endividamento para o período de 2010 a 2018 e propor ações que possam contribuir para a redução do nível de endividamento	Pesquisa quantitativa
2020	M. D. M. PONTES; V. PEÑALOZA; T. L. D. PONTES	Os impactos das dificuldades financeiras nas condutas de consumo: as diferenças entre gêneros	Demonstrar a existência de diferenças no comportamento de consumo entre homens e mulheres.	Pesquisa quantitativa
2017	J. S. NASCIMENTO; N. R. ABREU; J. A. NASCIMENTO	Análise da influência dos antecedentes do materialismo nos adolescentes	Identificar os antecedentes que influenciam o nível de materialismo dos adolescentes da cidade de João Pessoa.	Pesquisa quantitativa
2017	L. A. S. CRUZ NETO; V. L. P. FUENTES; I. Q. BARBOZA; F. G. P. SOUSA	Atitude ao endividamento e comportamento de gestão financeira do consumidor	Analisar a correlação existente entre atitude ao endividamento e comportamento de gestão financeira do consumidor, verificando a influência de variáveis demográficas nessa relação.	Pesquisa quantitativa
2020	S. C. S. PARAÍSO; R. A. S. FERNANDES	O crescimento do índice de endividamento das famílias brasileiras	Trazer a discussão sobre o crescimento do índice de endividamento das famílias	Revisão de Literatura

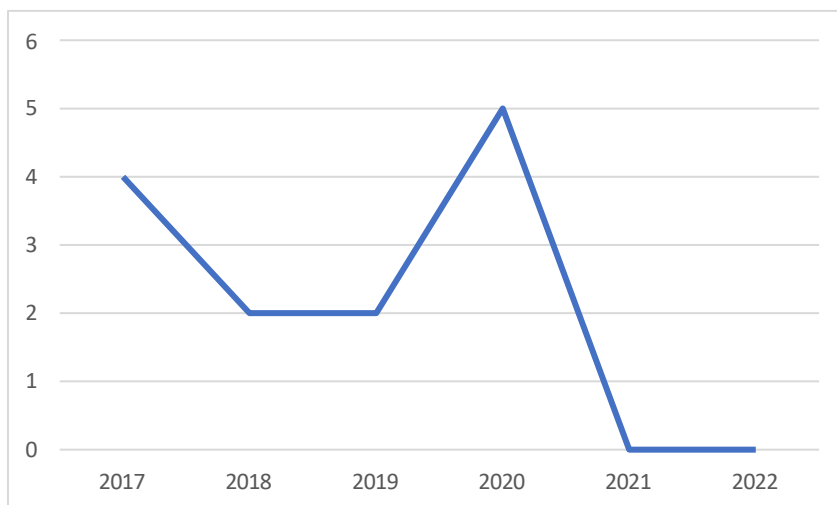
			brasileiras.	
2017	F. M. SILVA; A. M. SILVA; R. L. OLIVEIRA; C. O. PIRES	Efeito da ansiedade, racionalidade e uso de recursos financeiros na relação entre materialismo e o comportamento de compra impulsivo	Avaliar o efeito do materialismo sobre a impulsividade nas compras, tendo “ansiedade”, “racionalidade” e “uso de recursos financeiros disponíveis” como variáveis mediadoras	Pesquisa quantitativa (técnica <i>survey</i>)
2020	G. R. MESSIAS; J. G. VEDOVELLO	Consumo e endividamento universitário	Analisar a relação entre consumo e endividamento universitário	Pesquisa quantitativa
2020	I. T. COSTA; J. D. RODRIGUES; D. L. COSTA; V. L. COSTA	Quem são e o que querem? comportamento do consumidor: uma revisão sistemática nos anais do congresso ADMPG	a avaliação e busca pelo escopo principal dos estudos aprovados no evento, e contribuir, tanto unificando os resultados, como permitindo visualizar possíveis gaps teóricos	Revisão Sistemática

Fonte: Elaborado pelos autores, (2022)

RESULTADOS OBTIDOS

Os resultados obtidos na pesquisa e apresentados na seção estão subdivididos entre, artigos selecionados e ano de publicação, metodologia das pesquisas, *framework* teórico, palavras chaves mais citadas e principais resultados.

Gráfico 1 – Artigos selecionados



Fonte: Elaborado pelos autores, (2022)

O levantamento dos dados para revisão sistemática se deu através do google acadêmico, em pesquisas com o foco no consumo e endividamento, no qual 13 artigos foram utilizados na filtragem final. De acordo com os dados do estudo, é possível perceber (Gráfico 1) que o ano de 2020 foi o ano que mais teve pesquisas com cinco artigos relacionadas a temática conforme os achados.

Tabela 2 - Metodologia dos artigos

Abordagem	Quantidade
Quantitativa	11
Qualitativa	0
Revisão Sistemática	1
Revisão de Literatura	1
Total	13 artigos

Fonte: Elaborado pelos autores, (2022)

No que versa sobre a metodologia da pesquisa dos artigos que compõe a revisão sistemática, onze artigos apresentam a metodologia quantitativa, quatro deles com *survey*, um artigo com revisão sistemática e outro com revisão de literatura, importa citar que, não houve por parte dos pesquisadores no momento das buscar a exclusão de estudos qualitativos sobre o tema. Acredita-se que, a temática em questão, consumo e endividamento por se trata de um tema que envolve métricas e escalas, com isto, os estudos são mais direcionados para a metodologia quantitativa.

Framework teórico dos artigos incluídos

Por meio da leitura dos artigos incluídos nesse referido estudo, buscou-se entender a composição do *framework* teórico dos artigos, ou seja, quais os tópicos estão mais sendo direcionados ao tema consumo e endividamento, conforme os dados apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Framework (temas centrais)

Tema Central	Quantidade
Materialismo	3
Educação Financeira	2
Endividamento	7
Consumo	1
Total	13

Fonte: Elaborado pelos autores, (2022)

Após a análise do *framework*, foi possível perceber que o tema consumo e endividamento trata-se de um tema muito amplo, em que, muitos autores direcionam suas pesquisas para inúmeras áreas tais como materialismo (finanças comportamentais,

consumo e materialismo), educação financeira (consumo por status, financeirização, comportamento de gestão financeira), endividamento (significado do dinheiro, endividamento pessoal, endividamento das famílias), consumo (efeito da ansiedade e racionalidade, consumo compulsivo).

As palavras chaves dos artigos analisados

Figura 1 – Nuvem de palavras-chave dos artigos selecionados



Fonte: Elaborado pelos autores, (2022)

Análise das palavras chaves foi feita através do *software* Nvivo, para tal foram utilizadas as próprias palavras chaves citadas em todos os artigos incluídos no estudo. E na figura 1, são apresentadas as que possuem maior frequência pelo maior trabalho. Dessa forma, as palavras chaves mais apresentadas são endividamento, educação financeira, materialismo e consumo, corroborando com os achados da Tabela 3.

Quadro 2 – Principais Resultados

Principais resultados	Autores
<ul style="list-style-type: none"> - A educação financeira influência no endividamento de jovens. - O valor do dinheiro influencia no endividamento de jovens. 	MINELLA J. M.; BERTOSSO, H; PAULI, J; CORTE, V.F.D.
<ul style="list-style-type: none"> - Os indivíduos com pouca educação financeira possuem tendência ao materialismo e consumo por status. - Indivíduos com tendências materialistas e de consumo por status estão mais propensos diretamente ao endividamento. 	XAVIER, T; M. C. O. FERREIRA
<ul style="list-style-type: none"> - Os participantes do estudo possuem uma elevada percepção de risco, resultando em um comportamento mais conservador. - O cartão de crédito e a principal motivo para contração de dependências financeiras foi a facilidade de acesso ao crédito. 	N. G. M. PINTO; V. P. ROSSATO
<ul style="list-style-type: none"> - O fator comportamento apresenta mais força em relação a propensão ao endividamento. - A percepção do risco e a mesmo para endividados e não endividados. - Os níveis de comportamento financeiro são diferentes entre endividados e não endividados. 	S. F. OLIVEIRA

- De acordo com os resultados do estudo há indícios de que atitudes negativas relacionadas ao dinheiro, propiciam menor disposição aos acadêmicos a gastarem, o que os tornam menos propensos a atitudes ao endividamento.	G. BUFFON; G. R. MELLO
- As famílias com menor renda tiveram maior endividamento. - O cartão de crédito é um facilitador recorrente do endividamento das famílias.	G. A. MORAIS; N. C. de L. HATANO
- As dificuldades financeiras impactam no consumo excessivo feminino por meio da ansiedade e estresse.	M. D. M. PONTES; V. PEÑALOZA; T. L. D. PONTES
- O estudo considerou de acordo com suas hipóteses que as posses de amigos ou colegas influencia diretamente nos níveis elevados de materialismo.	J. S. NASCIMENTO; N. R. ABREU; J. A. NASCIMENTO
- O comportamento financeiro exerce pouca influência na propensão ao endividamento. - A racionalidade tem ligação com o ciclo de vida provocando mudanças na gestão financeira dos consumidores.	L. A. S. CRUZ NETO; V. L. P. FUENTES; I. Q. BARBOZA; F. G. P. SOUSA
Os principais resultados do estudo mostraram que 65,1% das famílias participantes da pesquisa estão endividadas. O cartão de crédito lidera os tipos de dívidas que as famílias possuem.	S. C. S. PARAÍSO; R. A. S. FERNANDES
Os resultados também indicaram que são consumidores mais impulsivos os seguintes grupos, são elas: - As mulheres - Os que mais utilizam limite do cartão de crédito. - Os que optam por maior prazo de pagamento. - Os que têm maior dispêndio do que seus rendimentos suportam.	F. M. SILVA; A. M. SILVA; R. L. OLIVEIRA; C. O. PIRES
- Ausência da prática de compras por impulso pela maioria dos respondentes (62,98%).	G. R. MESSIAS; J. G. VEDOVELLO
- Os estudos em sua maioria são quantitativos. - Os frameworks teóricos estão mais direcionados a decisão de compras e consumo.	I. T. COSTA; J. D. RODRIGUES; D. L. COSTA; V. L. COSTA

Fonte: Elaborado pelos autores, (2022)

De acordo com os principais resultados dos artigos incluídos no estudo, foi possível perceber que, diversas são as abordagens direcionadas ao consumo assim como os resultados achados.

Relacionados a educação financeira, esta influencia diretamente no endividamento, materialismo e consumo por impulso, participantes das pesquisas com o nível mais elevado de educação financeira estão menos propícios ao endividamento. O cartão de crédito é um fato facilitador do endividamento das pessoas/famílias, as famílias com menor rendas estão mais suscetíveis ao endividamento. Outro fator importante apresentado, é que a ansiedade e o estresse impactam no consumo excessivo feminino e os consumidores são influenciados por amigos e colegas ao materialismo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A revisão sistemática realizada nesse artigo visou trazer um enriquecimento no que versa sobre pesquisas nacionais com a temática consumo excessivo e endividamento. Embora o tema comportamento do consumidor trate-se de um tema bastante vasto, após a filtragem dos artigos apresentados no google acadêmico, somente 13 artigos apresentaram o direcionamento específico para a temática consumo, materialismo e endividamento.

Diante disso vemos que, o endividamento excessivo para Barbosa (2017) gera consequências prejudiciais não só para o indivíduo, mas para toda sociedade. Assim, os entes públicos precisam mitigar as oportunidades da ocorrência de punições nesta ocorrência. Barbosa (2017) assegura ainda que a educação financeira é fundamental para o desenvolvimento do comportamento de consumo das pessoas, com o devido acompanhamento de medidas econômicas relacionadas para ajustes do comportamento humano.

A contribuição acadêmica do estudo é a necessidade de ressaltar a necessidade um consumo mais consciente, e o direcionamento ao materialismo pode impactar no endividamento das pessoas. No intuito de estudos futuros, sugere-se o estudo sejam realizadas pesquisas com diferentes públicos e idades com intuito de analisar as fases do ciclo de vida e consumo dos entrevistados (jovens, adultos, famílias)

REFERÊNCIAS

ABREU-RODRIGUES, J. & BECKERT, M. E. **Autocontrole: pesquisa e aplicação**. Em C. N. Abreu & H. J. Guilhardi (Orgs.), *Terapia comportamental e cognitivocomportamental – Práticas clínicas* (pp. 259-274). São Paulo: Roca, 2004.

AIZCORBE, A. M., KENNICKELL, A. B., AND MOORE, K. B. **Recent changes in us family finances**: Evidence from the 1998 and 2001 survey of consumer finances. *Fed. Res. Bull.*, 89:1, 2003. Disponível em: <https://www.federalreserve.gov/pubs/bulletin/2003/0103lead.pdf>. Acesso em 16. Jul. 2021.

ANGEL, S.; HEITZMANN, K. Over-indebtedness in Europe: The relevance of country-level variables for the over-indebtedness of private households. **Journal of European Social Policy**, vol. 25, no. 3, pp. 331- 351, 2015. Disponível em: <https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0958928715588711>. Acesso em:20.jul.2021.

BARBOSA, I. A. **Autocontrole Financeiro, Endividamento e Análise Comportamental Clínica**. Instituto Brasiliense de Análise do Comportamento, 2017.

BETTI, G., DOURMASHKIN, N., ROSSI, M., AND YIN, Y. P. Consumer over indebtedness in the eu: measurement and Characteristics. **Journal of Economic Studies**. 34. 136-156 Disponível em: DOI: 10.1108/01443580710745371. Acesso em 21.jul.2021.

BLACKWELL, R. D.; MINIARD, P. W.; ENGEL, J. F. **Comportamento do consumidor**. 9. ed. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2013.

BURROUGHS J.E.; RINDFLEISCH A. Materialism and well-being: A conflicting values perspective, **Journal of Consumer research**, vol. 29, no. 3, pp. 348-370, 2002. Disponível em: <https://www.jstor.org/stable/10.1086/344429>. Acesso em 21.jul.2021.

CRESWELL, J.W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. Editora Penso, Porto Alegre, 2014.

EASTMAN, J. K., EASTMAN, K. L. Conceptualizing a model of status consumption theory: An exploration of the antecedents and consequences of the motivation to consume for status. **Marketing Management Journal**, 25(1), 1-15, 2015.

Disponível em: <http://www.mmaglobal.org/publications/MMJ/MMJ-Issues/2015-Spring/MMJ-2015-Spring-Vol25-Issue1-Eastman-Eastman-pp1-15.pdf>. Acesso em: 28.jul.2021.

EASTMAN, J. K., GOLDSMITH, R. E., FLYNN, L. R. Status consumption in consumer behavior: Scale development and validation. **Journal of marketing theory and practice**, 7(3), 41-52, 1999.

Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/abs/10.1080/10696679.1999.11501839>. Acesso em: 28.jul.2021.

FLORES, S. A. M.; VIEIRA, K. M. Determinantes comportamentais da propensão ao endividamento: Análise da influência do gênero. **Revista Internacional de Investigación en Ciencias Sociales**, Asunción, v. 12, n. 2, p. 175-190, 2017. Disponível em: <http://revistacientifica.uaa.edu.py/index.php/riics/article/view/295>. Acesso em: 29.jul.2021.

GARKARSDOTTIR, R. B; DITTMAR, H. The relationship of ´materialism to debt and financial well-being: The case of iceland’s perceived prosperity. **Journal of Economic Psychology**, 33(3):471–481, 2012.

Disponível em: https://econpapers.repec.org/article/eeejoepsy/v_3a33_3ay_3a2012_3ai_3a3_3ap_3a471-481.htm. Acesso em: 30. Jul.2021

GUBA, E.G.; LINCOLN, Y.S. **Paradigmatic controversies, contradictions, and emerging confluences**. In: DENZIN, N.K.; LINCOLN, Y.S. (Ed.). Handbook of qualitative research. 3. ed. Thousand Oaks: Sage Publications, 2005. Disponível em: https://sabinemendesmoura.files.wordpress.com/2014/11/gubaelincoln_novo.pdf. Acesso em: 01.ago.2021.

HANNA, E. S., & TODOROV J.C. Modelos de Autocontrole na Análise Experimental do Comportamento: **Utilidade e Crítica. Psicologia: Teoria e Pesquisa**, 18(32), 337-343, 2002.

Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ptp/a/XzNVXp7F95DjPjHqfW6PH8Yb/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 01.ago.2021.

HAIR JR., J. F.; BLACK, W. C.; BABIN, B. J.; ANDERSON, R. E. **Multivariate data analysis**. Pearson new international edition. Pearson Higher Ed, 2013.

HUBERMAN, A.M., MILES, M.B. Data management and analysis methods. In N.K. Denzin & Lincoln (Eds.) **Handbook of qualitative reserch** (p. 428-444) Thousand Oaks, CA. Sage. 1994. Disponível em: [https://www.scirp.org/\(S\(351jmbntvnsjt1aadkposzje\)\)/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferencelD=435315](https://www.scirp.org/(S(351jmbntvnsjt1aadkposzje))/reference/ReferencesPapers.aspx?ReferencelD=435315). Acesso em: 01.ago.2021.

JACOBY, J.; BERNING, C. K.; DIETVORST, T. F. What about disposition? **Journal of Marketing**, California, v. 41, n. 2, p. 22-28, 1977. DOI: Disponível em: <https://doi.org/10.1177/002224297704100212>. Acesso em: 01.ago.2021.

KOTLER, P; A KELLER K.L . **Administração de marketing**. 14. ed. – São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2012.

KURYSHEVA, ANNA; VERNIKOV, ANDREI V.Veblen was right: Conspicuous consumption and car loans in Russia (June 1). Available at SSRN, 2021. Disponível em: <https://ssrn.com/abstract=3857764>. Acesso em: 01.ago.2021.

LAS CASAS, Alexandre Luzzi. **Administração de Marketing: conceitos, planejamento e aplicações à realidade brasileira**. São Paulo: Atlas, 2006.

MANAFE, J.D., FANGGIDAE, J.P. Materialism and Individuals' Over-indebtedness: A Case of Indonesia. *Advances in Social Science, Education and Humanities Research*, volume 544 – 62-65 **Proceedings of the International Conference on Science and Technology on Social Science (ICAST-SS)**, 2020. Disponível em: <http://creativecommons.org/licenses/by-nc/4.0/>. Acesso em: 01.ago.2021.

MATOS, C.A. DE; VIEIRA, V; BONFANTI, K; METTE, F.M.B. Antecedents of indebtedness for low-income consumers: the mediating role of materialism," **Journal of Consumer Marketing**, 2019.

RICHINS M.L.; DAWSON, S. A consumer values orientation for materialism and its measurement: Scale development and validation, **Journal of consumer research**, vol. 19, no. 3, pp. 303-316, 1992. Disponível em: https://www.academia.edu/9623949/A_Consumer_Values_Orientation_for_Materialism_and_Its_Measurement_Scale_Development_and_Validation_Author_s. Acesso em: 01.ago.2021.

RICHINS, M.L. The material values scale: Measurement properties and development of a short form, **Journal of consumer Research**, vol. 31, no. 1, pp. 209-219, 2004. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/270647957_The_Material_Values_Scale_A_Re-inquiry_into_Its_Measurement_Properties_and_the_Development_of_a_Short_Form. Acesso em: 01.ago.2021.

OLIVEIRA, M.; JESUS, F. **Da dificuldade da decisão à facilitação da ação**. In: Santos (Org). Famílias endividadas: uma abordagem de economia política e comportamental. Coimbra: Almedina, p. 65-89, 2015.

OLIVEIRA, P. S. G; SILVA, L. F; BARROS, R. B; TECILLA, M. C; SILVA. O. R. Fatores que influenciam o comportamento do consumidor em lojas virtuais. **Revista de Administração da UNIMEP**, v.17, n.1, 2019. Disponível: researchgate.net/publication/333746098_FATORES_QUE_INFLUENCIAM_O_COMPORTEAMENTO_DO_CONSUMIDOR_EM_LOJAS_VIRTUAIS_FACTORS_THAT_INFLUENCE_CONSUMER_BEHAVIOR_IN_WEBSHOPS. Acesso em: 02.jul.2021.

PHAM, M. T. The seven sins of consumer psychology. **Journal of Consumer Psychology**, 2013. Disponível em: <https://myscp.onlinelibrary.wiley.com/doi/full/10.1016/j.jcps.2013.07.004#:~:text=Most%20of%20these%20issues%20originate,adoption%20of%20a%20narrow%20set>. Acesso em: 02.jul.2021.

SANTOS DOS, T; SOUZA, M. J. B. Fatores que influenciam o endividamento de consumidores jovens. **Revista Alcance**. vol.21, n1, enero-marzo, pp. 152-180, 2014. Disponível em: <https://siaiap32.univali.br/seer/index.php/ra/article/view/4764>. Acesso em: 02.jul.2021.

SOLOMON, M. R. **O Comportamento do Consumidor - Comprando, Possuindo e Sendo**. São Paulo: Bookman, 2016.

SKINNER, B. F. **Ciência e Comportamento Humano** (J. C. Todorov, & R. Azzi, trads. 2003). São Paulo: Martins Fontes, 1953.

VIEIRA, K. M.; FLORES, S. A. M.; CAMPARA, J. P. Propensão ao endividamento no município de Santa Maria (RS): verificando diferenças em variáveis demográficas e culturais. **TPA-Teoria e Prática em Administração**, João Pessoa, v. 4, n. 2, p. 180-205, 2015.

VIEIRA. J. D; VIANA, J. G. A; ALVES, R. R. Comportamento do consumidor verde: evidências na fronteira Brasil – Uruguai. **Braz. Jour. Mark. – BJM**. São Paulo, Brasil. v.18 n.1, pp.41-57, Jan-Mar, 2019.

WATSON, J. J. The relationship of materialism to spending tendencies, saving, and debt. **Journal of economic psychology**, 24(6):723–739, 2003.

Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/4846382_The_Relationship_of_Materialism_to_Spending_Tendencies_Saving_and_Debt. Acesso em: 02.ago.2021.

CAPÍTULO 07

ESPAÇO, LUGAR, PAISAGEM E TERRITÓRIO: CONCEITOS-CHAVE DA GEOGRAFIA MODERNA

*Anna Ariane Araújo de Lavor
Wilton Alves Oliveira
Martilla Sousa Silva
Eunice de Almeida Moraes*

RESUMO

Este artigo discute a relevância dos conceitos de espaço, lugar, paisagem e território na geografia moderna, mostrando as diferentes abordagens que os envolvem. A geografia não deve se limitar a descrever os elementos físicos ou ambientais, mas deve entender os contextos e a organização social. O desafio da geografia é mostrar a importância e o alcance da dimensão espacial nos fenômenos estudados, usando uma análise crítica e interpretativa. O objetivo é analisar, segundo vários autores da geografia moderna, os significados e as ressignificações dos conceitos de espaço, lugar, paisagem e território. Esses conceitos são interligados e complementares, pois o espaço contém o lugar, que contém a paisagem, que contém o território, havendo uma integração a partir das relações estabelecidas com as suas especificidades. Comparando os conceitos nas principais teorias e autores sobre o tema, nota-se que muitos geógrafos destacam a natureza interconectada dessas noções. O artigo parte do pressuposto de que a geografia não é uma ciência meramente descritiva ou classificatória, mas sim uma ciência que busca interpretar e explicar os fenômenos espaciais, considerando os seus aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos. Nesse sentido, o artigo mostrou como os conceitos de espaço, lugar, paisagem e território foram sendo construídos e reconstruídos ao longo da história da geografia, refletindo as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que marcaram o seu desenvolvimento. O artigo também destaca a interconexão e a complementaridade desses conceitos, mostrando que eles não são isolados ou excludentes, mas sim integrados e dinâmicos. Por fim, o artigo ressalta a pluralidade e a diversidade da geografia como uma disciplina que se renova constantemente, incorporando novas perspectivas e desafios para a análise da realidade espacial. O texto, portanto, contribui para o debate sobre o papel da geografia na compreensão da realidade espacial.

Palavras/Expressões chaves: Espaço. Lugar. Paisagem. Território. Geografia Moderna.

1 - INTRODUÇÃO

O presente artigo busca apresentar uma reflexão sobre a importância da análise sobre os conceitos de “espaço, lugar, paisagem e território” na geografia moderna, destacando as diferentes abordagens que envolvem essa perspectiva. A geografia deve ir além da descrição dos elementos morfológicos ou ambientais e

buscar compreender os contextos e a organização social. O desafio da geografia é expressar a importância e o alcance da dimensão espacial nos fenômenos estudados, utilizando uma análise crítica e interpretativa. O texto, portanto, contribui para o debate sobre o papel da geografia na compreensão da realidade espacial.

Cabral(2007) entende que é importante enunciar as formas mais conhecidas acerca da análise espacial, onde de um lado ele coloca que os elementos morfológicos ou ambientais descritos são tomados apenas como explicativos e do outro lado o esforço de “demonstrar como o espaço constitui elemento ativo na organização social” (CABRAL, 2007, p. 143).

Esta renovação sobre estes conceitos é de grande importância para a literatura da área, pois a geografia deve promover de forma constante a interpretação e reinterpretação dos fenômenos através de uma renovada análise sobre o significado das camadas espaciais.

Muito tem-se discutido sobre o significado e possibilidades analíticas das categorias espaciais, principalmente sobre as noções de espaço, lugar, paisagem e território. Este debate é fundamental para a construção de um pensamento geográfico crítico e moderno.

Assim é que na opinião de muitos geógrafos, cada vez mais, compete à geografia o desafio de promover a interpretação dos fenômenos através de uma renovada análise espacial. Para Gomes (op. cit., p.8), isso pressupõe o compromisso de exprimir a importância e o alcance da dimensão espacial nos fenômenos estudados. (CABRAL, 2007, p.143-144)

O artigo tem, portanto, como objetivo apresentar uma reflexão sobre os conceitos de espaço, lugar, paisagem e território na geografia moderna, a partir de uma revisão bibliográfica de vários autores que se dedicaram ao tema. Esses conceitos são fundamentais para a compreensão da realidade espacial, pois expressam as diferentes dimensões e escalas da organização social e das relações entre os seres humanos e o meio ambiente.

O artigo parte do pressuposto de que a geografia não é uma ciência meramente descritiva ou classificatória, mas sim uma ciência que busca interpretar e explicar os fenômenos espaciais, considerando os seus aspectos históricos, culturais, políticos e econômicos. Nesse sentido, o artigo procura mostrar como os conceitos de espaço, lugar,

paisagem e território foram sendo construídos e reconstruídos ao longo da história da geografia, refletindo as diferentes abordagens teóricas e metodológicas que marcaram o seu desenvolvimento.

ESPAÇO

No debate sobre o conceito de espaço, autores como Santos (2006) Gomes (2002) e Cabral (2007) têm contribuído significativamente. A análise espacial pode ser vista sob duas perspectivas: a primeira a enxerga como explicativa de diversos aspectos sociais, enquanto a segunda a compreende como elemento ativo na organização social (CABRAL, 2007).

Segundo Cabral (2007), existe uma imensa produção literária geográfica, mas com perspectivas bastante diversas. Para o entendimento do “Espaço” como conceito (perspectiva) geográfico, Cabral utiliza algumas obras, como : “A natureza do Espaço” de Milton Santos (2006) e “A condição Humana” de Paulo César da Costa Gomes (2002), que apesar de grande semelhança, pode se dizer que Milton Santos aprofundou sua pesquisa mais teoricamente, enquanto, Paulo Gomes deu mais didática ao seu estudo. Embora exista esta diferença, Cabral destaca o paralelismo entre as concepções fundamentais desses geógrafos, especialmente quanto à forma de definir e abordar o espaço sob um ângulo propriamente geográfico.

A dimensão espacial costuma ser abordada por meio de divisões nas ciências sociais, enquanto alguns autores defendem que as condições geográficas são dadas para descrever o ambiente, e quando não são determinantes, são tomadas como explicativas de diversos aspectos no âmbito social. Já outros autores defendem que o espaço trabalha simultaneamente, tanto como produto, quanto produtor.

Para Gomes (2002), a análise espacial deve ser concebida como um diálogo permanente entre a morfologia e as práticas sociais e são três as características que definem o espaço geográfico: a consistência, a composição e a disposição. A consistência se refere à dimensão física e concreta do espaço, que é formado por elementos naturais e artificiais. A composição se refere à dialética entre a forma e o conteúdo do espaço, ou seja, entre a disposição das coisas e as práticas sociais que as produzem e reproduzem. A disposição se refere à lógica ou coerência que organiza o espaço, que pode ser de ordem

econômica, política, cultural, etc. Essas características permitem compreender o espaço geográfico como um diálogo permanente entre a morfologia e as dinâmicas sociais, que se influenciam mutuamente.

Para Santos (2006), o espaço é um composto de formas, onde essas formas existem em relação aos seus usos e significados que são as suas condições de existência. Para o estudo analítico do espaço é necessário ter uma boa noção da linguagem, pois o vocábulo “espacial” remete muitas vezes para um entendimento “físico”.

Buttimer (1993) explora a dimensão fenomenológica da geografia, destacando como as experiências sensoriais e subjetivas afetam nossa compreensão do espaço. Para Buttimer (1993), o espaço é um produto da interação entre o indivíduo, a sociedade e o ambiente, e pode ser compreendido a partir de três perspectivas: o espaço vivido, o espaço percebido e o espaço concebido. O espaço vivido é o espaço da vida cotidiana, onde as pessoas realizam suas atividades e expressam seus valores e sentimentos. O espaço percebido é o espaço da imaginação, onde as pessoas projetam seus sonhos e aspirações. O espaço concebido é o espaço da razão, onde as pessoas planejam e organizam o espaço de acordo com seus interesses e ideologias. Buttimer (1993) afirma que essas três dimensões do espaço são dinâmicas e inter-relacionadas, e que a geografia deve buscar compreender como elas se manifestam na história e na cultura de diferentes grupos humanos.

Lopes (2012), compreende que mesmo observando o espaço como um processo de construção social dialético, é difícil nos desvincularmos da visão puramente física do espaço, mas com a leitura dos textos e discussões trazidas em sala de aula, foi possível dar um grande passo para desfazer esta imagem tão fortemente enraizada em nossa mente.

Para Soja (1993), o espaço é uma dimensão fundamental da existência humana, que não pode ser reduzida a uma mera categoria de análise ou a um reflexo da estrutura social. Em seu livro *Geografias pós-modernas: A reafirmação do espaço na teoria social crítica*, ele defende uma abordagem espacializada da realidade, que reconhece a importância do espaço como um agente histórico e político, capaz de influenciar e ser influenciado pelas relações sociais. Soja (1993) propõe uma concepção trialectica do espaço, que articula três dimensões: o

espaço percebido, o espaço concebido e o espaço vivido. O espaço percebido é o espaço material, concreto, que pode ser observado e medido. O espaço concebido é o espaço abstrato, ideal, que é produzido e reproduzido pelo conhecimento científico e pela ideologia. O espaço vivido é o espaço simbólico, subjetivo, que é construído e transformado pela experiência cotidiana e pela imaginação. Essas três dimensões se interpenetram e se contradizem, gerando tensões e conflitos que expressam as contradições da sociedade. Assim, o espaço é um campo de lutas e de possibilidades, que pode ser apropriado e contestado pelos sujeitos sociais.

O autor analisa que ao aceitar a concepção do espaço como sendo principalmente relação entre as formas e comportamentos, compreendendo assim a indissociabilidade entre os sistemas de objetos e ações, fica claro que o pensamento geográfico enraizado apenas em um tipo de objeto ou classe de ações é extremamente insustentável, pois “não seria capaz de dar de conta da realidade que é total e jamais é homogênea” (SANTOS, 2006, p. 78).

Santos (2006) discutiu a importância do espaço geográfico como um palco das relações sociais, econômicas e políticas. Ele abordou o conceito de espaço como uma construção social, enfatizando a dimensão política do território e como a apropriação desse território pode gerar desigualdades sociais e espaciais. Santos (2006) apresenta uma teoria geral do espaço humano, baseada na ideia de que o espaço é formado por sistemas de objetos e sistemas de ações. Ele analisa como as técnicas e os tempos influenciam na produção e na transformação do espaço, bem como as relações entre razão e emoção na percepção e na vivência espacial. O autor também discute o papel da globalização e das novas tecnologias na configuração do espaço geográfico, buscando compreender as contradições e os desafios da realidade contemporânea.

LUGAR

A noção de lugar é de grande relevância para a geografia humana, com duas perspectivas principais: a visão humanista e a visão radical. Para a primeira, o lugar é fundamental para a existência humana, uma experiência centrada em significados e percepções. Já a segunda visão concebe o lugar como uma funcionalização do mundo, representando um feixe de possibilidades em uma porção do espaço (CABRAL, 2007).

Assim, o lugar é um sítio de identidades tanto individuais quanto sociais, carregando consigo significados próprios e subjetivos. A abordagem humanista enfatiza a relação entre o homem e a natureza, enquanto a visão radical destaca o lugar como uma mediação entre o mundo físico e a subjetividade humana (CABRAL, 2007).

Cabral (2007), entende que os conceitos de espaço e lugar se integralizam, visto que os termos são familiares e complementares: o que começa como espaço indiferenciado acaba assumindo a configuração de lugar, ao conhecermos e o dotarmos de valor.

Contudo, existe um consenso entre os geógrafos sobre lugar, eles aceitam a importância das experiências causadas pelo lugar em seus habitantes.

“De uma forma ou de outra, os geógrafos humanistas admitem que o lugar permite focalizar o espaço em torno das intenções, ações e experiências humanas — desde as mais banais até aquelas eventuais ou extraordinárias — e que sua essência é ser um centro onde são experimentados os eventos mais significativos de nossa existência: o viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho e o lazer etc”. (CABRAL, 2007, p. 148)

Na citação acima, o autor expressa uma visão humanista da geografia, que valoriza a dimensão subjetiva e afetiva dos lugares e sua relação com as vivências humanas. O lugar, nessa perspectiva, não é apenas um recorte espacial delimitado, mas um espaço de significação, onde se manifestam as intenções, ações e experiências dos sujeitos que o habitam. O lugar é, assim, um centro de referência para a compreensão da existência humana, pois nele se realizam as atividades cotidianas e as situações extraordinárias que marcam a vida das pessoas. O viver e o habitar, o uso e o consumo, o trabalho e o lazer são exemplos de eventos que ocorrem nos lugares e que revelam os sentidos atribuídos ao espaço pelos seus habitantes.

Lopes (2012) também destaca que na visão humanista existe uma preocupação fundamentada na relação homem-natureza, ambiente que possui um prisma de subjetividade e o foco é demonstrar o lugar enquanto base da existência humana enquanto experiência pessoal, mediatizada por símbolos e significas próprios, subjetivos.

Assim, o lugar é um sítio de identidades, tanto como indivíduo, quanto como grupo social, pois o lugar conta a nossa história e nossa vida em uma consequência de ligações. "O lugar é um espaço singularizado pela presença humana e pelas relações sociais que nele se estabelecem" (CORRÊA, 2005, o. 15)

O lugar é um conceito fundamental para a Geografia, pois expressa a relação entre o espaço geográfico e os significados particulares e coletivos que as pessoas atribuem a ele. O lugar é, portanto, o espaço vivido, onde se desenvolvem as relações sociais, culturais, econômicas e afetivas dos indivíduos e dos grupos.

Santos (2006), concebeu o lugar como um conjunto de objetos e ações que formam uma totalidade concreta e contraditória, marcada pela desigualdade e pela heterogeneidade. Para o autor, o lugar é o espaço onde se manifestam os processos globais e as particularidades locais, sendo também o espaço da cidadania e da resistência.

Sposito (1995, p. 15) defende que "o lugar é um espaço onde se tece a vida cotidiana das pessoas em suas múltiplas dimensões: econômica, política, social e cultural". A citação da autora expressa a ideia de que o lugar não é apenas um espaço físico, mas também um espaço social, onde se desenvolvem as relações humanas em diferentes aspectos. O lugar é, portanto, um espaço significativo, que reflete e influencia a identidade, a cultura, a história e a política das pessoas que nele vivem. O lugar é um espaço onde se constrói e se transforma o mundo, a partir das experiências cotidianas dos sujeitos.

PAISAGEM

Cabral (2007) enfatiza que a paisagem é uma marca e uma matriz, expressando uma civilização e participando dos esquemas de percepção, concepção e ação da cultura. A paisagem pode ser compreendida como um texto multifacetado, repleto de significados e subjetividades. Cada indivíduo ou grupo pode ter diferentes leituras de uma mesma paisagem.

A paisagem é a expressão visível das interações entre o espaço e as atividades humanas. Ela é a imagem resultante da combinação entre elementos naturais e construídos pelo ser humano, refletindo a organização espacial de uma determinada área. A paisagem é dinâmica e está em constante transformação, sendo influenciada pelas práticas sociais, econômicas e culturais de uma sociedade. Santos (2006) enfatizou a importância da paisagem como uma construção social e como um indicador das relações de poder e controle territorial. O autor defende que a noção de "paisagem" se encontra

associada à ideia de formas visíveis sobre a superfície da terra e com sua composição. Quanto a sua importância para o pensamento geográfico, esta tem variado no decorrer do tempo.

Contudo, a partir da década de 1970, os estudos de paisagem ampliaram-se, especialmente sob dois enfoques: o sistêmico e o cultural.

A concepção sistêmica entende a paisagem como realidade objetiva, como o resultado de uma combinação dinâmica e, por conseguinte instável, de elementos físicos, biológicos e humanos. Essa interação é singular para cada porção do espaço e toma a paisagem um conjunto individualizado, indissociável e em contínua evolução. (CABRAL, 2007, p. 150).

O enfoque sistêmico busca compreender a paisagem como um conjunto de elementos inter-relacionados, que formam um todo dinâmico e complexo. A perspectiva sistêmica a considera uma realidade objetiva, o resultado de uma combinação dinâmica de elementos físicos, biológicos e humanos. Por outro lado, a visão cultural a vê como uma mediação entre o mundo das coisas e a subjetividade humana, enfatizando a percepção do espaço (CABRAL, 2007). O enfoque cultural enfatiza a dimensão simbólica da paisagem, que expressa os valores, as crenças e as identidades dos grupos humanos que a produzem e a vivenciam (CABRAL, 2007). Ambos os enfoques contribuem para uma análise mais abrangente e crítica da paisagem, que considera tanto os aspectos naturais quanto os sociais que a constituem.

Milton Santos foi um dos principais geógrafos brasileiros, que contribuiu para a renovação da geografia crítica e para o entendimento do espaço como um produto social. Para ele, a paisagem é o domínio do visível, aquilo que a vista abarca, mas que também envolve cores, movimentos, odores e sons. A paisagem é a dimensão da percepção, o que chega aos sentidos (SANTOS, 2006, p. 63). A paisagem é formada por objetos naturais e artificiais, que são fixos ou móveis, e que se articulam em sistemas de objetos e sistemas de ações. A paisagem é também um conjunto de formas que expressam as relações de poder e as desigualdades sociais (SANTOS, 2004).

Outros autores nacionais que estudaram a paisagem foram Aziz Ab'Saber e Cosgrove. Ab'Saber foi um geógrafo físico que se dedicou ao estudo das paisagens naturais do Brasil, especialmente as regiões geomorfológicas e os domínios morfoclimáticos. Ele classificou o território brasileiro em seis domínios: Amazônico, Cerrado, Caatinga, Mares de Morros, Araucárias e Pradarias. Para ele, a paisagem natural

é o resultado da interação entre os fatores climáticos, geológicos, hidrológicos e biológicos (AB'SABER, 2003).

Cosgrove foi um geógrafo cultural que se interessou pela paisagem como uma forma de representação simbólica do espaço. Ele analisou como a paisagem foi construída ao longo da história pelas diferentes visões de mundo e pelos interesses políticos e econômicos das classes dominantes. Ele criticou a concepção de paisagem como uma mera contemplação estética da natureza, e propôs uma abordagem crítica que levasse em conta os aspectos sociais, culturais e ideológicos da paisagem (COSGROVE, 1998).

Portanto, pode-se concluir que a paisagem é um conceito complexo e multifacetado, que pode ser abordado de diferentes perspectivas teóricas e metodológicas. A paisagem é uma forma de ler o espaço e de compreender as relações entre a sociedade e a natureza. É possível observar que a importância geográfica da Paisagem é concebida como uma realidade objetiva, e o ponto “cultural” torna a paisagem um harmonizador entre o subjetivo e o real.

TERRITÓRIO

O território é um conceito fundamental para a compreensão da geografia e das relações sociais que se estabelecem no espaço. Diferentes autores, como Milton Santos (2006), Raffestin (1993) e outros, contribuíram para a elaboração teórica sobre o território e suas dimensões econômica, política e cultural. A seguir, serão apresentadas algumas das principais ideias desses autores sobre o território e sua relação com o espaço geográfico, o lugar e a territorialidade.

Santos (2006) desenvolveu uma concepção de geografia crítica e dialética, baseada na noção de espaço como um conjunto indissociável de sistemas de objetos e sistemas de ações. Para ele, o espaço é o resultado da interação entre a natureza e a sociedade, sendo ao mesmo tempo palco e produto da história humana. O território, por sua vez, é uma categoria que expressa a apropriação do espaço por um grupo social, que o usa para fins econômicos, políticos e culturais. O território é, portanto, um espaço dotado de sentido e valor, que reflete as relações de poder e as identidades coletivas.

Santos (2006) distinguiu dois conceitos relacionados ao território: a configuração territorial e o território usado. A configuração territorial é o conjunto de elementos naturais e artificiais que compõem o espaço físico do território, como o relevo, o clima, a vegetação, as cidades, as estradas, as indústrias etc. O território usado é o conjunto de normas e práticas sociais que regulam o uso do espaço pelos diferentes agentes sociais, como os trabalhadores, os empresários, os governantes etc. O território usado revela as contradições e os conflitos existentes no espaço, bem como as possibilidades de transformação social.

Raffestin (1993) foi um geógrafo suíço que também se dedicou ao estudo do território e do poder. Ele criticou a geografia política clássica por se limitar a uma "geografia do Estado", ignorando outras formas de organização territorial e espacial. Para ele, o território é um espaço delimitado por fronteiras que são impostas ou negociadas por grupos sociais que exercem algum tipo de poder sobre ele. O território é, assim, uma construção social que envolve relações de dominação e resistência.

Raffestin (1993) introduziu o conceito de territorialidade como a expressão da relação entre o grupo social e o seu território. A territorialidade é a forma como o grupo se apropria, organiza e defende o seu espaço, buscando garantir os seus interesses e a sua identidade. A territorialidade pode ser manifestada em diferentes escalas, desde o nível individual até o nível global.

Outros autores que contribuíram para o debate sobre o território foram os geógrafos brasileiros Souza (1995), Haesbaert (2004) e Saquet (2007). Eles retomaram as ideias de Santos e Raffestin e as ampliaram com novas abordagens e conceitos. Souza (1995) destacou a importância do território como um instrumento político de exercício do poder e de construção da cidadania. Haesbaert (2004) enfatizou a pluralidade dos significados do território e propôs o conceito de multiterritorialidade para abarcar as diversas formas de vivência do espaço pelos sujeitos sociais. Saquet (2007) analisou as relações entre o território e o desenvolvimento regional, enfocando os processos de desterritorialização e reterritorialização que ocorrem no contexto da globalização.

Cabral(2007, p.151) entende que “o território surge como determinada porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço concreto em si”. Assim ele considera que nas últimas décadas surgiram diversas concepções que buscam atender as necessidades complexas do território, concebendo assim que “o poder como sendo multidimensional, derivado de múltiplas fontes, inerente a todos os atores presentes em todos os níveis espaciais” (CABRAL, 2007, p.151), passando assim o território a ser entendido “como espaço mobilizado como elemento decisivo às relações de poder”.

A geografia tradicional, traz o conceito de território como uma determinada porção da superfície terrestre que é apropriada e ocupada por um grupo humano, como um espaço concreto em si (com seus atributos naturais e sociais). Mas este pensamento tem se mostrado muito aquém do devido, além de gerar o risco de confundir território e espaço.

Pode afirmar que o território é a apropriação e representação de um espaço delimitado por uma fronteira física, sendo, portanto, a dimensão mais morfológica do espaço, contudo, ainda assim possui uma concepção dinâmica, pois depende de uma sociedade (aspecto social e cultural) e uma jurisdição que lhe confere representações simbólicas.

O conceito de território está relacionado ao controle de uma área específica por um grupo social, seja uma nação, estado, comunidade ou mesmo uma tribo. O território representa uma delimitação geográfica em que um determinado grupo exerce soberania ou reivindicação de posse. É uma manifestação da organização política e da identidade coletiva de uma sociedade. A ideia de território tem sido fundamental em estudos geopolíticos, que analisam as dinâmicas de poder e as rivalidades entre diferentes atores globais.

Assim, a geografia moderna tenta trazer conceitos mais amplos e críticos, dada a complexidade e importância do território, que passa a ser entendido como espaço mobilizado, como elemento decisivo às relações de poder referenciado ao controle e à gestão do espaço, para conseqüentemente manter e reforçar esse poder. Em suma, o território é um conceito complexo e dinâmico, que envolve aspectos materiais e imateriais do espaço geográfico. O território é uma forma de expressão da sociedade no espaço, que revela as suas contradições, conflitos e potencialidades.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os conceitos de espaço, lugar, paisagem e território são interligados e complementares, pode-se observar que o espaço contém o lugar, que por sua vez contém a paisagem, que contém o território, ou seja, existe uma integração a partir das relações estabelecidas com as suas especificidades.

Espaço na geografia refere-se à extensão tridimensional onde os eventos e processos ocorrem. É uma noção abstrata que envolve distâncias, localizações e relações entre diferentes elementos. O espaço é estudado tanto em termos físicos, como a localização de rios, montanhas e cidades, quanto em termos humanos, como os padrões de assentamento, mobilidade e interações sociais. O espaço geográfico é moldado por fatores naturais e culturais, e sua análise ajuda a compreender como os seres humanos se relacionam com o ambiente ao seu redor.

O conceito de lugar está relacionado à singularidade e identidade de uma determinada área no espaço. Um lugar é caracterizado por suas características físicas e humanas únicas, bem como pelos sentimentos e significados atribuídos a ele pelas pessoas que o habitam ou o visitam. A geografia dos lugares envolve aspectos culturais, históricos, econômicos e ambientais que influenciam a forma como as pessoas experimentam e percebem aquele espaço específico.

Enquanto o conceito de território está relacionado à apropriação e ao controle de uma área específica por um grupo social, seja uma nação, estado, comunidade ou mesmo uma tribo. O território representa uma delimitação geográfica em que um determinado grupo exerce soberania ou reivindicação de posse. É uma manifestação da organização política e da identidade coletiva de uma sociedade. A ideia de território tem sido fundamental em estudos geopolíticos, que analisam as dinâmicas de poder e as rivalidades entre diferentes atores globais.

O território é a dimensão política e jurídica do espaço, representando uma área delimitada e controlada por um determinado grupo social, seja uma nação, um estado, uma comunidade ou um povo. O território está associado ao poder, soberania e gestão dos recursos, e frequentemente é marcado por fronteiras que o distinguem de outras áreas. Além disso, o território pode ser compreendido como um espaço vivido, carregado de

significados e representações que moldam a identidade e a relação das pessoas com o lugar em que vivem. A geografia moderna não pode ser vista sob uma óptica de racionalidade homogeneizante, mas sim utilizar abordagens também voltadas para o social e cultural, ou seja, para o aspecto humano.

Assim, o espaço é a base universal e abstrata, enquanto o lugar é específico e carregado de significados. A paisagem é uma categoria geográfica que expressa a relação entre a sociedade e o espaço, revelando as marcas da história, da cultura e da natureza. A paisagem revela a interação entre os elementos naturais e culturais do espaço, enquanto o território envolve questões políticas e de controle.

Comparando os conceitos dentro das principais teorias e autores sobre o tema, é possível notar que muitos geógrafos enfatizam a natureza interconectada dessas noções. Por fim, é essencial ressaltar que a geografia é uma disciplina plural, e diferentes abordagens teóricas e autores oferecem perspectivas diversas sobre os conceitos de espaço, lugar, paisagem e território. A interdisciplinaridade também é comum na geografia, com diálogos frequentes com outras áreas do conhecimento, como sociologia, antropologia, economia e ecologia, enriquecendo ainda mais a compreensão dessas importantes dimensões do mundo em que vivemos.

Com essa compreensão, a Geografia nos permite analisar e interpretar a complexidade dos fenômenos geográficos, entendendo como as sociedades se relacionam com o espaço, moldam os lugares, constroem paisagens e reivindicam territórios, contribuindo para uma visão mais profunda e holística.

REFERÊNCIAS

Buttimer, Anne (1993). *Geography and the Human Spirit*. Baltimore, MD: The Johns Hopkins University Press.

CABRAL, L. O. Revisitando as noções de espaço, lugar, paisagem e território, sob uma perspectiva geográfica. *Revista de Ciências Humanas*, Florianópolis, EdUFSC, v. 41, n. 1 e 2, 141-155, Abr – Out, 2007.

LOPES, J. G. As especificidades de análise do espaço, lugar, paisagem e território na geográfica. *Geografia Ensino & Pesquisa*, v. 16, n.2 p. 23 - 30, maio -ago. 2012.

GOMES, P. C. C. A condição urbana: ensaios de geopolítica da cidade. Rio de Janeiro: Bertrand, 2002.

SANTOS, M. A Natureza do Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção. A natureza do espaço: técnica e tempo, razão e emoção. . São Paulo: Hucitec., 2006.

SOJA, E. W. Geografias pós-modernas: a reafirmação do espaço na teoria social crítica. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1993.

CORRÊA, Roberto Lobato. O espaço urbano. São Paulo: Ática, 2005. p. 15.

SPOSITO, Maria Encarnação Beltrão. O lugar no/do mundo. São Paulo: Hucitec, 1995. p. 15.

AB'SABER, A. N. Os domínios de natureza no Brasil: potencialidades paisagísticas. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.

COSGROVE, D. Social formation and symbolic landscape. Madison: The University of Wisconsin Press, 1998.

SANTOS, M. Por uma outra globalização: do pensamento único à consciência universal. Rio de Janeiro: Record, 2004.

RAFFESTIN, C. Por uma geografia do poder. São Paulo: Ática; 1993.

SOUZA, M. L. O território: sobre espaço e poder, autonomia e desenvolvimento. In: Castro, I. E.; Gomes, P. C. C.; Corrêa, R. L. (Orgs.). Geografia: conceitos e temas. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 1995. p. 77-116.

HAESBAERT, R. O mito da desterritorialização: do “fim dos territórios” à multiterritorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil; 2004.

SAQUET, M. A. Abordagens e concepções de território. São Paulo: Expressão Popular; 2007.

CAPÍTULO 08

ENSINO AMBIENTAL NOS INSTITUTOS FEDERAIS: UMA ANÁLISE NAS CAPITAIS NORDESTINAS

*Michele da Silva Eufrásio
Harine Matos Maciel
Maria Antunizia Gomes
Wlisses Matos Maciel*

RESUMO

A preservação dos ambientes naturais tem sido um tema recorrente nas últimas décadas, já que degradar o meio ambiente influencia negativamente o bem-estar social. Na busca por formar cidadãos e conseqüentemente profissionais ambientalmente responsáveis, mostra-se a importância de se implementar em todos os níveis de ensino a Educação Ambiental. O objetivo desta pesquisa foi analisar a presença de disciplinas de Educação Ambiental no Projeto Pedagógico dos cursos dos Institutos Federais nas capitais nordestinas no Brasil, entre os anos de 2021 e 2022. Conclui-se que a maioria dos cursos não contemplam o ensino da Educação Ambiental, até mesmo os cursos ligados diretamente ao estudo do Meio Ambiente. Mostrando assim a fundamental importância da implementação imediata da disciplina de Educação Ambiental para esta ser utilizada como uma ferramenta para o desenvolvimento de cidadãos críticos, conscientes e comprometidos com a preservação dos recursos naturais.

Palavras chave: Educação Ambiental. Projeto Pedagógico. Instituto Federal.

1. INTRODUÇÃO

A conscientização da sociedade acerca da degradação dos ambientes naturais necessita ser feita desde a primeira infância, visto que se vive em uma sociedade no qual o ser humano possui necessidades ilimitadas, enquanto os recursos produtivos são limitados.

Diante desta preocupação os governos buscaram desenvolver ações que estimulassem a proteção da natureza. Assim, através da disseminação de ideias na área ambiental, no ano de 1977 foi realizada a Conferência Intergovernamental de Educação Ambiental, em Tbilisi na Geórgia, no qual se estimulou a propagação da Educação Ambiental em todos os níveis e em todos os países, contribuindo assim para uma sociedade mais consciente e responsável.

As ideias do conservadorismo ambiental chegaram no Brasil de forma mais intensa no final dos anos de 1970. A Constituição Federal Brasileira estabelece como competência do poder público promover a Educação Ambiental em todos os níveis de ensino. Segundo Oliveira et al. (2017) a Educação Ambiental contribui para a execução da responsabilidade do poder público, à medida que se configura como forma de sensibilizar as pessoas para a

necessidade de um meio ambiente equilibrado e saudável para todos.

No final dos anos 90, com o objetivo de expandir o ensino ambiental em todo o território nacional, criou-se a Política Nacional de Educação Ambiental. O projeto definiu a Educação Ambiental como um processo de construção coletiva, através de conhecimentos, valores culturais e sociais, com o propósito de conservar o meio ambiente e garantir a sua sustentabilidade para as gerações futuras.

A Educação Ambiental deve se tornar uma preocupação constante em todos os âmbitos educacionais, estimulando assim uma consciência ecológica desde o início da vida escolar da população. Jacobi (2003) afirma que a educação para a cidadania representa a possibilidade de motivar e sensibilizar as pessoas para transformar as diversas formas de participação em potenciais caminhos de dinamização da sociedade e de concretização de uma proposta de sociabilidade baseada na educação para a participação.

O principal eixo de atuação da Educação Ambiental deve buscar, acima de tudo, a solidariedade, a igualdade e o respeito à diferença através de formas democráticas de atuação baseadas em práticas interativas e dialógicas. Isto se consubstancia no objetivo de criar novas atitudes e comportamentos diante do consumo na nossa sociedade e de estimular a mudança de valores individuais e coletivos (JACOBI, 1999).

No entanto, as instituições de ensino têm a difícil tarefa de fazer com que os estudantes de todos os níveis compreendam a importância de se preservar os ambientes naturais. Além dos diversos desafios na formulação de um consenso nacional para o ensino da Educação Ambiental. Segundo Sorrentino (1998) os grandes desafios para os educadores ambientais são, de um lado, o resgate e o desenvolvimento de valores e comportamentos (confiança, respeito mútuo, responsabilidade, compromisso, solidariedade e iniciativa) e de outro, o estímulo a uma visão global e crítica das questões ambientais e a promoção de um enfoque interdisciplinar que resgate e construa saberes.

Desenvolver a sensibilidade nos alunos a respeito dos problemas ambientais é fundamental. Nesse sentido, é necessário incluir ações sustentáveis no cotidiano dos estudantes, proporcionando assim a disseminação dessas ações em todos os ambientes onde se convive como no trabalho, escola, universidade e bairro em que mora. É urgente que os estudantes se sintam responsáveis em construir, através da Educação Ambiental, uma sociedade sustentável.

O objetivo desta pesquisa foi analisar a presença do ensino da Educação Ambiental através da análise documental do Projeto Pedagógico dos cursos dos Institutos Federais

nas capitais nordestinas do Brasil, entre os anos de 2021 e 2022, buscando verificar quais cursos contemplam disciplinas na área ambiental, e assim investigar a abrangência do tema na comunidade acadêmica.

2. A IMPORTÂNCIA DO ENSINO AMBIENTAL

A implantação governamental de políticas ambientais foi primordial no estímulo a proteção dos ambientes naturais. Litle (2003) afirma que é necessário desenvolver na população em geral a consciência social e planetária, que considere os diferentes modos de entender a ameaça à vida no planeta cobrando a mitigação dos problemas socioambientais.

A Educação Ambiental se configura crescentemente como uma questão que envolve um conjunto de atores do universo educativo e tem como foco a busca de uma perspectiva holística que relaciona homem, a natureza e o universo tomando como referência que os recursos se esgotam e que o principal responsável é o homem (TRISTAO, 2008).

O Conselho Nacional do Meio Ambiente, criado no ano de 1981, definiu a Educação Ambiental como um processo de formação e informação, orientado para o desenvolvimento da consciência crítica sobre as questões ambientais e de atividades que levem a participação das comunidades na preservação do equilíbrio ambiental.

A Constituição Brasileira trata da promoção da Educação Ambiental em seu capítulo VI, do Meio Ambiente, no artigo 225, determinando a promoção da Educação Ambiental em todos os níveis de ensino e a conscientização pública para a preservação do meio ambiente. Além disso, as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Ambiental no Brasil determinam no artigo 8 que esta deve ser desenvolvida como uma prática educativa integrada e interdisciplinar.

No ano de 1990 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental com o objetivo de capacitar os docentes nos diversos níveis e modalidades, dando início a disseminação das ideias de conservadorismo ambiental no meio acadêmico. Para Oliveira et al. (2017) fica claro que a presença da Educação Ambiental nas escolas não se restringe à existência de uma mera disciplina, sendo algo bem mais amplo, pois trata-se de questão ideológica que deve estar arraigada em todas as práticas da escola, inclusive em todas as disciplinas. Para tanto, faz-se necessário que os professores em atividade recebam formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atenderem, de forma pertinente, ao cumprimento dos princípios e objetivos da Educação

Ambiental.

Outra importante contribuição surgiu no ano de 1999, a Política Nacional de Educação Ambiental. Conforme Brasil (1999) a política determina o envolvimento dos órgãos que integram o Sistema Nacional de Meio Ambiente, instituições educacionais públicas e privadas, órgãos públicos da União, Estados, Municípios e do Distrito Federal na Educação Ambiental. Além de exigir cursos de formação e especialização dos profissionais, para que o conteúdo que trate da ética ambiental seja incorporado nas atividades desenvolvidas no dia a dia.

Expandir o estudo ambiental é fundamental para se desenvolver uma sociedade mais consciente dos seus atos de consumo, sendo essencial explicar desde o início escolar a importância de se preservar os ambientes naturais. Conforme Cuba (2011) a escola é um espaço privilegiado para estabelecer conexões e informações, como uma das possibilidades para criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e, principalmente, perceberem-se como integrantes do meio ambiente.

Abordar a Educação Ambiental em sala de aula não é uma tarefa simples, pois é preciso mostrar aos alunos a importância de se compreender o ambiente em que estão inseridos, e que não vivem isolados, precisando assim pensar e agir coletivamente e conscientemente. Segundo Berna (2004) o educador ambiental deve procurar colocar os alunos em situações que sejam formadoras, como agressão ambiental ou conservação ambiental, apresentando os meios de compreensão do meio ambiente.

Leff (2002), ao analisar a problemática ambiental, reconhece que a Educação Ambiental exige uma integração de conhecimentos e aproximações sistêmicas, holísticas e interdisciplinares que, se limitadas à reorganização do saber disponível, são insuficientes para satisfazer essa demanda de conhecimentos.

Para Oliveira (2007) a questão ambiental também encara o problema da transversalidade dos conteúdos, precisando buscar campos com determinadas características em comum e um conhecimento adquirido por meio da experiência com repercussão direta na vida cotidiana, envolvendo fundamentalmente procedimentos e atitudes, cuja assimilação deve ser observada a longo prazo.

A Educação Ambiental é primordial em todos os níveis de ensino, porém muitas vezes é mais estudada em níveis de educação superior, em detrimento das escolas e do ensino técnico profissionalizante. De acordo com Guimarães e Inforsato (2012) para superar a crise ambiental é necessária a qualificação dos profissionais do ensino em

relação às questões ambientais. Portanto, é fundamental que as universidades estejam preparadas para formar seus profissionais, já que diversos cursos não abordam a área ambiental nos seus currículos.

O educador ambiental deve estimular os alunos a pensar de forma global na busca por mudanças na realidade ambiental do planeta. Ademais, a disciplina de Educação Ambiental pode ampliar conhecimentos em uma diversidade de dimensões como a coleta de lixo seletiva, preservação de espécies, contaminação dos rios e mares, consumo consciente e reaproveitamento, e o uso de energias renováveis.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo e Fonte de Dados

O estudo foi realizado nas capitais nordestinas (Aracaju, Fortaleza, João Pessoa, Maceió, Natal, Recife, Salvador, São Luís e Teresina), entre os anos de 2021 e 2022. Os dados utilizados foram de origem secundária obtidos através da análise dos Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) técnicos e superiores disponíveis nos sites dos Institutos Federais, uma vez que estes projetos são as principais orientações aos docentes e discentes em relação as atividades e conhecimentos que os cursos oferecem.

3.2 Métodos de Análise

Esta pesquisa descreveu a presença/ausência de disciplinas de Educação Ambiental nos cursos dos Institutos Federais. Segundo Gil (1999) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. As técnicas descritivas utilizadas serão tabelas, gráficos e medidas de tendência central.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

A descrição acerca da presença/ausência de disciplinas na área de Educação Ambiental nos cursos técnicos (integrados, subsequentes e concomitantes) e superiores (bacharelados, tecnólogos e licenciaturas) dos Institutos Federais das capitais nordestinas, foram realizadas com base na análise dos PPC (Projeto Pedagógico dos Cursos) entre os anos de 2021 e 2022.

Analisou-se todos os cursos ofertados nos campus localizados nas capitais nordestinas e também as disciplinas correlatas com o Ensino Ambiental para dimensionar como o estudo sobre o Meio Ambiente tem sido proposto pelas instituições pesquisadas.

4.1 INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS)

O IFS (Campus Aracaju) possui no total 17 cursos ofertados no campus da capital sergipana, sendo 11 cursos de nível técnico e 06 superiores. Os cursos técnicos estão listados na tabela 1 e separados por presença/ausência de disciplinas de Educação Ambiental em sua grade curricular.

Dos 11 cursos técnicos analisados, apenas 02 cursos contemplam a disciplina de Educação Ambiental. O curso em Segurança no Trabalho que desenvolve ações educativas na área de segurança, além de buscar medidas para controlar os riscos ambientais, possui a disciplina chamada Tópicos em Educação Ambiental com a carga horária de 30h. Estudam também Gestão ambiental (30h).

Já o curso de Turismo que trabalha informando sobre aspectos sociais, culturais, históricos e ambientais de localidades do interesse do turista, também contempla o estudo da Educação Ambiental em sua formação com uma carga horária de 30h.

Tabela 1: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus Aracaju

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Alimentos		X
Construção Civil		X
Edificações		X
Eletrônica		X
Eletrotécnica		X
Hospedagem		X
Informática		X
Petróleo e Gás		X
Química		X
Segurança do Trabalho	X	
Turismo	X	

Fonte: Elaboração própria (2024)

Os outros cursos ofertados também deveriam conter uma disciplina sobre a Educação Ambiental, conhecimento este necessário não só para o profissional, mas para o cidadão. Por exemplo, o técnico em edificações trabalha com instalações elétricas e hidrossanitárias. O profissional de Eletrotécnica busca aplicar medidas de uso eficiente de energia, estimulando o uso de energias renováveis, e por isso o curso contempla uma

disciplina na área ambiental: Saúde, Meio Ambiente e Segurança no Trabalho (30h).

O curso de Alimentos que atua no desenvolvimento de novos produtos e processos, estuda as questões ambientais apenas em uma disciplina chamada Química Ambiental e Meio Ambiente (30h). Em Petróleo e Gás que auxilia no controle dos efeitos ambientais das operações efetuadas, existem 02 disciplinas ofertadas: Saúde, Meio Ambiente e Segurança no Trabalho (45h) e Gestão Ambiental (45h). E no curso de Química que atua no planejamento, coordenação, operação e controle dos processos industriais e equipamentos nos processos produtivos, as disciplinas ofertadas são: Saúde, Meio Ambiente e Segurança do Trabalho (30h) e Química Ambiental e Desenvolvimento Sustentável (30h).

Tabela 2: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus Aracaju

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Análise e Desenvolvimento de Sistemas		X
Engenharia Civil		X
Gestão em Turismo	X	
Matemática		X
Química	X	
Saneamento Ambiental	X	

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Dos 06 cursos superiores ofertados pelo campus, 03 estudam a Educação Ambiental (Tabela 02). Gestão em turismo que atua no desenvolvimento socioeconômico, ambiental e político das regiões analisadas. Química que buscar criar condições para que os futuros professores se apropriem da produção da pesquisa e Saneamento Ambiental que serão aptos a monitorarem a infraestrutura sanitária para conservar os recursos geoambientais e melhorar as condições sanitárias e socioambientais. No curso de Saneamento Ambiental, além da disciplina de Educação Ambiental (40h), também estudam Direito Ambiental (40h), Licenciamento Ambiental (40h) e Gestão Ambiental (40h).

O curso de Engenharia civil estuda algumas disciplinas nas áreas ambientais como Gestão Ambiental (40h) e Saneamento Ambiental (40h), porém somente duas disciplinas não são suficientes para que o estudante entenda a importância do Meio Ambiente em sua atuação profissional.

Nos outros cursos percebe-se muitas disciplinas nas áreas de Sociologia, Filosofia e Psicologia. Estudar essas disciplinas são essenciais para uma boa formação em qualquer curso superior, no entanto a Educação Ambiental também deveria estar presente neste

eixo comum de estudo, completando assim uma boa formação para todos os estudantes, independente da área.

4.2 INSTITUTO FEDERAL DA PARAÍBA (IFPB)

O IFPB (Campus João Pessoa) possui 12 cursos técnicos e 17 cursos superiores. Como mostra a tabela 03, apenas o curso de Controle Ambiental estuda a disciplina de Educação Ambiental (33h) e também Saúde Ambiental (67h), esse profissional trabalhará propondo medidas para minimizar os impactos em regiões degradadas, além de buscar recuperar ambientes e identificar as causas da poluição.

Tabela 3: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus João Pessoa

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Contabilidade		X
Cuidado de Idosos		X
Controle Ambiental	X	
Edificações		X
Eletrônica		X
Eletrotécnica		X
Eventos		X
Equipamentos Biomédicos		X
Guia de Turismo		X
Informática		X
Mecânica		X
Secretariado		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Nos cursos superiores, apenas o curso de Gestão Ambiental contempla a disciplina de Estratégias de Educação Ambiental (33h), além da disciplina de Fundamentos da Gestão Ambiental (50H). O curso de Administração possui disciplinas nas áreas ambientais como Gestão Ambiental (50h) e Gestão Ambiental e Sustentabilidade (60h).

Tabela 4: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus João Pessoa

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Administração		X
Administração Pública		X
Automação Industrial		X
Construção de Edifícios		X
Design de Interiores		X
Engenharia Civil		X
Engenharia Elétrica		X
Engenharia Mecânica		X
Gestão Ambiental	X	

Geoprocessamento		X
Letras Português		X
Matemática		X
Negócios Imobiliários		X
Química		X
Rede de Computadores		X
Sistemas de Telecomunicações		X
Sistemas para Internet		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

4.3 INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE)

O IFPE (Campus Recife) possui 09 cursos técnicos e 07 cursos superiores. Na tabela 05 percebe-se que nenhum curso leciona a disciplina de Educação Ambiental, mesmo aqueles que são da área como química e saneamento. No curso de Química estuda-se Segurança, Meio Ambiente e Saúde (36h) e em Saneamento a Poluição e Gestão Ambiental (36h). Quantidade de disciplinas insuficientes para formar um profissional ambientalmente responsável.

Outros cursos também estudam disciplinas na área ambiental como Eletrônica que possui em sua grade curricular a disciplina de Segurança, Meio Ambiente e Saúde (36h) e Segurança do Trabalho com Elementos de Gestão Ambiental (60h). Nota-se, em geral, quando há a presença de disciplinas na área ambiental a carga horária é baixa quando comparada com outras áreas como sociologia, filosofia e psicologia.

Tabela 5: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus Recife

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Edificações		X
Eletrônica		X
Eletrotécnica		X
Mecânica		X
Química		X
Refrigeração e Climatização		X
Saneamento		X
Segurança do Trabalho		X
Telecomunicações		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Nos cursos superiores (tabela 06) apenas o curso de Gestão Ambiental possui a disciplina de Estratégias de Educação Ambiental (60H). O curso de Geografia deveria contemplar disciplinas na área ambiental para uma formação mais completa do profissional.

Tabela 6: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus Recife

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Análise e Desenvolvimento de Sistemas		X
Design Gráfico		X
Engenharia Civil		X
Engenharia Mecânica		X
Gestão Ambiental	X	
Geografia		X
Radiologia		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

4.4 INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA)

O IFBA (Campus Salvador) possui 10 cursos técnicos e 11 cursos superiores. Nenhum curso técnico possui a disciplina de Educação Ambiental, até mesmo cursos como Geologia, Química e Saneamento. O técnico em Hospedagem possui disciplinas na área ambiental como Meio Ambiente e Saúde (60h).

Tabela 7: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus Salvador

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Automação Industrial		X
Edificações		X
Eletrônica		X
Eletrotécnica		X
Geologia		X
Hospedagem		X
Mecânica		X
Química		X
Refrigeração e Climatização		X
Saneamento		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Nos cursos superiores também é inexistente o ensino de Educação Ambiental. No curso de Gestão Ambiental há a disciplina Gestão Socioambiental e Sustentabilidade (60h), em Geografia o estudo do Ambiente e Desenvolvimento (60h) e por fim no curso de Eventos estuda-se a Gestão de Segurança no Meio Ambiente (60h).

Tabela 8: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus Salvador

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Administração		X
Análise e Desenvolvimento de Sistemas		X
Educação Profissional e Tecnológica		X
Engenharia Elétrica		X
Engenharia Mecânica		X
Engenharia Química		X
Eventos		X
Física		X
Matemática		X
Química		X
Radiologia		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

4.5 INSTITUTO FEDERAL DO CEARÁ (IFCE)

O IFCE (Campus Fortaleza) possui 13 cursos técnicos e 17 cursos superiores. Nenhum curso técnico possui em sua grade curricular a disciplina de Educação Ambiental, mesmo cursos como Alimentos, Guia de Turismo e Química. Apenas o curso de Química possui uma disciplina na área ambiental que é Gestão Ambiental (40h).

Tabela 9: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus de Fortaleza

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Alimentos		X
Edificações		X
Eletrônica		X
Eletrotécnica		X
Eventos		X
Guia de Turismo		X
Instrumentação Musical		X
Informática		X
Manutenção Automotiva		X
Mecânica Industrial		X
Mecânica		X
Química		X
Segurança do Trabalho		X
Telecomunicações		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Nos cursos superiores (tabela 10), apenas Gestão Ambiental e Processos Químicos estudam a Educação Ambiental em seu currículo, em ambos a disciplina é de 40h. Outros cursos possuem disciplinas na área ambiental como Estradas (Legislação Ambiental -40h), Hotelaria (Gestão Ambiental – 40h), Saneamento Ambiental (Legislação

Ambiental – 40h, Análise e Gestão Ambiental – 60h, Saúde Ambiental – 40h) e Turismo (Turismo, Sustentabilidade e Meio Ambiente – 40h)

Tabela 10: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus Fortaleza

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Artes Visuais		X
Engenharia Civil		X
Engenharia de Computação		X
Engenharia de Mecatrônica		X
Engenharia de Telecomunicações		X
Estradas		X
Física		X
Gestão Ambiental	X	
Gestão Desportiva e Lazer		X
Hotelaria		X
Matemática		X
Mecatrônica Industrial		X
Processos Químicos	X	
Saneamento Ambiental		X
Telemática		X
Turismo		X
Teatro		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

4.6 INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN)

O IFRN (Campus Natal) possui 12 cursos técnicos e 16 cursos superiores. De todos os cursos técnicos analisados (tabela 11) nenhum contempla a disciplina de Educação Ambiental. O curso de Controle Ambiental possui disciplinas como Impactos Ambientais (60h), Poluição e Controle Ambiental (120h), Direito Ambiental (40h) e Gestão Ambiental (80h).

Cursos como Administração, Controle Ambiental, Estradas, Geologia e Petróleo e Gás deveriam urgentemente serem contemplados com disciplinas na área de Educação Ambiental, contribuindo assim para uma formação mais completa destes profissionais.

Tabela 11: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus Natal

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Administração		X
Controle Ambiental		X
Edificações		X
Eletrotécnica		X
Estradas		X
Geologia		X
Informática		X
Manutenção e Suporte de Informática		X
Mecânica		X
Petróleo e Gás		X
Rede de Computadores		X
Segurança do Trabalho		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Nos cursos superiores também não há disciplinas de Educação Ambiental. Na Engenharia de Energia existe a disciplina de Meio Ambiente e Recurso Energético (40h) e Fontes de Energias Renováveis (80h). Na Engenharia Sanitária e Ambiental estuda-se Introdução a Engenharia Ambiental e Sanitária (40h), Ecologia e Ciências Ambientais (60h), Poluição Ambiental 1 e 2 (80h), Sistemas de Gestão Ambiental (80h), Estudos de Impacto Ambiental (80h), Direito Ambiental (80h) e Economia Ambiental (40h).

Tabela 12: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus Natal

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Administração		X
Análise e Desenvolvimento de Sistemas		X
Comercio Exterior		X
Construção de Edifícios		X
Engenharia Civil		X
Engenharia de Energias		X
Engenharia Sanitária e Ambiental		X
Física		X
Gestão Ambiental		X
Gestão Publica		X
Gestão Desportiva e de Lazer		X
Geografia		X
Letras Espanhol		X
Letras Português		X
Matemática		X
Produção Cultural		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Muitas vezes, pode ser de senso comum que apenas cursos na área ambiental deveriam estudar a Educação Ambiental, mas este tema é transversal, multidisciplinar, sendo necessário o estudo por todas as áreas, desde os bacharelados, tecnólogos e até

as licenciaturas.

4.7 INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA)

O IFMA (Campus São Luís) possui 20 cursos técnicos e 06 cursos superiores. Apenas o curso de Meio Ambiente contém em sua grade curricular a disciplina de Educação Ambiental (80h), além de disciplinas como Direito Ambiental (80h) e Gestão Ambiental (80h). Cursos como Aquicultura, Agropecuária, Agroindústria, Cozinha, Eventos, Guia de Turismo, Hospedagem e Química, deveriam ter obrigatoriamente esta disciplina.

No curso técnico de Guia de Turismo há a disciplina de Educação Patrimonial e Responsabilidade Socioambiental (60h) e no técnico em Hospedagem a Educação Patrimonial e Gestão Ambiental em meios de Hospedagem (80h). No entanto, apenas uma disciplina na área ambiental não é suficiente para que o futuro profissional se depare e questione sobre o que acontece com o meio ambiente nos dias atuais e como terá impacto no futuro.

Tabela 13: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus São Luís

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Artes Visuais		X
Aquicultura		X
Agropecuária		X
Agroindústria		X
Automação Industrial		X
Comunicação Visual		X
Cozinha		X
Design Gráfico		X
Design de Moveis		X
Eletrônica		X
Eletrotécnica		X
Edificações		X
Eventos		X
Guia de Turismo		X
Hospedagem		X
Manutenção de Máquinas		X
Mecânica		X
Metalurgia		X
Meio Ambiente	X	
Química		X
Segurança do Trabalho		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Nos cursos superiores no campus São Luís não há disciplinas ofertadas de Educação Ambiental (tabela 14). Cursos como Agronomia, Alimentos, Aquicultura, Ciências Agrárias e Zootecnia deveriam contemplar essa área de estudo.

Tabela 14: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus São Luís

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Artes Visuais		X
Agronomia		X
Alimentos		X
Aquicultura		X
Ciências Agrárias		X
Zootecnia		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

4.8 INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL)

O IFAL (Campus Maceió) possui 08 cursos técnicos e 11 cursos superiores. Com base na tabela 15, nenhum curso técnico possui a disciplina de Educação Ambiental. O curso de Estradas possui a disciplina de Gestão Ambiental de Rodovias (40h), em Segurança do Trabalho há a Gestão Ambiental (40h) e no curso de Química ensina-se a Educação e o Desenvolvimento Sustentável (40h).

Cursos como Edificações, Estradas e Química deveriam ter mais disciplinas na área ambiental para a formação destes profissionais. Já que a Educação Ambiental não é lecionada nas escolas e os cursos superiores mantem essa lacuna no desenvolvimento dos alunos, é impossível formarem-se cidadãos completos, que consigam entender a magnitude do estudo do meio ambiente.

Tabela 15: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus São Luís

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Desenvolvimento de Sistemas		X
Edificações		X
Eletrônica		X
Eletrotécnica		X
Estradas		X
Mecânica		X
Química		X
Segurança do Trabalho		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

Na tabela 16, percebe-se que nenhum curso superior possui a disciplina de Educação Ambiental. Na Engenharia Civil estuda-se a Engenharia Ambiental (54h), em Alimentos a Educação, Gestão Ambiental e Tratamento de Resíduos Industriais (80h), Na Gestão de Turismo o Ecoturismo e o Turismo Sustentável (40h) e na Hotelaria a Gestão Ambiental na Hotelaria (40h).

Tabela 16: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus São Luís

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Alimentos		X
Ciências Biológicas		X
Design de Interiores		X
Engenharia Civil		X
Física		X
Gestão de Turismo		X
Hotelaria		X
Letras Português		X
Matemática		X
Química		X
Sistemas de Informática		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

4.9 INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI (IFPI)

O IFPI (Campus Teresina) possui 25 cursos técnicos e 16 cursos superiores. Ao analisar a tabela 17, conclui-se que nenhum curso técnico de Teresina contempla o estudo da Educação Ambiental. Cursos como Administração, Agroindústria, Edificações, Estradas, Guia de Turismo, Gastronomia, Logística, Meio Ambiente, Química, Saneamento e Sistemas de Energias Renováveis deveriam obrigatoriamente estudarem sobre a importância da Educação Ambiental não somente como cidadão, mas como profissional qualificado.

Tabela 17: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Técnicos no Campus Teresina

Cursos Técnicos	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Administração		X
Agroindústria		X
Análises Clínicas		X
Contabilidade		X
Cuidado de Idosos		X
Desenvolvimento de Sistemas		X
Edificações		X
Eletrônica		X
Eletrotécnica		X
Estradas		X

Guia de Turismo		X
Gastronomia		X
Informática		X
Logística		X
Mecânica		X
Meio Ambiente		X
Nutrição e Dietética		X
Panificação		X
Química		X
Refrigeração e Climatização		X
Saneamento		X
Sistemas de Energias Renováveis		X
Serviços Jurídicos		X
Segurança do Trabalho		X
Vestuário		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

O mesmo acontece com os cursos superiores, nenhum dos cursos lecionam a disciplina de Educação Ambiental, mesmo tendo um curso da área ambiental que é Gestão Ambiental. Além disso outros cursos deveriam contemplar a temática ambiental como Engenharia Civil, Alimentos, Química e Ciências Biológicas.

Tabela 18: Presença ou Ausência no PPC da Disciplina de Educação Ambiental nos Cursos Superiores no Campus Teresina

Cursos Superiores	Presença de Disciplina de Educação Ambiental	Ausência de Disciplina de Educação Ambiental
Análise e Desenvolvimento de Sistemas		X
Alimentos		X
Ciências Biológicas		X
Computação		X
Design de Moda		X
Engenharia Civil		X
Engenharia Mecânica		X
Física		X
Gastronomia		X
Geoprocessamento		X
Gestão Ambiental		X
Gestão de Recursos Humanos		X
Matemática		X
Química		X
Radiologia		X
Secretariado		X

Fonte: Elaboração própria, (2024)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A Educação Ambiental é uma prática que deveria ser cada vez mais incentivada, principalmente no ambiente acadêmico. Buscando assim uma maior conscientização e reflexão sobre a sustentabilidade e a preservação do meio ambiente.

Na pesquisa realizada em 09 campus dos Institutos Federais das capitais nordestinas, foram contabilizados 120 cursos técnicos (integrado, subsequente e concomitante) e 107 cursos superiores (bacharelado, tecnólogo e licenciatura). Destes cursos analisados, apenas 3,33% dos cursos técnicos possuem a disciplina de Educação Ambiental no currículo acadêmico. Já na análise dos cursos superiores, essa porcentagem foi um pouco maior, 6,54%.

Ao analisar as porcentagens de presença da disciplina de Educação Ambiental em todos os cursos dos Institutos Federais das capitais nordestinas, conclui-se que não é dada a devida importância ao ensino acadêmico nessa área, dificultando assim a construção de cidadãos conscientes quanto às questões socioambientais locais, regionais e mundiais.

REFERÊNCIAS

BERNA, Vilmar. **Como fazer educação ambiental**. 2. ed. São Paulo: Paulus, 2004.

BRASIL. **Política Nacional de Educação Ambiental**. Lei 9795/99. Brasília, 1999.

CUBA, M. A. Educação Ambiental nas Escolas. **Revista ECCOM**. Edição atual, v. 1, 2011, p. 23- 31.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

GUIMARÃES, S. S. M.; INFORSATO, E. C. A percepção do professor de biologia e a sua formação: a educação ambiental em questão. **Ciência e Educação**, v. 18, n. 3, p. 737-754, 2012.

INSTITUTO FEDERAL DE ALAGOAS (IFAL). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**, 2024. Disponível em <https://www2.ifal.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA BAHIA (IFBA). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**, 2024. Disponível em <https://portal.ifba.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE (IFRN). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**, 2024. Disponível em <https://portal.ifrn.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO CEARA (IFCE). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**, 2024. Disponível em <https://ifce.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO MARANHÃO (IFMA). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**, 2024. Disponível em <https://portal.ifma.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE SERGIPE (IFS). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**,

2024. Disponível em <https://www.ifs.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DO PIAUI (IFPI). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**, 2024. Disponível em <https://www.ifpi.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DA PARAIBA (IFPA). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**, 2024. Disponível em <https://www.ifpb.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

INSTITUTO FEDERAL DE PERNAMBUCO (IFPE). **Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC)**, 2024. Disponível em <https://portal.ifpe.edu.br/>. Acesso em maio de 2024.

JACOBI, P. Educação Ambiental, Cidadania e Sustentabilidade. **Cadernos de Pesquisa**, n. 118, março/ 2003.

JACOBI, P. **Cidade e meio ambiente. São Paulo**: Annablume, 1999. Meio ambiente urbano e sustentabilidade: alguns elementos para a reflexão. In: CAVALCANTI, C. (org.). Meio ambiente, desenvolvimento sustentável e políticas públicas. São Paulo: Cortez, 1997. p.384-390.

LEFF, E. **Epistemologia ambiental**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

LITTLE, Paul E. (Org.). **Políticas ambientais no Brasil**: análises instrumentos e experiências. São Paulo: Peirópolis; Brasília, DF. IIEB, 2003.

OLIVEIRA, Jangirgledia; XAVIER, Antônio Roberto; ALCOCER, Juan Carlos Alvarado;

XAVIER, Lisimere Cordeiro do Vale; RODRIGUES, Rui Martinho. Educação Ambiental e a legislação brasileira: contextos, marco legal e desafios para a educação básica. **Revista Educação em Ação**, n.59, 2017, 12p.

OLIVEIRA, Haydée Torres de. **Educação ambiental** – ser ou não ser uma disciplina: essa é a principal questão?! In: Vamos cuidar do Brasil: conceitos e práticas em educação ambiental na escola. Ministério da Educação/MEC – Departamento de Educação Ambiental. Brasília: UNESCO, 2007.

SORRENTINO, M. De Tbilisi a Tessaloniki, a educação ambiental no Brasil. In: JACOBI, P. et al. (orgs.). **Educação, meio ambiente e cidadania**: reflexões e experiências. São Paulo: SMA.1998. p.27-32.

TRISTÃO, M. As Dimensões e os desafios da educação ambiental na sociedade do conhecimento. In: RUSHEINSKY, A. (org.). **Educação ambiental: abordagens múltiplas**. Porto Alegre: Artmed, p.169-173, 2008.

CAPÍTULO 09

PERCEPÇÕES DE PAIS SOBRE A ACESSIBILIDADE PARA PESSOAS COM DEFICIÊNCIA NO MUNICÍPIO DE JUAZEIRO DO NORTE, CEARÁ

*Lohanna Lopes Ferreira
Rodrigo Alencar Brasil
Mônica Maria Siqueira Damasceno
Renan Costa Vanali*

INTRODUÇÃO

Localizada na Região do Cariri cearense, a cidade de Juazeiro do Norte, segundo o censo 2010, tem população total de 286.120 habitantes, sendo que 67.453 (26,9%) possuem algum tipo de deficiência. As Pessoas com Deficiência (PCD) são indivíduos com que apresentam distintos tipos de deficiência, como física, sensorial, intelectual, mental, auditiva ou visual (Guedes; Barbosa, 2020).

Da exclusão para inclusão social, tem-se como avanço um novo paradigma. Termos como aleijado, defeituoso, incapacitado, inválido, os quais definiam as pessoas com deficiência foi se modificando de forma progressista, substituído pela sentença “Pessoa com Deficiência”. Visto que a aplicação da palavra “pessoa” se deu para memorar que antes de apresentar uma deficiência, refere-se a uma pessoa (Araújo, 1992).

Corroborando com a definição a constituição federal apresenta na Lei N° 13.146, Art. 2° de 2015, que considera a pessoa com deficiência aquela que tem impedimento de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, o qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdade de condições com as demais pessoas (Brasil,2015).

Outrossim, a lei ainda apresenta o termo “barreira” é definida como qualquer obstáculo que prive a participação social da Pessoa com Deficiência e os neguem qualquer tipo de direito à acessibilidade. Além disso, possui o direito de manifestar-se, comunicar-se e de desfrutar-se de qualquer informação e compreensão (Brasil, 2015)

Segundo Frias e Menezes (2008), a Pessoa com Deficiência sempre foi menosprezada, sofreu repressão, não se encaixava nos padrões da sociedade, era afastada do convívio social e punida por não contribuir com a produção capitalista. Ao ver tais acontecimentos ainda presentes na sociedade em pleno século XXI, é alentado que haja uma reflexão da importância e da atenção que esse público necessita, para que prevaleça uma postura totalmente inclusiva (Rodrigues; Lima, 2017).

O Brasil, por se tratar de um dos cinco maiores países do planeta, discute políticas públicas que envolvem a melhoria nas condições de quem realiza deslocamentos no contexto urbano. Por conseguinte, em 2012 entrou em vigência a Lei nº 12.587, que institui a Política Nacional de Mobilidade Urbana (PNMU), que dispõe de princípios, diretrizes e objetivos estabelecidos na elaboração de normas municipais, além de procedimentos para que os municípios implementem suas políticas e planejamentos (Brasil, 2012.)

Destaca-se, a importância de considerar o comportamento da sociedade em pauta das PCD, tendo como base a análise das políticas públicas. Segundo Fraga e Souza (2009), a pessoa com deficiência é regularmente privada de estar em locais públicos, diferentemente das demais pessoas, porém não significa que essa privação seja em decorrência da sua deficiência, mas, por não haver acessibilidade (transportes, edificações e ruas) que atenda sua deficiência.

Sabendo que este corpo social passa por dificuldades e barreiras sociais, percebe-se a necessidade de uma reflexão sobre a garantia dos direitos de livre participação destas, na sociedade. Esta necessidade ampliou-se ao se ter contato com uma instituição de atendimento especializado da cidade de Juazeiro do Norte – CE, que proporcionou convivência com pais /responsáveis que relataram experiências da ausência de acessibilidade no município. Ao se deparar com esta realidade, viu-se o desejo de investigar a fundo a percepção de pais /responsáveis deste município a respeito das barreiras sociais enfrentadas por seus filhos e pela família. Vale salientar, que este trabalho teve como foco as barreiras urbanísticas e arquitetônicas.

Dito isto, esta pesquisa apresenta relevância ao realizar uma análise da percepção dos pais/responsáveis acerca destas barreiras sociais, visto que os dados revelados podem contribuir para que a sociedade, de um modo geral, esteja atenta em relação às barreiras enfrentadas por PCDs, e possa gerar conhecimento e mobilizações para que

estes indivíduos possam ser respeitados e a PNUM seja efetivamente aplicada.

MATERIAL E MÉTODOS

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa de campo com abordagem quantitativa. A população foi composta por pais/responsáveis de PDCs devidamente matriculadas em uma instituição de atendimento especializado da cidade de Juazeiro do Norte - CE, com uma amostra de 100 pessoas, não probabilística. Foram adotados os seguintes critérios de inclusão: Pais ou responsáveis de PCDs (Física, Mental, Auditiva, Visual, dentre outras), ambos os sexos, serem maiores de 18 anos, filho regularmente matriculados e assíduos na instituição. Para os critérios de exclusão, foi levado em consideração aqueles que não residiam no município de Juazeiro do Norte, Ceará.

Foi utilizado um questionário estruturado pelo pesquisador constando 6 (seis) perguntas, 3 questões de cunho sociodemográficas e três questões subjetivas. Foi constituído por perguntas que englobam sobre a infraestrutura e barreiras urbanísticas. Ressalta-se que, dentre as questões presentes no questionário, caso houvesse necessidade, haveria uma intervenção do pesquisador, dialogando com o participante fazendo uma breve explicação dos conceitos de barreiras e seus impactos, para que fosse possível responder a questão.

O preenchimento do questionário ocorreu de forma individual, uma vez que a instituição de atendimento especializado disponibilizou espaço destinado apenas para esta ação. Todo o processo ocorreu deixando os pais cientes que, a qualquer momento, os pais ou responsáveis dos que fossem menores de idade ou, ainda, daqueles alunos que não tinham autonomia para resolução do questionário podiam desistir do estudo a qualquer momento sem consequência de nenhum ônus.

Os resultados da pesquisa transcorreram através de tabulação por meio do programa software Microsoft Excel 2019, sucedendo-se de gráficos por intermédio do software JAMOVI versão 2.3.18, analisados através de uma distribuição de frequência, onde ela trata-se de ordenar os valores das variáveis em ordem crescente ou decrescente e determinar a frequência de cada valor. Ou seja, a distribuição de frequência é um meio de sintetizar e organizar os dados coletados de forma clara e significativa, fazendo com que haja uma compreensão relevante dos dados (Feijoo,2010).

A pesquisa foi apreciada e aprovada pelo comitê de Ética em pesquisa do Centro Universitário Doutor Leão Sampaio (UNILEÃO), sob o CAEE nº 59559322.5.0000.5048.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Para a análise dos dados foram utilizadas investigações estatísticas descritivas, apresentados em gráficos, com objetivo de caracterizar e descrever através de uma distribuição de frequência com os valores em porcentagem.

O quantitativo de pais participantes da pesquisa por divisão de sexo. De acordo com os dados coletados, a maioria dos pais e/ou responsáveis que acompanham seus filhos nos atendimentos da instituição especializada são do sexo feminino (84%).

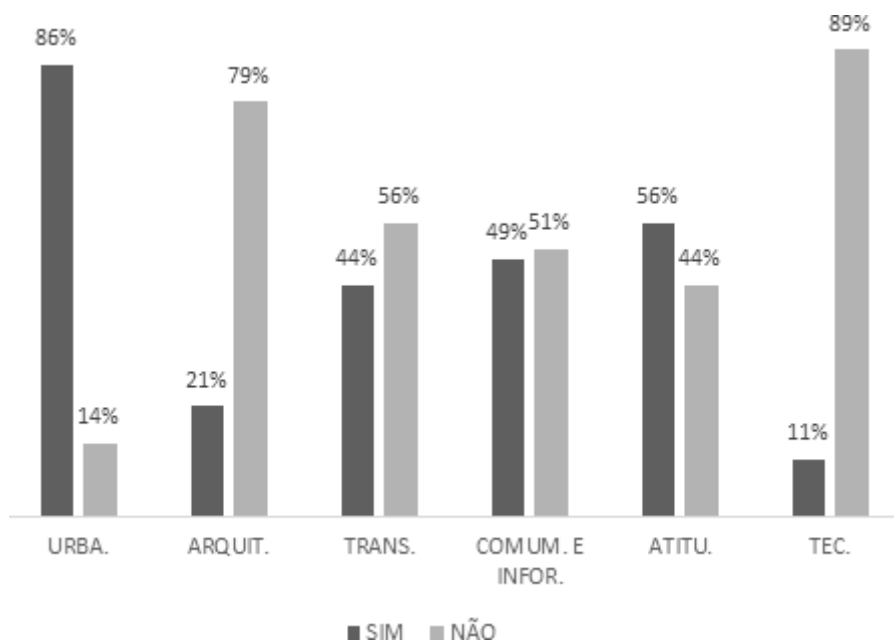
Corroborando com o estudo de Lemes e Barbosa (2007), onde ao selecionarem os pais de crianças com deficiência para compor sua amostra optaram por incluir apenas as mães (sexo feminino), por serem elas que na maioria das vezes, acompanham o filho nos atendimentos.

Resultado configurado com o significado adotado por longos anos, onde a maternidade era a única função social que permitia às mulheres serem reconhecidas e valorizadas. Ou seja, ser mãe lhe condiciona diretamente a pertencer a uma classe especial, vista como uma posição de prestígio na sociedade (Borsa; Feil, 2008).

Esse aspecto pode explicar em parte a ausência dos pais como acompanhantes e/ou responsáveis pelo filho. Outro motivo poderia ser o aumento da incidência de famílias monoparentais (formadas por mãe e filhos).

No que diz respeito aos filhos com deficiência deste estudo, são considerados crianças, segundo Estatuto da Criança e do Adolescente, pessoas até doze anos de idade incompletos, em que o maior percentual pertence ao estrato etário entre 5 a 10 anos (43%), (Brasil, 1990).

Referente à questão “Na sua visão, dentre as barreiras citadas abaixo, qual destas podem ter maior impacto no cotidiano da Pessoa com Deficiência?” no questionário, houve a necessidade de intervenção para a explicação dos conceitos de barreiras em todos os questionários aplicados.

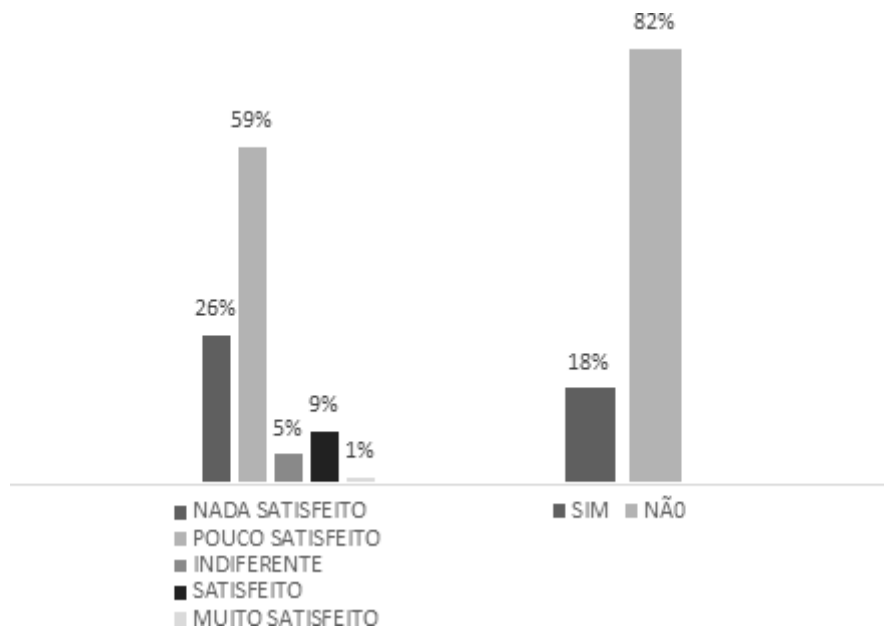


LEGENDA: URBA - Urbanística; TRANS - Transporte; ARQUIT - Arquitetônicas; COMUM. E INFOR. – Comunicação e Informação; ATITU – Atitudinais; TEC- Tecnológicas.

FONTE: Dados da pesquisa (2022)

Observou-se que após a intervenção feita pelo proponente da pesquisa, havendo uma breve explicação sobre as barreiras sociais, os usuários responderam principalmente à Barreira Urbanística (86%). Borges (2016), menciona que as PCDs sofrem com obstáculos na sua locomoção durante o percurso por espaços urbanos. Quando se fala em barreiras urbanísticas, tanto nos órgãos públicos e privados: escadas, portas e circulações estreitas, elevadores pequenos e sem sinalizações em braille, banheiros e balcões inadequados, ruas e calçadas com desníveis, é notório o aumento das limitações e expressões das habilidades de pessoas com deficiência.

Em relação à infraestrutura da cidade na qual os participantes residiam foi questionado: “Em relação às barreiras sociais para as pessoas com deficiência, qual o seu nível de satisfação com sua respectiva infraestrutura para a garantia dos direitos básicos de liberdade e inclusão para a pessoa com deficiência?” Foi utilizada uma escala de classificação sobre o nível de satisfação de cada barreira social.



Fonte: Dados da pesquisa (2022)

Mediante a situação da infraestrutura de Juazeiro do Norte, 59% dos pais estão “pouco satisfeitos”, pois não acreditam que a cidade possa garantir os direitos básicos de liberdade e inclusão. Corroborando com o resultado do gráfico ao lado, onde 82% afirma que nos dias atuais não há total acessibilidade em todos os aspectos para a pessoa com deficiência. Podendo as condições da cidade ser um dos influenciadores do resultado sobre a acessibilidade, já que a cidade segundo os pais não apresenta infraestrutura suficiente.

A Norma NBR 9050 (ABNT, 2004, p.2) afirma que a acessibilidade é a “Possibilidade e condição de alcance, percepção e entendimento para utilização com segurança e autonomia de edificações, espaço, mobiliário, equipamento urbano e elementos”. Segundo essa definição, não basta predispor que o indivíduo perceba, entenda e alcance determinado ambiente construído ou mobiliário, ele precisa ter condições para isso. Não é suficiente que o sujeito utilize determinado equipamento urbano, é preciso que o uso independa de auxílio.

CONCLUSÕES

No presente trabalho procurou-se verificar a percepção dos pais sobre a barreira urbanística e a infraestrutura vivenciadas pelas PCDs. Com isso, gerou-se um questionário capaz de avaliar se essas barreiras causam maior impacto na vida das pessoas com

deficiência de modo quantitativo. Os dados apontaram que a maioria dos participantes afirmam que a barreira urbanística possui maior impacto e o grau de satisfação com a acessibilidade da cidade é vista de forma desfavorável.

A pesquisa apresentou como dificuldades a recusa de alguns pais de participarem do estudo, em consequência de não saberem a própria deficiência do filho, o direcionamento de seus filhos para a instituição de atendimento especializado era realizado pelo acompanhamento de um mototáxi a escassez de estudos sobre a temática abordada para que fossem utilizados como embasamentos e enriquecem o saber.

Por fim, espera-se que a pesquisa sirva como subsídio para a elaboração de futuros estudos, para que haja um meio de discussão sobre a acessibilidade na cidade de Juazeiro do Norte, afinal, necessita-se que sejam realizadas adequações significativas no tange ao direito de ir e vir das PCDS.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, L. A. D. **A proteção constitucional das pessoas portadoras de deficiência.** 1992. 215 f. Tese (Doutorado em Direito) - Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1992. Disponível em: <https://tede2.pucsp.br/handle/handle/8708>

BORGES, R. M. **Barreiras urbanísticas - acessibilidade das pessoas com deficiência na cidade de cruz alta: o despertar de um novo tempo.** 2016. 98 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de Práticas Socioculturais e Desenvolvimento Social, Universidade de Cruz Alta, Cruz Alta – Rs, 2016. Disponível em: <https://home.unicruz.edu.br/wpcontent/uploads/2017/06/RUBENS-MORAES.pdf>. Acesso em: 06 nov. 2022.

BORSA, J. C; FEIL, C. F. **O Papel da Mulher no Contexto Familiar: Uma Breve Reflexão.** *Psicologia.Com.Pt*, p. 1-12, 13 jun. 2008. Disponível em: https://www.psicologia.pt/artigos/ver_artigo.php?codigo=A0419. Acesso em: 16 nov. 2022. Acesso em: 05 nov. 2022.

BRASIL, NBR 950. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. **ABNT.** [s. d.]. Disponível em: https://www.caurn.gov.br/wp-content/uploads/2020/08/ABNT-NBR-9050-15-Acessibilidade-emenda-1_-03-08-2020.pdf

Acesso em: 06 nov. 2022.

BRASIL. **Estatuto da pessoa com deficiência. L13146.** [s. d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm. Acesso em: 28 maio. 2022.

BRASIL. **L12435.** [s. d.]. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12435.htm. Acesso em: 16 nov. 2022.

BRASIL. **L12587 Política Nacional de Mobilidade Urbana.** [s. d.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2012/lei/l12587.htm. Acesso em: 01 maio. 2024.

BRASIL. **L8069 Estatuto da Criança e do Adolescente.** [s. d.]. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8069.htm. Acesso em: 06 nov. 2022.

FEIJOO, A.M.LC. Distribuição de frequência. In: **A pesquisa e a estatística na psicologia e na educação** [online]. Rio de Janeiro: Centro Edelstein de Pesquisas Sociais, 2010, pp. 6-13. ISBN: 978- 85-7982-048-9. Available from SciELO Books;

FRAGA, M.N.O., SOUSA, A.F. **Políticas Públicas para Pessoas com Deficiência no Brasil: o Desafio da Inclusão Social.** Revista Eletrônica de Enfermagem. 2009.

FRIAS, E. M. A.; MENEZES, M. C. B. Inclusão escolar do aluno com necessidades educacionais especiais: contribuições ao professor do ensino regular. **PDE, FAFIPA,**

GUEDES , D. M; BARBOSA, D. A.L. **Políticas Públicas No Brasil Para As Pessoas Com Deficiência: Trajetória, Possibilidades E Incluão Social.** Intraciência, Guarujá, n. 19, p. 1-16, jun. 2020. Disponível em: https://uniesp.edu.br/sites/_biblioteca/revistas/20200522120151.pdf. Acesso em: 12 abr. 2022.

LEMES, L. C.; BARBOSA, M. A. M. Comunicando à mãe o nascimento do filho com deficiência. **Acta Paulista de Enfermagem**, v. 20, n. 4, p. 441–445, dez. 2007.

<https://doi.org/10.1590/S0103-21002007000400009>.

p. 1462–8, 2008. Disponível em:

https://scholar.google.com.br/citations?view_op=view_citation&hl=pt-

BR&user=RMaqewwAAAAJ&citation_for_view=RMaqewwAAAAJ:u5HHmVD_uO8C

Acesso em: 28 Abril 2022

RODRIGUES, A. P. N.; LIMA, C. A. de. **A história da pessoa com deficiência e da educação especial em tempos de inclusão**. INTERRITÓRIOS, v. 3, n. 5, 2017. DOI 10.33052/inter.v3i5.234432. Disponível em:

<https://periodicos.ufpe.br/revistas/interritorios/article/view/234432>. Acesso em: 5 maio 2022.

SOUSA, RP., MIOTA, FMCSC., and CARVALHO, ABG., orgs. **Tecnologias digitais na educação** [online]. Campina Grande: EDUEPB, 2011. 276 p. ISBN 978-85-7879- 065-3. Available from SciELO Books.

CAPÍTULO 10

OS BANCOS E AS MEDIDAS AMBIENTAIS: UMA ANÁLISE DESCRITIVA DOS RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

*Issac Lourenço da Costa Ferreira
Harine Matos Maciel
Wlisses Matos Maciel*

RESUMO

A harmonia entre a geração de lucros empresariais e a preservação ambiental tem sido um constante desafio mundial. O objetivo desta pesquisa foi identificar como os principais bancos atuantes no Brasil evidenciam suas responsabilidades na área de sustentabilidade, entre os anos de 2020 a 2023. Os dados foram obtidos nos Relatórios Anuais de Sustentabilidade publicado anualmente pelos bancos. Os bancos estudados, oferecem um material de qualidade para a sociedade ter acesso a todos os projetos desenvolvidos na área ambiental. Conclui-se que os bancos se preocupam em diminuir o consumo de água, fazer o reaproveitamento, migrar para o uso da energia limpa e diminuir a quantidade de resíduos gerados pelas atividades no dia a dia bancário.

Palavras chave: Bancos. Sustentabilidade. Energia Limpa.

1. INTRODUÇÃO

A questão ambiental foi tratada durante muitos anos como uma externalidade no cenário econômico e financeiro, porém, sabe-se que a variável ambiental tem fundamental importância para a viabilização de projetos públicos e privados. Por isso, alguns programas ao longo dos anos têm sido criados para orientar a alocação de recursos para projetos com baixo risco socioambiental, estimulando assim a conservação ambiental.

A preservação dos ambientes naturais tem sido a pauta de inúmeras pesquisas em diferentes áreas de conhecimento. Nascimento (2006) afirma que o movimento mundial de preocupação com os impactos ambientais e sociais advindos das ações empresariais, começa a ganhar espaço cada vez mais na estratégia empresarial, embora ainda não seja dominante.

É um desafio constante compatibilizar o lucro de grandes empresas com a preservação ambiental. Em busca de resolver este desafio diversos compromissos foram acordados entre os bancos, cujo objetivo principal seria buscar mecanismos que garantam a utilização de créditos e benefícios fiscais para apoiar atividades não prejudiciais ao meio ambiente.

É fundamental a presença da variável ambiental nos processos decisórios das atividades econômicas, de modo que se possa conciliar a estratégia de desenvolvimento sustentado com a manutenção dos lucros (YOUNG; LUSTOSA, 2001). As instituições financeiras além de manter um departamento especializado em meio ambiente, também devem procurar promover a constante capacitação de seus funcionários para conscientizá-los acerca da responsabilidade civil e penal dos financiadores por danos causados ao meio ambiente.

O aumento da conscientização da população tem contribuído para a evolução das normas sobre esse tema, comprometendo cada dia mais as instituições financeiras com a proteção ao meio ambiente. Com isso, o objetivo desta pesquisa foi identificar como os principais bancos atuantes no Brasil evidenciam suas responsabilidades na área de sustentabilidade, entre os anos de 2020 a 2023.

2. SUSTENTABILIDADE E OS BANCOS

O avanço da consciência social e ambiental contribui muito para diminuir os danos ambientais, mas não consegue solucionar o problema da degradação ambiental. Os conceitos de crescimento e desenvolvimento econômico não precisam necessariamente ser oposição direta à preservação do meio ambiente. O meio ambiente e o desenvolvimento econômico estão cada vez mais citados em debates internacionais sobre o futuro da humanidade.

Na Conferência de Estocolmo, em 1972, ficou claro que a preocupação dos organismos internacionais em relação ao meio ambiente era produzir uma estratégia de gestão do mesmo, em escala mundial, que incluísse a sua preservação dentro de um projeto desenvolvimentista (CARVALHO, 1991). E assim nos anos 80 surgiu o conceito de Desenvolvimento Sustentável. Para a Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, o Desenvolvimento Sustentável é aquele que preserva as necessidades

do presente sem comprometer as necessidades das gerações futuras.

Houve avanços mundiais em busca da sustentabilidade como políticas energéticas, lei das energias renováveis, decretos sobre biomassa, economia de energia e renúncia à energia nuclear. Todos esses avanços contribuem para a diminuição da degradação ambiental, porém segundo Furtado (1992) ainda é necessário estabelecer novas prioridades para a ação política em função de uma nova concepção do desenvolvimento posto ao alcance de todos os povos e capaz de promover o equilíbrio ecológico, econômico e social.

O avanço do Desenvolvimento Sustentável é um compromisso de todos os países e não só dos países mais ricos, já que esses carregam um maior passivo ecológico devido à alta produção e consumo. A Responsabilidade Ambiental dos bancos começou oficialmente com a Lei nº 6.938, de 1981, que instituiu a Política Nacional de Meio Ambiente, estabelecendo a obrigação legal de entidades e órgãos de financiamento e incentivos governamentais condicionarem a aprovação de projetos ao licenciamento ambiental. Contudo, a responsabilidade dos bancos não é somente na verificação documental, mas em sua participação como agente financiador da atividade, podendo ser responsabilizado por danos causados pelo agente financiado.

Analisar o risco ambiental da empresa é fundamental para identificar e mensurar os passivos ambientais. É importante priorizar propostas que utilizem procedimentos ambientalmente sustentáveis. Além de criar linhas de crédito específicas, com prazos mais longos e menores taxas de juros para projetos que visem à preservação do meio ambiente, como saneamento básico, reciclagem, recuperação de áreas degradadas e resíduos sólidos.

Brito (1996) afirma que a vinculação dos créditos ao licenciamento ambiental está prevista na Política Nacional de Meio Ambiente, porém, na maioria das vezes, esta política tem sido implementada como mais uma exigência burocrática e não na busca de proteger o meio ambiente.

No ano de 2019 foi lançado os Princípios de Responsabilidade Bancária (PRB), cujo compromisso é alinhar as atividades bancárias mundiais com o Acordo de Paris sobre as Mudanças Climáticas. De acordo com Carvalho et al. (2017) o acordo foi negociado em dezembro de 2015 e visa reduzir as emissões a partir de 2020. Pela primeira vez todos os países, independentemente da sua responsabilidade histórica, propõem-se a assumirem

metas de redução visando uma causa comum. O objetivo central é limitar o aumento da temperatura global a 1,5 °C até o final do século XXI.

Segundo a Febraban (2019) os principais benefícios desses princípios são capturar novas oportunidades de negócios, além de identificar e mitigar riscos e impactos negativos, fortalecer a confiança nos bancos, reforçando sua relevância e valor para a sociedade e acessar recursos, ferramentas e conhecimentos para fortalecer a capacidade de atuar na nova economia.

A proteção do meio ambiente tem que ser entendida como parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente. Sendo importante também ressaltar a Educação Ambiental que é parte vital e indispensável, pois é a maneira mais direta e funcional de se atingir uma das metas mais importantes que é a participação ativa e consciente da população.

3. METODOLOGIA

3.1 Área de Estudo e Fonte de Dados

O estudo analisou os cinco bancos com maiores ativos que atuam no Brasil: Banco do Brasil (BB), Bradesco, Caixa Econômica Federal (CEF), Itaú/Unibanco e Santander. Os dados utilizados foram de origem secundária obtidos através dos Relatórios Anuais de Sustentabilidade disponíveis nos sites dos bancos para os anos de 2020 a 2023.

3.2 Métodos de Análise

Esta pesquisa descreveu as ações dos bancos referentes a sustentabilidade. Segundo Gil (1999) as pesquisas descritivas têm como objetivo primordial a descrição das características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. A técnica descritiva utilizada serão as tabelas.

4. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os bancos publicam anualmente seus Relatórios de Sustentabilidade para seus clientes, investidores, funcionários, fornecedores, parceiros, governo e sociedade. Através da análise dos relatórios, foram obtidas as ações relevantes colocadas em prática pelo setor bancário.

a) **Banco do Brasil (BB)**

O Banco do Brasil é um banco público que possui a maior quantidade de agências no território brasileiro (3.984), estando presente em muitas cidades do país, facilitando assim a inclusão bancária. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade (2020) o banco possui os seguintes compromissos: carteira de crédito sustentável, produtos de investimentos sustentáveis, energias renováveis, recursos sustentáveis, agricultura sustentável, reflorestamento e conversação florestal.

Ainda segundo o Relatório de Sustentabilidade (2023) os projetos do Banco do Brasil esperam investir R\$ 200 bilhões em créditos de agricultura sustentável até o ano de 2030, 1 milhão de hectares conservados e reflorestados até 2025, R\$ 500 bilhões para saldo em crédito sustentável até 2030.

O Relatório de Sustentabilidade Anual também contém as realizações do banco como duas vezes consecutivas o Banco Mais Sustentável da América do Sul, pela Capital Finance International (CFI). Sete vezes consecutivas no ranking das 100 Corporações Mais Sustentáveis do Mundo 2023, quatro vezes o Banco Mais Sustentável do Planeta (2019, 2021, 2022 e 2023). Além de ter sido reconhecida como a instituição financeira mais sustentável do mundo, figurando entre as 10 corporações mais sustentáveis no ranking Global 100 da Corporate Knights.

Na tabela 1 nota-se que houve uma diminuição significativa do gasto com impressão de papéis. No ano de 2020 o banco diminuiu 54% de documentos impressos em relação ao ano de 2017. Lançou uma iniciativa de Plástico Zero, está na bolsa de valores também com o Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e também o Índice de Carbono Eficiente.

Tabela 1: Consumo de Água, Energia e Impressões de Papéis

	2020	2021	2022	2023
Consumo de água (m³)	955,7	1.139,33	1.128,40	1.301,41
Despesas com energia em milhões	422	444	449,80	478,30
Quantidade de impressões em milhões	112,67	103,76	91,01	88,90

Fonte: Relatório de Sustentabilidade - Banco do Brasil, 2020/2021/2022/2023.

As despesas com energia aumentou durante todo o período analisado, expondo que o banco necessita colocar em prática ações sustentáveis, investindo em energias renováveis. Já o consumo de água também aumentou consideravelmente entre os anos de 2020 a 2023, mostrando a importância de se propagar a educação ambiental no ambiente de trabalho, incentivando ações para economizar água e energia.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade (2023) o saldo da Carteira de Negócios Sustentáveis foram de R\$ 343,1 bilhões de reais, sendo 40,6% utilizados para negócios sociais como habitação e financiamento estudantil, 28,6% para boas práticas ambientais como o Pronaf Alimentos e Investimentos, 19,3% de agricultura de baixo carbono através do custeio do plantio direto e o método ABC.

b) Bradesco

O banco Bradesco possui 2.910 agências no país, e foi o primeiro banco brasileiro a se comprometer com o Net – Zero banking Alliance criado pela Organização das Nações Unidas (ONU). Consiste em um grupo de bancos comprometidos em alinhar atividades de empréstimos, investimentos e mercados de capitais com emissões líquidas zero de gases de efeito estufa até 2050.

Conforme o Relatório de Sustentabilidade (2023) foram investidos R\$ 2,3 bilhões de reais em produtos com benefícios ambientais, R\$ 754,2 milhões de reais investidos no financiamento de energia solar. Na tabela 2 nota-se, em geral, que houve diminuição do consumo de água, energia e impressões quando se compara 2020 a 2023.

Tabela 2: Consumo de Água, Energia e Impressões de Papéis

	2020	2021	2022	2023
Consumo de água (m³)	1.230.948	1.100.041	1.063.589	1.090.665
Consumo de Energia (GJ)	1.590.343	1.412.873	1.363.317	1.314.662
Quantidade de impressões em toneladas	1.566,50	1.054, 78	1.317,40	1.134,04

Fonte: Relatório de Sustentabilidade do Bradesco - 2020/2021/2022/2023.

No ano de 2022, o Bradesco utilizou 100% das suas operações abastecidas por energias de fontes renováveis, por meio de Projeto de Mercado Livre de Energia, no qual o consumidor negocia diretamente com o fornecedor e assim faz sua escolha referente de quem comprar eletricidade.

O banco recicla plástico, papel, papelão, vidro, metal e os resíduos tecnológicos (máquinas de autoatendimento e equipamentos eletrônicos), que representam 82% da quantidade total reciclada. Além de gerir os resíduos das obras que ocorrem nas dependências para garantir a reciclagem e a destinação adequada.

c) Caixa Econômica Federal (CEF)

A Caixa Econômica está presente no território nacional com 55.355 pontos de atendimentos. A Caixa criou no ano de 2000 um Fundo Socioambiental (FSA) para aplicar recursos em projetos que apliquem a responsabilidade socioambiental em todo o país.

Segundo o Relatório de Sustentabilidade (2023) o banco investiu nos últimos anos R\$ 296 milhões de reais em 213 projetos com os mais variados temas como inclusão digital, inclusão bancária, agricultura, microfinanças, mudanças climáticas, infraestrutura sustentável. O montante total de operações com linhas do Crédito Rural Sustentável aumentou 89% comparando com o ano de 2013. Além da recuperação de 541 nascentes e o plantio de mais de 3 milhões de árvores.

O banco realiza treinamento com as equipes de manutenção e limpeza para atuação nas ações de economia de recursos hídricos, utilizando equipamentos que economizam

água, aproveitamento de água da chuva, contenção de vazamentos e redução de lavagens com uso de água potável.

A Caixa Econômica Federal utiliza a geração de energia fotovoltaica para autoconsumo de parte de suas unidades, mediante a operação de 163 usinas instaladas em telhados de imóveis de uso e uma fazenda para autoconsumo remoto, compensando energia de 35 unidades em Minas Gerais. As usinas representam 11,6 MWp de potência instalada, que geram anualmente cerca de 16 GWh de energia e proporcionam uma economia de R\$ 11 milhões em despesas (RELATORIO DE SUSTENTABILIDADE, 2023).

d) Itaú/Unibanco

Após a fusão entre o banco Itaú e o Unibanco aumentou consideravelmente a atuação no território brasileiro, possuindo 2.617 agências no Brasil. Os Relatórios de Sustentabilidade a cada ano disponibilizam mais dados da área ambiental, facilitando assim o acompanhamento dos projetos em execução.

Em 2023 foram investidos mais de R\$ 334 milhões em custos operacionais e projetos que visam trazer eficiência e avanço na gestão ambiental, incluindo a certificação externa de sistemas de gestão ambiental, tratamento de água, uso de energia renovável e tratamento e disposição de resíduos.

Na tabela 3 tem-se a comparação de quantidades de água, energia e papéis utilizados nas agências bancárias. No ano de 2021 o consumo de energia nas agências diminuiu 15% comparado ao ano de 2013, o consumo de água diminuiu 13% e a impressão de papéis 33%. No ano de 2022 o consumo de energia nas agências diminuiu 30,3% comparado ao ano de 2018, o consumo de água diminuiu 56,6% e a impressão de papéis 33%.

Tabela 3: Consumo de Água, Energia e Impressões de Papéis

	2020	2021	2022	2023
Consumo de água (m³)	1.308,1	530,3	628,80	663.713
Consumo de Energia (MwH)	479.409	430.599	401.310	384.762
Quantidade de impressões (ton)	1.324,00	881,80	556	319

Fonte: Relatório de Sustentabilidade do Itaú/Unibanco, 2020/2021/2022/2023.

As agências do Santander diminuíram o consumo de água no ano de 2021, no entanto nos anos seguintes houve aumento. Já no consumo de energia houve uma diminuição em todo o período analisado. Esses resultados foram obtidos devido ao compromisso com o consumo de energia limpa, optando pelos certificados de energia renovável (Renewable Energy Certificate – REC), mantendo, desde 2019, 100% da energia consumida, no Brasil, pelo banco, proveniente de fontes renováveis, com zero emissão.

A quantidade de impressões em toneladas diminuiu mais de 70% entre os anos de 2020 a 2023. No ano de 2020 o Santander iniciou o projeto “Agência sem papel”, trouxe a redução de 83,6 milhões de impressões, 37,1 toneladas de papéis reciclados e cerca de 12,3 mil árvores preservadas. .

e) **Santander**

As agências do Santander estão atuando em 2.575 locais de atendimento nacional, sendo o quinto banco com maiores número de agências no país.. Para o fortalecimento de negócios que preservam a floresta foram investidos R\$ 270 milhões de reais e 1,3 bilhões de reais para o financiamento verde, buscando ações que protejam o meio ambiente e estimule a consciência ambiental.

Em 2021, o Santander assumiu o compromisso de longo prazo em azerar as emissões líquidas de carbono das carteiras de clientes até 2050. Isso se aplica tanto às emissões de gases de efeito estufa das nossas operações quanto às emissões indiretas, relacionadas a empréstimo, assessoria e investimento. Conforme o Relatório de Sustentabilidade (2021) para atingir essa meta, será necessário: alinhar o portfólio às metas do Acordo de Paris, apoiar os clientes na descarbonização de suas operação, manter operações neutras em carbono e integrar o clima à gestão de risco.

Em relação ao uso de resíduo plástico, houve uma diminuição de 52% comparado ao ano de 2020. No ano de 2022 foi viabilizado R\$ 13,816 milhões em Negócios Sustentáveis, e no ano de 2023 esse valor aumentou para R\$ 27,123 milhões de reais. Comprovando assim o comprometimento do banco com a responsabilidade socioambiental.

Na tabela 4 há informações acerca do consumo de água, energia e papeis, já que estas são atividades básicas e que necessitam de mudanças para se adequar as ações de

sustentabilidade. O consumo de água nas agências diminuiu consideravelmente no ano de 2021 comparado a 2020, devido, principalmente a pandemia covid-19 que necessitava de constantes lavagens de mãos durante o expediente. Já nos anos seguintes (2022 e 2023) houve um aumento no consumo por causa das reestruturações ocorridas nas agências em busca de diminuir o consumo de água.

Tabela 4: Consumo de Água, Energia e Impressões de Papéis

	2020	2021	2022	2023
Consumo de água (m³)	653.608	426.830	503.077	528
Consumo de energia (MwH)	982.578	946.525	913.368	924.768
Quantidade de impressões em toneladas	2.980	2.135	1.694	1.380

Fonte: Relatório de Sustentabilidade - Santander, 2020/2021/2022/2023.

O consumo de energia diminuiu 69.21 megawatt-hora (MwH) entre os anos de 2020 e 2022, no entanto houve um aumento no ano de 2023. Expondo ao banco a necessidade de focar no uso mais eficiente de energia. De acordo com o Relatório de Sustentabilidade (2022) no ano de 2022, 530 agências iniciaram processo de migração para o mercado livre de energia, com a aquisição de contratos de energia incentivada (energia proveniente de fonte renovável). Também são utilizadas estratégias de investimento na geração distribuída de energia por meio de uma fazenda de energia solar, em Minas Gerais (MG), abastecendo um total de 210 agências na região. Além disso, conta-se com painéis fotovoltaicos em três prédios administrativos que, no último ano, produziram 312 MWh de energia.

Em relação a quantidade de impressões houve uma diminuição significativa nos anos estudados (1.600 toneladas). O banco também se preocupa em diminuir a quantidade de resíduos por meio do projeto Aterro Zero, cujo objetivo é zerar o envio de lixo a aterros sanitários em todo o Brasil. O projeto já está implementado em sete prédios. Em 2021, a geração de resíduos caiu 12%.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Os bancos publicam anualmente seus Relatórios de Sustentabilidade para mostrar publicamente as ações colocadas em prática pelo setor bancário. Em geral os bancos estão investindo em novas tecnologias na busca por eficiência energética, economia de água e papel.

O Banco do Brasil (BB) apresentou uma diminuição significativa do gasto com impressão de papéis. As despesas com energia e o consumo de água aumentaram entre 2020 a 2023, expondo a necessidade de se colocar em prática ações sustentáveis, investindo em energias renováveis e educação ambiental.

O Bradesco utilizou 100% das suas operações abastecidas por energias de fontes renováveis, por meio do Projeto de Mercado Livre de Energia. O banco recicla plástico, papel, papelão, vidro, metal e os resíduos tecnológicos (máquinas de autoatendimento e equipamentos eletrônicos), além da gestão de resíduos das obras que ocorrem nas dependências das agências, garantindo a reciclagem e a destinação adequada.

A Caixa Econômica criou um Fundo Socioambiental (FSA) para aplicar recursos em projetos que apliquem a responsabilidade socioambiental em todo o país. O banco realiza treinamento com as equipes de manutenção e limpeza para atuação nas ações de economia de recursos hídricos.

O Itaú/Unibanco apresentou diminuições no consumo de água, energia e a quantidade de impressões em todo o período analisado. A quantidade de impressões em toneladas diminuiu mais de 70% devido ao projeto implementado pelo banco “Agência sem papel”, reduzindo o número de impressões e a preservação de árvores.

No Santander o consumo de água nas agências diminuiu consideravelmente no ano de 2021 comparado a 2020, devido, principalmente a pandemia covid-19 que necessitava de constantes lavagens de mãos durante o expediente. O consumo de energia diminuiu 69.21 megawatt-hora (MwH) entre os anos de 2020 e 2022, no entanto houve um aumento no ano de 2023 e a quantidade de impressões diminuiu significativa nos anos estudados (1.600 toneladas).

Os dados analisados dos Relatórios de Sustentabilidade dos bancos estudados, oferecem um material de qualidade para a sociedade ter acesso a todos os projetos desenvolvidos na área ambiental. Conclui-se que os bancos se preocupam em diminuir o

consumo de água, fazer o reaproveitamento, migrar para o uso da energia limpa e diminuir a quantidade de resíduos gerados pelas atividades no dia a dia bancário.

REFERÊNCIAS

BRITO, E. N. A importância do protocolo verde na política ambiental. **Revista Econômica do Nordeste**, v.27, p. 141- 152, 1996.

CARVALHO, Deborah Martins de; COELHO, Aline Carolina Cirilo; MARTINS, Raiane Soares da Silva; COSTA, Karoline Rodrigues. **O Acordo de Paris**: uma análise descritiva. IX Simpósio Brasileiro de Engenharia Ambiental, XV Encontro Nacional de 1 Estudantes de Engenharia Ambiental e III Fórum Latino Americano de Engenharia e Sustentabilidade. Belo Horizonte, Minas Gerais, 2017, 10p.

CARVALHO, I. C. M. **Territorialidades em luta**: uma análise dos discursos ecológicos. São Paulo: Instituto Florestal, Secretaria do Meio Ambiente, 1991.

FEBRABRAN (Federação Brasileira de Bancos). **Princípios da Responsabilidade Bancária**, 2020. Disponível em <
<https://cmsarquivos.febraban.org.br/Arquivos/documentos/PDF/Princ%C3%ADpios%20para%20a%20Responsabilidade%20Banc%C3%A1ria.pdf>. Acesso em abril de 2022.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 5.ed. São Paulo: Atlas, 1999.

FURTADO, C. **Brasil, a construção interrompida**. São Paulo: Paz e Terra, 1992.

NASCIMENTO, Edenilson Roberto. Valoração dos impactos socioambientais causados por inundação na bacia do Alto Iguacu (PR) – 1980 – 2002. **Revista Eletrônica Geografar**, volume 1, 2006, 10p.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. **Banco do Brasil**, 2020/2021/2022/2023. Disponível em <https://ri.bb.com.br/governanca-e-sustentabilidade/sustentabilidade/>. Acesso em julho de 2024.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. **Bradesco**, 2020/2021/2022/2023. Disponível em <https://www.bradescom.com.br/o-bradesco/relatorio-integrado/>. Acesso em julho de 2024.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. **Caixa Economica Federal**,

2020/2021/2022/2023. Disponível em:

<https://www.caixa.gov.br/sustentabilidade/relatorios/Paginas/default.aspx>. Acesso em julho de 2024.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. **Itau/Unibanco**, 2020/2021/2022/2023.

Disponível em: Itaú Sustentabilidade - Itaú | Sustentabilidade

<https://www.santander.com.br/hotsite/sustentabilidade/> (itau.com.br). Acesso em julho de 2024.

RELATÓRIO DE SUSTENTABILIDADE. **Santander**, 2020/2021/2022/2023. Disponível em: <https://www.santander.com.br/hotsite/sustentabilidade/>. Acesso em julho de 2024.

TRIVINOS, Augusto N.S. **Introdução a pesquisa em ciências sociais**: a pesquisa qualitativa em educação. São Paulo: Atlas, 1987.

YOUNG, C. E. F.; LUSTOSA, M.C.J. Meio ambiente e competitividade na indústria brasileira. **Revista de Economia Contemporânea**, v.5, edição especial. Rio de Janeiro: IE/UFRJ, 2001, p. 231-259.

CAPÍTULO 11

CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS: DIREITOS VULNERADOS E O ACESSO À JUSTIÇA NO BRASIL

Anny Kariny Feitosa

RESUMO

Os catadores de materiais recicláveis, apesar de desempenharem um papel importante para a sustentabilidade ambiental, estão expostos a vulnerabilidades social, financeira e jurídica, dificultando o exercício de seus direitos fundamentais por completo, especialmente o acesso à justiça, previsto nos incisos XXXV e LXXIV do artigo 5º da Constituição Federal de 1988. Desse modo, este estudo tem como objetivo analisar o acesso à justiça por esse público, tendo por base o estudo bibliográfico da literatura científica disponível, com enfoque jurídico e sociológico, visando discutir sobre as desigualdades evidenciadas, as barreiras jurídicas e iniciativas para diminuir as vulnerabilidades. Dos resultados, é possível destacar duas das principais barreiras identificadas: a invisibilidade social e a falta de assistência jurídica que vitimam o referido público. A invisibilidade perpetua a exclusão e impede a promulgação de políticas eficazes para viabilizar sua inclusão na sociedade. Além disso, as leis e políticas que regulam as regras do mercado de trabalho brasileiro são inalcançáveis por essas pessoas, seja pela ausência de consciência coletiva, seja por múltiplas questões relacionadas ao trabalho informal.

Palavras chave: Catadores. Justiça. Sustentabilidade.

INTRODUÇÃO

Os catadores de materiais recicláveis desempenham um papel relevante para a sustentabilidade ambiental, pois atuam na coleta de materiais com potencial reciclável, que são descartados pela população e, na maioria das vezes, são dispostos de forma inadequada em vazadouros a céu aberto, existentes pelo país. No entanto, apesar da importância econômica e ambiental do trabalho dos catadores, não há reconhecimento de direitos trabalhistas e sociais da categoria. Os catadores suportam condições precárias de trabalho, estão sujeitos à discriminação e exclusão social. Embora a Lei nº 12.305/2010, Política Nacional de Resíduos Sólidos, tenha apresentado melhorias significativas, o acesso dos catadores aos direitos fundamentais continua sendo mitigado na prática.

Uma das principais causas da vulnerabilidade dos catadores é a informalidade de seu trabalho. Sem contratos formais, esse grupo é excluído de muitos direitos trabalhistas garantidos pela Consolidação das Leis do Trabalho, como férias remuneradas, 13º salário, aposentadoria e seguro-desemprego. Além disso, a falta de informação sobre seus direitos

e o desconhecimento do sistema jurídico do país restringem sua capacidade de reivindicação, reforçando a exclusão.

Neste trabalho, debate-se acerca das vulnerabilidades suportadas pelos catadores de materiais recicláveis. Foram analisadas barreiras legais e sociais que impedem os catadores de acessarem efetivamente seus direitos. Utilizando uma abordagem jurídico-sociológica, buscou-se identificar possíveis soluções capazes de garantir a efetividade do alcance dos direitos fundamentais por esses trabalhadores, que são vitais para a sustentabilidade do planeta.

Assim, este artigo objetiva entender como as desigualdades restringem o acesso à justiça e à aplicação de direitos de catadores de materiais recicláveis. Catadores como sujeitos com direitos violados.

OS CATADORES COMO SUJEITOS DE DIREITOS VULNERADOS

Os catadores de materiais recicláveis são sujeitos de direito e de enfrentamento do trabalho. Sua condição é marcada pela precariedade, pela informalidade e pela vulnerabilidade jurídica. Segundo enfatiza Silva (2018), os catadores contribuem significativamente para a economia circular e para a preservação ambiental, mas seu trabalho é muitas vezes desvalorizado e invisibilizado pelas políticas públicas.

Com o uso do conceito de Dignidade Humana, apresentado por Dworkin (1977), torna-se possível entender a importância de incluir direta e integralmente os catadores em um sistema de proteção que lhes garanta direitos sociais e trabalhistas.

Assim, a Dignidade da Pessoa Humana é um princípio fundamental da Constituição Federal de 1988, de acordo com o artigo 1º, inciso III, e deve ser utilizado para promover políticas públicas que auxiliam na inclusão social dos catadores. Por outro lado, como propõe Bercovici (2014), formalizar os catadores é essencial, mas não é suficiente para garantir o acesso pleno a seus direitos sociais e trabalhistas.

São necessárias mais propostas de políticas públicas que possam introduzir formas favoráveis de inclusão social. Butler (2004) observa que a vulnerabilidade humana é

agravada pelas desigualdades sociais. É o caso dos catadores que necessitam de apoio para superar a vulnerabilidade.

Duas das principais barreiras identificadas foram: a invisibilidade social e a falta de assistência jurídica. A invisibilidade perpetua a exclusão e impede a promulgação de políticas eficazes para viabilizar sua inclusão na sociedade. Além disso, muitas leis e políticas que regulam as regras do mercado de trabalho brasileiro são inalcançáveis por essas pessoas, ou devido a problemas de consciência abafada ou múltiplas questões físicas relacionadas ao processo binacional que levam ao trabalho informal.

É tarefa do Estado promover condições em que a condição de seguridade possa ser superada para garantir que os catadores possam desfrutar dos direitos sociais fundamentais, como saúde, educação e segurança social. Considerando tudo, o problema da informalidade é crucial, como enfatiza Gohn : a informalidade é uma fonte de vulnerabilidade. Sem registros formais, os catadores não têm direito a licença médica ou contratos de trabalho CLT.

A experiência continua baseando-se que o trabalho é precário e difícil de ser fiscalizado devido à ausência de registros formais. Parte disso está incluída na justiça social que os justifica como merecedores. Isso quer dizer que a sua inclusão é justo. Em outras palavras, a inclusão dos catadores na dignidade humana é justa. Portanto, essas propostas necessitam uma nova perspectiva do trabalho, reforçada pelas oportunidades de capacidades dos trabalhadores. O conceito defende Amartya Sen : é necessário fornecer recursos e oportunidades para que os trabalhadores individuais possam aproveitar ao máximo. Isso mostra que os catadores devem ser capazes de ter mais oportunidades de inclusão por meio de cooperativas.

VULNERABILIDADE JURÍDICA E EXCLUSÃO SOCIAL

A vulnerabilidade jurídica dos catadores é agravada pela exclusão social. Para Butler (2014), precariedade não é apenas condição material de sobrevivência, mas também a capacidade ou não de acessar direitos fundamentais. No entanto, a precariedade experienciada pelos catadores é exacerbada pela inexistência de políticas públicas que

assegurem direitos trabalhistas básicos e previdência social. Como destaca Gohn (2011), uma das maiores vulnerabilidades jurídicas dos catadores é serem trabalhadores informais, o que os impede de terem uma rede de proteção social.

Dessa forma a exclusão está diretamente relacionada à invisibilização do trabalhador catador frente ao Estado e sociedade. Conforme Leite (2014): O trabalho de catador raramente é referenciado nas políticas públicas de resíduos sólidos, o que reforça o caráter marginalizante do sujeito.

A invisibilidade, por sua vez, é reflexo da estigmatização social, que atribui a categoria trabalho a pobreza extrema e a falta de qualificação e impede que a mesma tenha reconhecida sua habilidade produtiva. Isso ocorre porque também está relacionada à falta de educação. França e Cavalcanti (2017) ainda relatam a baixa escolaridade dos catadores.. Assim, a erradicação da exclusão dos catadores perpassa pela educação. Enquanto limitação da escolaridade, barreiras legais e sociais eram impostas.

A desinformação acerca dos direitos trabalhistas e sociais é um fator adicional que dificulta a situação jurídica dos catadores. De acordo com Fonseca e Pinto: muitos catadores desconhecem os direitos legais que a legislação brasileira lhes assegura, tais como os previstos pela PNRS. A ignorância acerca do direito dos próprios trabalhadores impede-os de reivindicar seus direitos perante o Poder Judiciário, sendo um dos fatores principais para sua exclusão.

A inexistência de programas de capacitação jurídica para os catadores agrava e perpetua esse desconhecimento. Por fim, a falta de mecanismos de apoio ao acesso ao sistema de justiça é o terceiro fator que agrava a vulnerabilidade jurídica dos catadores. Para Costa e Araújo (2019): muitos catadores não possuem recursos suficientes para arcar com os custos de um processo judicial, como as custas processuais e as custas advocatícias. Além disso, frequentemente, os magistrados e as instituições jurídicas estão alocados em áreas urbanas centrais, e a barreira geográfica torna o acesso ao sistema de justiça ainda mais difícil para os catadores. A falta de apoio jurídico especializado perpetua as violações de direitos enfrentadas pelos catadores.

Em razão de sua extrema pobreza, os catadores muitas vezes não têm recursos para pagar por procedimentos judiciais, como taxas judiciais, honorários advocatícios e viagens para comparecer a audiências. Como resultado, os catadores são excluídos do

sistema jurídico de tal forma que, mesmo quando seus direitos são violados, eles não conseguem reparação eficaz.

De acordo com Fonseca e Pinto (2016): “Essa exclusão é uma face da moeda das barreiras econômicas ao acesso à justiça que protegem a desigualdade política”. Isso não é totalmente decorrente das barreiras econômicas, mas os catadores enfrentam um sério problema de desinformação quando se trata de acesso ao sistema jurídico. Muitos catadores desconhecem os procedimentos legais e nem mesmo conhecem as instituições que poderiam ajudar a defender seus interesses.

A falta de programas de educação jurídica para catadores é parte desse problema. Isso não o prepara para reivindicar seus direitos de forma concreta e eficaz. Outro fator que resulta na falta de acesso à justiça é a distância pura e simples da instituição. Em outras palavras, de acordo com Silva, a maioria dos catadores é segregada em áreas periféricas que ficam longe dos tribunais e outros órgãos da justiça. Isso é especialmente verdadeiro em casos de litígio trabalhista e previdenciário, quando o trabalhador precisa estar presente na audiência difícil.

Por fim, a ausência de políticas públicas de inclusão jurídica dos catadores é outro fator que corrobora com a permanência dessa desigualdade. A PNRS, embora um avanço para o reconhecimento do catador como sujeito de direito, não estabelece mecanismos específicos para o acesso à justiça pelos catadores. De acordo com Costa e Araújo (2019): Assim, cumpre ao Estado através da criação de políticas públicas possibilitar a inclusão jurídica da categoria o que ocorreria, por exemplo, ao garantir que recebessem assistência jurídica gratuita e especializada.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma das principais conclusões deste estudo é que, para os catadores de materiais recicláveis, a informalidade representa uma barreira tanto econômica quanto jurídica. Quando seus trabalhos não são formalizados, esses trabalhadores ficam automaticamente excluídos das proteções da Consolidação das Leis Trabalhistas e têm dificuldade em acessar direitos como aposentadoria, seguro-desemprego e licença médica. Além disso, a

falta de acesso à educação e à capacitação jurídica os desvincula de seus direitos, tornando-os ainda menos capazes de demandar leis trabalhistas.

As políticas direcionadas aos catadores, assim como a Política Nacional de Resíduos Sólidos, têm o potencial de promover a inclusão social e econômica dessa categoria. No entanto, como argumentado ao longo deste trabalho, essas políticas não são, atualmente, implementadas. Para que os catadores de fato possam desfrutar de seus direitos, o Estado deve promover uma melhor articulação intergovernamental e investir mais recursos em projetos para apoiar esses trabalhadores, incluindo assistência jurídica e programas de capacitação.

A reforma das políticas públicas voltadas aos catadores de materiais recicláveis, com foco nos três Eixos fundamentais: inclusão social, econômica e jurídica, formalização do emprego, fortalecimento das cooperativas e oferta de cursos de educação em direitos, é essencial para assegurar o pleno exercício de seus direitos. O acesso à Justiça deve ser garantido, promovendo a igualdade perante a lei e facilitando os processos judiciais para essa classe.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Ronaldo Alves de. **Trabalho, Renda e Exclusão Social: O caso dos catadores de materiais recicláveis**. São Paulo: Annablume, 2012.

BERCOVICI, Gilberto. **Direitos Sociais, Economia e Política na Constituição de 1988**. São Paulo: Max Limonad, 2014.

BUTLER, Judith. **Precarious Life: The Powers of Mourning and Violence**. Londres: Verso, 2004.

COSTA, Thiago; ARAÚJO, Luana. Acesso à justiça e populações vulneráveis no Brasil. **Revista Direito e Sociedade**, v. 6, n. 1, 2019.

DIAS, Sônia. **Movimento Nacional dos Catadores: Uma Luta por Direitos**. São Paulo: Cortez, 2011.

FONSECA, Bruno; PINTO, Júlio. Exclusão social e desinformação: o acesso à justiça dos catadores de materiais recicláveis no Brasil. **Revista Jurídica da FGV**, v. 12, n. 4, 2016.

FRANÇA, Isabela; CAVALCANTI, Jéssica. Vulnerabilidade Social e Organização dos Catadores de Materiais Recicláveis. **Revista Brasileira de Políticas Públicas**, v. 10, n. 2, 2017.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais na Contemporaneidade**. 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2011.

LEITE, Luciana. **Resíduos Sólidos e Cidadania: Uma Abordagem Jurídica**. Belo Horizonte: Del Rey, 2014.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Exclusão Social, Pobreza e Vulnerabilidade. **Cadernos de Saúde Pública**, v. 28, n. 6, 2012.

PAES, Gustavo; OLIVEIRA, Fernanda. **Catadores de Materiais Recicláveis no Brasil: Uma Análise Jurídica e Social**. Porto Alegre: Bookman, 2017.

PIRES, Aline; LACERDA, Roberta. A Informalidade no Trabalho dos Catadores de Materiais Recicláveis e a Ausência de Políticas de Proteção Social. **Cadernos de Políticas Públicas**, v. 5, n. 2, 2018.

SANTOS, Marcelo; PEREIRA, Robson. A Exclusão dos Catadores de Materiais Recicláveis em Licitações Públicas: Desafios e Perspectivas. **Revista de Administração Pública**, v. 14, n. 1, 2020.

SEN, Amartya. **Desenvolvimento como Liberdade**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SILVA, Maria Aparecida de Moura. **Catadores de Materiais Recicláveis: Trabalho e Exclusão Social**. Rio de Janeiro: FGV, 2014.

TAVARES, Clarissa; SILVA, Marcos. A migração rural-urbana e a informalidade do trabalho dos catadores no Brasil. **Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais**, v. 15, n. 2, 2013.

SOBRE OS AUTORES

Anna Ariane Araújo de Lavor

Doutora em Ambiente e Desenvolvimento pela UNIVATES

Servidora do IFCE, email: annaariane@hotmail.com

Anderson Diego Feitosa de Andrade

Discente do curso de Serviço Social

Instituto Federal do Ceará

Anny Kariny Feitosa

Advogada, Docente no Instituto Federal do Ceará

Doutora em Ambiente e Desenvolvimento, Univates

Becholina Aline Pereira

Graduanda em Administração, IFTM, campus Patos de Minas

E-mail: becholinaalinepereira@gmail.com

Calisto Rocha de Oliveira Neto

Doutorando em Economia pela Universidade Federal de Uberlândia (UFU)

E-mail: calisto11neto@gmail.com

Eduardo Paulo Almeida de Sant'Anna

Doutorando em Demografia pela UFRN

Mestre em Administração pela UnP

Elaine Carvalho de Lima Oliveira

Doutora em Economia, Professora do IFTM, campus Patos de Minas,

E-mail: elainelima@iftm.edu.br

Eunice de Almeida Moraes

Especialista em Gestão de Recursos Humanos pela UERN

Servidora do IFCE, email: nicealmei@gmail.com

Francisco Francinildo Oliveira Lima

Servidor público e advogado.

Doutorando em Ambiente e Desenvolvimento, Univates.

Harine Matos Maciel

Doutora em Desenvolvimento e Meio Ambiente

Professora do IFCE, campus Baturité

E-mail: harine@ifce.edu.br

Isaac Lourenço da Costa Ferreira

Estudante do Curso Técnico em Comércio

IFCE – Campus Baturité

Lohanna Lopes Ferreira,

Mestranda em Meio Ambiente - IFCE

Bolsista de Iniciação Científica do CNPq/IFCE

Marcelio Jeferson Martins Alencar

Especialista em Gestão de Micro, pequenas e médias empresas (IFCE)

Graduado em Análise e Desenvolvimento de Sistemas (FVS).

Maria Antunizia Gomes

Doutoranda e Mestre em Administração pela Universidade Potiguar, UnP

Docente, Instituto Federal do Ceará

Martilla Sousa Silva

Mestre Educação Profissional e Tecnológica pelo IFCE

Servidora do IFCE, email: martillabezerra@gmail.com

Michele da Silva Eufrásio

Graduanda em Tecnologia da Hotelaria, IFCE, campus Baturité

E-mail: eufrasio3707@gmail.com

Mônica Maria Siqueira Damasceno

Docente, Instituto Federal do Ceará

Doutora em Ambiente e Desenvolvimento, Univates

Renan Costa Vanali

Mestre em Saúde da Criança e do Adolescente pela (UECE)

Professor do curso Educação Física UNILEÃO

Rodrigo Alencar Brasil

Mestrando em Meio Ambiente – IFCE

E-mail: rodrigo.alencar@ifce.edu.br

Wilton Alves Oliveira

Mestre Mestre em Administração pela Universidade Potiguar (UnP)

Servidor do IFCE, email: iltonao@hotmail.com

Wlisses Matos Maciel

Doutor em Irrigação e Drenagem

Professor do IFCE, campus Umirim

E-mail: wlisses@ifce.edu.br

